

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS CAUSAS DA PERMANÊNCIA E  
DA DESISTÊNCIA NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES,  
CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ**

**MIGUEL RAUL MAZISSA ZINGA**

“Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção de título de Mestre em Políticas Sociais”.

**Orientador: Prof. Dr. Marcos A. Pedlowski**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – UENF  
CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ  
JUNHO - 2004**

## INTRODUÇÃO

O processo de modernização agrícola iniciado nos anos 60 proporcionou além dos avanços tecnológicos e comerciais, a redução de relações produtivas tradicionais, que eram caracterizadas pela dependência econômica e política resultado da concentração de terra que causava a exploração dos camponeses. Este processo provocou a expulsão de grande parte da população rural para as cidades, transformando-a em bóias-frias, favelados e operários sem qualificação (Bergamasco e Norder, 1996). Por outro lado, o processo de redemocratização do Brasil, iniciado no início da década de 80, trouxe a reabertura da discussão em torno da questão da Reforma Agrária, permitindo o surgimento de organizações populares de defesa da mesma. Neste sentido, a reforma agrária, no Brasil, constituiu-se numa luta contra a concentração de terras improdutivas. Além disso, na medida em que promove o retorno, ao meio rural, de populações de áreas urbanas e suburbanas anteriormente expulsas pela modernização agrícola e que se encontram relegadas às margens do processo econômico como exércitos de reserva de mão-de-obra, a reforma agrária constituiu-se numa luta para redefinir as relações produtivas dentro da sociedade brasileira.

Contudo, não obstante ao grande número de famílias assentadas, através do processo de reforma agrária em curso no Brasil, um dos problemas com que se deparam os assentamentos rurais está relacionado à questão da evasão de assentados. A partir desta constatação, este estudo visou a estabelecer os fatores que estariam estimulando tanto a evasão quanto a permanência de assentados no processo de reforma agrária.

Para orientar o presente estudo, as seguintes questões foram definidas:

1. Quais são os fatores mais determinantes para a permanência e para a desistência no Assentamento Zumbi dos Palmares?
2. Em que medida as políticas públicas implementadas no Assentamento Zumbi dos Palmares influenciaram os processos de permanência e desistência dos assentados no seu interior?

De forma a guiar a leitura desta dissertação, seus diferentes capítulos (4) foram orientados visando a organizar a discussão de seus fundamentos teóricos e de coleta e análise dos dados empíricos, em capítulos específicos. Neste contexto, o Capítulo 1 apresenta uma revisão sobre a teoria do campesinato e a agricultura

familiar, numa visão clássica do Marxismo através de autores como Marx e Lênin. O capítulo 1 também traduz uma discussão acerca da caracterização da agricultura familiar através de autores neoclássicos, e as teorias existentes sobre a Reforma Agrária e sua importância na América Latina e no Brasil. Além disso, a análise da agricultura familiar no contexto internacional e no Brasil foi incluída como parte do suporte teórico utilizado na análise dos dados.

O Capítulo 2 apresenta a revisão sobre a questão agrária e de políticas públicas para o meio rural no Brasil, com ênfase nas políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar; contém uma revisão da reforma agrária na agenda política do Brasil e as mudanças ocorridas dentro de distintos governos; traz uma análise sobre a reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro no período entre 1930 e 2002. O capítulo traduz ainda uma revisão sobre as causas da desistência e da permanência de assentados nos assentamentos de reforma agrária no Brasil. Por último, neste capítulo também se analisa o impacto causado pelas ações do MST, na região do Norte Fluminense.

O Capítulo 3 apresenta as técnicas usadas para obter os dados empíricos utilizados neste estudo. Este capítulo contém também a descrição da área de estudo, explicitando a definição da amostra, a estratégia de coleta de dados e os procedimentos analíticos usados nos dados obtidos.

O Capítulo 4 apresenta e discute os resultados obtidos durante a pesquisa, analisando primeiro os dados sobre assentados que permaneceram no assentamento, e em seguida os dados referentes aos assentados que abandonaram o assentamento. Para os assentados que permaneceram no Assentamento Zumbi dos Palmares, analisaram-se as seguintes variáveis: dinâmica populacional e composição familiar; participação em grupos organizados; dinâmica de produção e assistência técnica aos assentados; participação da força de trabalho no processo produtivo interno e externo ao lote; comercialização da produção dos assentados; renda familiar; as causas da permanência e controle dos processos de desistência. No caso dos assentados que desistiram do assentamento, a análise privilegiou o perfil ocupacional e familiar, o papel da assistência técnica e da organização produtiva no processo de abandono dos lotes. O capítulo 4 também apresenta a visão das distintas organizações atuando no assentamento tais como: o INCRA, a EMATER, a CPT, a Secretaria Municipal da Agricultura, e o MST. Além das conclusões uma síntese foi feita acerca das principais questões observadas. Como

também, uma série de sugestões do que poderia ser feito para melhorar o grau de consolidação das unidades produtivas dentro do processo de reforma agrária são apresentadas de forma a subsidiar a implementação de políticas públicas que visem a suportar o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de reforma agrária.

## **CAPÍTULO 1 - SOBRE CAMPESINATO E TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS RURAIS**

### **1.1. As Visões Teóricas Clássicas do Campesinato: entre Marx, Lênin e Chayanov**

O conceito de Campesinato constitui um importante referencial teórico na análise dos processos históricos de formação das classes sociais no meio rural, e um importante referencial ideológico nos diversos discursos e movimentos políticos. Segundo Llambi (1991), em cada período histórico o processo de acumulação do capital engendra seu próprio campesinato, constituindo agentes sociais históricos específicos de origem diversificada e com trajetórias diferentes. Por outro lado, a contínua ruptura da tradicional categoria do campesinato, como originalmente conceituada por Marx, mereceu um amplo estudo por parte de teóricos marxistas, e vem sofrendo ao longo do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura e penetração do capitalismo no meio rural, profundas transformações que propiciaram o surgimento de novas categorias teóricas, onde se destaca a da agricultura familiar, que se configura numa nova identidade do produtor rural moderno. Nesta perspectiva de estudo da unidade camponesa, torna-se necessário não só discutir a noção marxista de campesinato na ótica de alguns teóricos clássicos, mas também aquela proposta por Chayanov, através de Heynig (1982), Abramovay (1992) e Cardoso (2002).

#### **1.1.1. A Visão Marxista do Campesinato**

Do ponto de vista da teoria Marxista sobre o campesinato, Abramovay (1992) considera ser impossível encontrar na estrutura de “O Capital” um conceito definitivo sobre o que é o camponês, ao afirmar que *“do ponto de vista marxista, é realmente possível falar conceitualmente em classe operária e burguesa, sendo que campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categorias que formam as leis básicas de desenvolvimento do capitalismo”*. Para Abramovay, Marx considerava que os ‘operários fundiários’ – termo que usava para designar o campesinato – só emergiriam como a “terceira” classe na medida que a eles correspondia um rendimento cuja origem é a mais-valia-social. Marx acreditava

ainda que, se ao camponês fosse atribuído lucro, ele se tornaria um capitalista, e se recebesse um salário, se tornaria um proletário. Assim, a impossibilidade de se definir claramente a natureza e a origem de seus rendimentos demonstra que o conceito de camponês em “O Capital” está ausente. No Marxismo, as duas classes capazes de incorporar nelas mesmos elementos básicos de organização contemporânea seriam a burguesia e o proletariado, e somente elas são nesse sentido consideradas classes e possuem a universalidade de conceito (Abramovay, 1992:35-36).

De acordo com Heynig (1982), os camponeses, na Europa, foram identificados com propriedade privada em pequena escala. Heynig afirmou que Marx apoiou o progresso das relações de propriedade capitalista para libertar os camponeses do que ele chamava de *idiotismo rural*, de forma que eles podiam se considerar como aliados do proletariado ou da burguesia. Ao dissolver a propriedade dos trabalhadores da terra, o capitalismo criaria então as condições para sua inteira expansão.

Diferentes autores reconhecem também a condição de subordinação do campesinato em relação às demais formas de produção econômica existentes, e definem o “modo de produção camponês” como sendo um modo de produção subordinado, cuja propriedade básica é ser dominado a partir de relações de produção capitalistas (Tepicht 1973, Velho 1976, apud Soares, 1981). Marx já mencionava esta hipótese ao referir-se à pequena produção como organização econômica constante que se encaixava tanto no feudalismo como no capitalismo (Marx, 1971c: 808-809 apud, Soares, 1981). Heynig (1982) afirma, ainda, que os teóricos marxistas, preocupados com o futuro do campesinato como classe, deveriam notar que Marx considerava *campesinato* como um modo de produção que se situava ao mesmo nível da comunidade primitiva.

Entretanto, a análise do primeiro livro de “O Capital”, sobre a acumulação originária, indica o processo de transformação pelo qual passou o camponês ao ser transformado em assalariado dentro de um contexto de produção capitalista. Marx (1978) afirma que o regime do capitalismo pressupõe o divórcio entre os produtores e a propriedade (meios de produção) sobre as quais realizam seu trabalho. No processo de desenvolvimento do capitalismo, a produção capitalista não só manteria este divórcio, mas também proporcionaria sua reprodução numa escala ainda maior. Assim, o capitalismo engendrou um único processo considerado por

Marx, como processo de dissociação entre o produtor e a propriedade sobre a qual exerce seu trabalho. Na visão de Mello (1999), o capitalismo também engendrou, além da dissociação da relação de vínculo direto do trabalhador com a terra, a dissociação das relações de propriedade destes com os instrumentos de trabalho. Esta dissociação dos vínculos diretos entre trabalhadores e condições objetivas de produção teria como resultado final o trabalho livre. Segundo Marx (1978), o processo de dissociação de um lado transformou em capital os meios de produção, enquanto que do outro lado transformou os produtores em trabalhadores assalariados. Assim, Marx ao definir a acumulação originária afirmou o seguinte:

*"A chamada acumulação originária, não é mais que o processo histórico de dissociação entre o produtor e os meios de produção... (Marx, 1978: 608)".*

A acumulação é chamada de *originária* porque forma uma etapa a qual se considera como sendo pré-histórica do capital e do regime capitalista de produção. Além disso, o fato de a estrutura econômica da sociedade capitalista ter brotado da estrutura econômica da sociedade feudal, era necessário que existisse uma pré-etapa considerada transitória, na qual a exploração feudal se transformou em exploração capitalista e, servindo de suporte para a fase posterior do desenvolvimento do capitalismo.

Vários fatos ocorreram ao longo do período da acumulação originária, entre os quais se destacam as expropriações violentas e repentinas dos produtores rurais e camponeses dos seus meios de produção, para serem sujeitados ao mercado de trabalho como proletários livres privados dos meios de sobrevivência. Segundo Mello (1999), o processo de acumulação originária aconteceu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI, e nele o processo de expropriação do produtor rural, do camponês, privados de seus meios de subsistência, constituiu a base de todo processo. Assim, o fenômeno da acumulação originária é originariamente europeu e se estendeu por todas as regiões do velho continente. Mello afirma ainda que Marx tomou como exemplo a Inglaterra, e demonstrou a decadência do antigo regime de servidão, claramente evidenciado no final do século XIV, e a progressiva substituição da relação servil de produção pelo arrendamento do solo a lavradores independentes, arrendatários livres, que passam a explorar a terra praticando o assalariamento. Deste modo, o

processo de proletarização do camponês aconteceu tardiamente na Rússia com o surgimento do capitalismo após a libertação do camponês das relações de produção feudal, fato inicialmente estudado por Lênin.

### **1.1.2. A visão Leninista Sobre Campesinato**

As questões relacionadas ao campesinato, na Rússia, eram principalmente caracterizadas por três etapas fundamentais, que foram analisadas por Lênin: (1) a luta contra o latifúndio feudal; (2) o processo de desenvolvimento do capitalismo na Rússia; e (3) a ação política do proletariado rural contra a burguesia rural (Lênin, 1988; 1981; 1980). Lênin considerava a existência da propriedade latifundiária, na Rússia, como forma de poder dos latifundiários feudais, que condenavam a população da Rússia à miséria, à vassalagem e que encaminhava o país ao atraso generalizado (em todas as esferas da vida). Assim, a propriedade da terra dos camponeses – tanto para as comunidades das famílias, quanto para as propriedades de caráter privado arrendadas ou compradas – possuíam relações de semi-servidão, por causa da existência da divisão dos camponeses em categorias herdadas do regime servil. Neste sentido, Lênin afirma que era necessário que se lutasse para acabar com o tipo de relação exploradora que mantinha o camponês atrelado aos resquícios do modo de produção feudal. Na visão de Lênin, a ruptura destas relações semi-servi se constituiria como uma forma de luta do campesinato para a sua aspiração à nacionalização das terras pelo Estado. A nacionalização das terras seria então uma medida do interesse da burguesia, com o objetivo de garantir a liberdade do usufruto da terra. Neste contexto, o campesinato rico da Rússia já havia criado elementos da burguesia camponesa que vieram a ser consolidados através da reforma agrária “stolipiniana”. Junto com o fortalecimento da burguesia rural na Rússia, multiplicaram-se igualmente os operários agrícolas assalariados, os proletários e as massas de camponeses semiproletários (Lênin, 1988).

De acordo com Lênin, quanto mais decidida e conseqüente for a destruição e a eliminação da propriedade latifundiária da terra e a transformação agrária democrático-burguesa na Rússia, mais forte e rápido será o desenvolvimento da luta de classe do proletariado agrícola contra o campesinato rico que ganhava cada vez mais espaço com o desenvolvimento das práticas capitalistas. Neste contexto, com o

surgimento da revolução proletária, na Europa, Lênin apontou dois possíveis caminhos para o campesinato, que poderiam contribuir ou não para a revolução Russa, quando afirmou que:

*“... a sorte e o desenlace da revolução russa dependerão de se o proletariado urbano conseguiria levar atrás de si o proletariado rural e ligar a este a massa de semiproletários do campo; ou de se essa massa seguiria atrás da burguesia camponesa, propensa a aliar-se com os capitalistas e latifundiários, e com a contra-revolução em geral (Lênin, 1988)<sup>1</sup>”.*

Diante dessa preocupação, o partido do proletariado decidiu em conferência a nacionalização e passagem de todas as terras para as mãos do campesinato organizado em Sovietes de Deputados Camponeses, ou em outros órgãos de auto-administração locais, independentes dos latifundiários.

Com o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin (1981) analisou a diferenciação do campesinato no Sul da Rússia, e constatou a existência da desigualdade na distribuição de terras plantadas, em que uma minoria possuía grande quantidade de áreas plantadas em detrimento da maioria dos camponeses pobres. Assim, os camponeses que possuíam áreas extensas concentravam em seu poder a metade de toda produção, demonstrando o caráter comercial da agricultura. Durante o processo de produção, os camponeses com extensas áreas as separavam de acordo com o destino da produção: área destinada à produção de produtos para o consumo da família e trabalhadores, área destinada à produção de forragem para o gado e áreas destinadas à produção mercantil, cujos produtos eram destinados à venda e reserva de sementes para a próxima época de plantio. Com isto, a agricultura comercial transformava-se em capitalista, pois a produção total entre os camponeses grandes superava o trabalho produtivo familiar. Este era essencialmente um processo de produção capitalista no qual, segundo Lênin, a consequência era a transformação em mercadoria da força de trabalho, que era vendida pelos camponeses pobres caracterizando assim o emprego do trabalho assalariado.

Neste contexto, Lênin (1981) observava que a existência da penetração da produção mercantil na agricultura ocasionava maior competitividade na luta pela aquisição de terras, independência econômica, e tendo como consequência o

---

<sup>1</sup> Pravda, nº 45, 13 de Maio (30 de Abril ) de 1917.

deslocamento ou desapropriação dos camponeses médios e pobres pela burguesia agrária. Dado à fragilidade deste segmento, Lênin atribuiu também ao grupo dos camponeses médios e pobres as seguintes características: (1) possuíam pouca produção, (2) não existia grande diferença na sua situação econômica e (3) uns trabalhavam para seus vizinhos na aldeia, ou na maioria dos casos, como proletários do campo.

Assim, de acordo com os fenômenos sócio-econômicos que caracterizaram o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lênin concluiu que a conjuntura econômico-social em que se encontrava o campesinato russo era de uma economia mercantil, cujo camponês estava subordinado ao mercado de que dependia tanto para seu consumo, quanto para o consumo que visava à vitalização da sua fazenda. Além disso, o sistema de relações econômico-sociais no campesinato demonstrava a presença de contradições que existiriam em qualquer economia capitalista: competitividade, luta pela independência econômica, compra e arrendamento de terras, concentração da produção em mãos da minoria, deslocamento da maioria para o proletariado e a minoria para a exploração através do capital comercial, e a contratação de mão-de-obra. Finalmente, Lênin apontava que o conjunto de todas as contradições econômicas existentes no seio do campesinato definiu um processo de *“descampesinização”*.

No mesmo sentido, Lênin (1980) reservava para o campesinato médio uma integração gradual e planejada no trabalho da construção socialista, mediante o uso de estratégias que visavam a atrair os camponeses junto à classe operária. Lênin considerava importante que a construção do trabalho no campo estivesse relacionada a duas etapas fundamentais. A primeira etapa estava relacionada à conquista pelo poder em outubro de 1917 com participação conjunta do campesinato, que atingiu o seu auge somente em 1918 com a revolução proletária no campo. A segunda etapa estava relacionada à diferenciação dos elementos proletários e semiproletários no campo. A união destes segmentos com o proletariado urbano era importante na luta contra a burguesia rural, pois na concepção de Lênin, somente a aliança do proletariado rural com proletariado urbano seria capaz de alcançar a vitória.

Os camponeses pobres russos viram-se consolidados em organizações sócio-políticas, como os chamados comitês de camponeses, que foram posteriormente substituídos por Sovietes Rurais. Consolidava-se, deste modo, a

formação da agricultura socialista considerada o grande mérito da revolução proletária na Rússia. Este processo foi seguido pela expropriação completa dos latifundiários e capitalistas, sem exercer violência ao campesinato médio que por sua vez assumiria o papel de fazer aliança com o proletariado no campo. Como se pode observar, a revolução Russa trouxe para si o surgimento de duas classes fundamentais: a classe dos operários e a classe dos camponeses organizados, que passava a obter um amplo poder de decisão na discussão das questões relacionadas à transição da pequena agricultura para grande agricultura coletiva mecanizada.

Como se pode observar, diferente de Marx, o camponês estudado por Lênin, após uma etapa de luta e libertação do assalariamento com apoio do proletariado urbano, conseguiu participar organizadamente na construção do regime socialista na Rússia. Este processo estabeleceu uma ruptura com o trabalho familiar e a autonomia no poder de decisão do camponês, que passou a buscar mecanismos para se adaptar ao novo modelo coletivista de produção.

### **1.1.3. A Visão de Chayanov Sobre Campesinato**

Heynig (1982) afirma que Chayanov, em seu trabalho a *Teoria de Sistemas Econômicos Não-capitalistas*, critica a teoria moderna da economia pelo fato de somente incluir os fenômenos econômicos, exclusivamente, em termos da economia capitalista. Segundo Heynig, duas principais vantagens se podem encontrar nos estudos realizados por Chayanov: (1) Ofereciam uma teoria coerente acerca do fenômeno de produção camponesa em pequena escala ao longo de sua estrutura interna e sua capacidade por sobrevivência em um sistema capitalista: um fato que pode explicar, ao menos em parte, a atratividade dele para o debate atual; e (2) permitiam a discussão de categorias que se assemelham em quase todos os estudos ao assunto e é essencial para a análise da economia do camponês.

De acordo com Abramovay, Chayanov e Tepicht, diferentes da própria teoria marxista, a economia camponesa pode ser objeto de um conhecimento racional e positivo. Chayanov e Tepicht demonstraram as leis de funcionamento, bem como expressões científicas de uma existência que nada tem de contingente e ocasional: para Chayanov e Tepicht, o campesinato existe para responder a uma necessidade

social específica. O estabelecimento desta necessidade não é, ao contrário do que ocorre em Marx, a relação com o outro e a superação de si próprio no quadro desta relação. Ao contrário, é no interior do campesinato que foram procurados os elementos que fazem dessa forma social o mais velho e mais universal modo de produção conhecido na História (Abramovay, 1992).

Chayanov rejeitava a conceituação de Marx acerca do campesinato por considerar que Marx só usava categorias que correspondiam ao sistema capitalista. O agricultor familiar, como Chayanov concebia e que segundo Marx só poderia acontecer em outros sistemas da economia, não estava limitado exclusivamente ao setor agrícola. A ausência da categoria de trabalhador assalariado insinuava para Chayanov, que a cultura camponesa estava baseada no trabalho familiar pertencente a uma estrutura econômica que é fundamentalmente diferente dos empreendimentos capitalistas (Heynig, 1982). Assim, o uso do trabalho camponês seria limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. Estas necessidades não se confundiriam forçosamente com as necessidades de uma empresa. O trabalho, para o camponês, seria, então, muito mais valorizado quanto mais distante se estivesse deste objetivo. Inversamente, uma vez o consumo familiar assegurado, seria atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional do trabalho. De acordo com Chayanov, *“o volume da atividade familiar depende inteiramente do número de consumidores e de maneira alguma do número de trabalhadores”* (Abramovay, 1992:61).

Finalmente, Cardoso (2002), fazendo eco aos postulados de Chayanov e seus seguidores, argumenta que a estrutura camponesa se definia economicamente, de acordo com Chayanov, por quatro características principais: 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante usufruto; 2) trabalho predominantemente familiar (o que não exclui, em alguns casos, o emprego de força de trabalho adicional externa ao núcleo familiar); 3) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir uma eventual vinculação de mercado; 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas. Porém, o grau de autonomia está relacionado à segurança no acesso à parcela; grau de relação direta com o mercado vertical; e grau de gestão do camponês sobre sua parcela. Entretanto, uma melhor classificação sobre as unidades de produção camponesa será realizada pelos teóricos neo-marxistas havendo maior ênfase no

enfoque tipológico e grau de inserção no mercado, através de relações consideradas como horizontais e verticais.

## 1.2. O Debate sobre a Caracterização da Agricultura Familiar

Como discutido anteriormente, o debate Marxista sobre a agricultura e as relações sociais por ela engendradas estava amparado no seu papel econômico dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo. Contudo, entre a década de 20 e meados da década de 70 do século XX, a maioria dos estudos sociológicos sobre as sociedades agrárias e o mundo rural foi feita com base em outras teorias do pensamento social, distintas do Marxismo, como é o caso do *funcionalismo estrutural*. Neste contexto, Schneider (2003) afirma que as relações sociais e as categorias agrárias eram tratadas como “*questões agrárias*”, a partir da perspectiva do desenvolvimento do capitalismo. Schneider afirma que a maioria dos teóricos neo-Marxistas, não obstante divergirem na análise das formas familiares de produção na agricultura camponesa, convergiam na análise dos processos pelos quais o capitalismo penetra nas economias rurais, reestruturando a vida social e econômica dos indivíduos.

Assim, de acordo com Schneider, para os neomarxistas, a explicação sobre a persistência de formas sociais não-capitalistas ou familiares na agricultura deveria ser buscada nas especificidades que caracterizam a agricultura, sobretudo pelo fato de que a terra e a produção agrícola impõem obstáculos naturais, que acabam limitando a exploração capitalista dos recursos naturais. Este fato propiciaria a distinção do processo de produção agrícola dos demais processos produtivos, nos quais os fatores e meios de produção podem ser facilmente recriados. Um exemplo deste tipo de raciocínio refere-se ao período em que as plantas e animais estão se desenvolvendo através dos desígnios da própria natureza, seria um tempo que o capital teria dificuldades de controlar integralmente, ocasionando assim uma certa limitação na obtenção do lucro. Outros fatores que limitariam o completo desenvolvimento do capitalismo na agricultura e obtenção do capital seriam o caráter perecível apresentado por grande parte de produtos agrícolas e o predomínio de formas de trabalho temporário ou sazonal na agricultura. Neste sentido, Goodman (apud Schneider, 2003) previa ainda a possibilidade de que a agricultura em tempo

parcial viria a se desenvolver mais intensamente, fazendo com que os agricultores fossem transformados em arrendatários virtuais ou reais e o agricultor daria lugar ao bio-administrador, a biotecnologia e as tecnologias de informação.

A partir desta preocupação, surgiu a idéia de que, no capitalismo, a agricultura comportava-se como um modo de produção específico, no qual a produção mercantil simples deveria ser entendida como um modo de produção pré-capitalista, que se articulava com o modo de produção capitalista mais amplo através das trocas de mercadorias entre os pequenos agricultores e a economia de mercado, intermediada pela agroindústria (Schneider, 2003). De forma similar, Friedmann (1978 a, 1978 b, apud Schneider, 2003), rejeitando o conceito de campesinato, sugeriu a utilização do conceito de produção simples de mercadorias, utilizado originalmente por Marx para caracterizar as formas sociais que estão integradas apenas de modo parcial à divisão social do trabalho e aos circuitos de valor, para explicar a dinâmica de reprodução de formas familiares sob regime capitalista.

Por sua vez, Lamarche (1993 e 1999), citado por Schneider (2003), sugeriu o uso do enfoque tipológico para analisar as unidades familiares em seu conjunto. Lamarche classificava as unidades familiares segundo seu grau de integração no mercado, estando assim representadas por duas extremidades: o *modelo original* e o *modelo ideal*. O *modelo original* seria o ponto de partida da análise, e representaria o tipo de unidade familiar a que os agricultores pertenceriam no passado; e o *modelo ideal* é, por sua vez, a representação do tipo de unidade familiar que todo agricultor projetaria para seu futuro, e que em função do mesmo, seriam organizadas estratégias e tomadas de decisões. Deste modo, a agricultura familiar moderna constituir-se-ia como resultado das transformações por que passaram as formas camponesas ao longo da história. Segundo Lamarche, tal processo não seguiria uma trajetória linear. Um outro aspecto relevante de suas análises indicaria as propriedades familiares como sendo unidades de produção agrícola nas quais a propriedade e o trabalho estariam intimamente ligados à família e sua diversidade e capacidade de adaptação. Neste contexto, Schneider considera que a pluriatividade constitui-se numa forma genérica de adaptação dos agricultores à sociedade capitalista, e constitui-se num elemento estratégico das famílias na luta pela sua sobrevivência e manutenção das suas propriedades (Schneider, 2003).

Finalmente, Brumer (2001), considera o lucro como um componente que vai definir o questionamento teórico da produção familiar, com base na maximização do uso da mão-de-obra de sua família. Ainda dentro desta mesma perspectiva, Gasson et al. (1988), caracterizam a atividade agrícola como um negócio essencialmente familiar porque: os responsáveis mantêm entre si relações de parentesco ou casamento; a propriedade de negócio é geralmente combinada com controle da administração; o controle é passado de uma geração para outra dentro de uma mesma família (Gasson et al, 1988, apud Schneider 2003). As divergências teóricas entre Marxistas, neomarxistas e os seguidores de Chayanov ainda informam grande parte das discussões que ocorrem acerca do destino histórico deste grupo social. Ainda que não seja possível no escopo deste trabalho identificar qual destas teorias é mais acertada, a análise feita indica que este é um debate ainda inconcluso.

### **1.3. As Diferentes Definições Sobre a Reforma Agrária**

Solon (1998) buscou no Dicionário Webster's uma definição para reforma agrária, onde encontrou que esta significa *“a adoção de medidas destinadas a efetuar uma distribuição mais justa de terras agrícolas, especialmente por meio de intervenções governamentais”*. Para Solon, a grande desigualdade na posse de terras tem obstaculizado o desenvolvimento rural de muitos países em desenvolvimento. Solon considera também que o papel do Estado no processo de Reforma Agrária é crucial, já que este articula e implementa as políticas públicas e serve de árbitro nos conflitos, por deter o monopólio legítimo de força coercitiva dentro de seu território; ou seja, possui a responsabilidade de buscar o “bem público” para todos os cidadãos.

Dorner (1991) afirma que várias tentativas de Reforma Agrária foram iniciadas em várias regiões do mundo entre o final da década de 40 e dos anos 50. Em alguns casos, a reforma teria ocorrido devido a pressões executadas por camponeses insatisfeitos com a sua condição de vida e principalmente devido ao aumento do crescimento populacional e a pressão resultante sobre a concentração da posse da terra, nas mãos de poucos proprietários. Entretanto, o marco histórico da reforma agrária no continente americano aconteceu no México entre 1934 e 1940, durante o governo de Cárdenas. Segundo Llambi (1991), a reforma agrária cardenista se

propunha a realizar não somente uma maior redistribuição de terras, mas também, a realização de grandes obras de irrigação, oferecimento de assistência técnica, e a regulação de mercados.

Por outro lado, Dorner (1991) indica que, embora a reforma agrária fosse uma questão antiga na América Latina, somente nos anos 60 é que se tornou uma questão política central. Na maioria dos países latino-americanos, teriam sido aprovadas leis de reforma agrária, mas que não resultaram em mudanças substantivas, pois as legislações não garantiram que ações fossem tomadas efetivamente. As instituições agrárias criadas apresentaram características singulares originadas dos padrões históricos de assentamento e conquista, porém, tais instituições estavam calcadas em valores religiosos, sociais, políticos e culturais antecedentes.

No caso Brasileiro, a proposta governamental de reforma agrária foi formalmente instituída em 1964, através do Estatuto da Terra que foi promulgado em pleno Regime militar. No artigo 1º e parágrafo 1º deste Estatuto, pode-se verificar que a reforma agrária era considerada como: *“o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”*. O Estatuto da Terra afirma também os objetivos da reforma agrária no artigo 16, versando que esta visava a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a justiça social, o progresso e o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio (Estatuto da Terra, 1964).

Silva<sup>(d)</sup> (2001) ao analisar a reforma agrária na visão dos autores considerados clássicos dos anos 60 – Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Júnior e Inácio Rangel – afirma que reforma agrária não era considerada como uma questão fundiária e muito menos uma questão relativa à distribuição de terras. Nesse contexto, Silva argumenta que Passos Guimarães considerava a concentração de terra e o poder político dos seus proprietários (tidos como feudais) como problema central. Para Passos Guimarães, a concentração de terras e a distribuição da renda que dela resultava, impediam o desenvolvimento capitalista de forma mais democrático, porque obstaculizava a criação de um mercado interno amplo para a indústria. Assim sendo, Passos Guimarães propunha a realização de uma reforma agrária redistributiva. Por sua vez Caio Prado Júnior desmistificou a

argumentação do caráter feudal do latifundiário brasileiro, mostrando que as relações de produção predominantes na agropecuária brasileira, sempre haviam sido capitalistas desde o período colonial. Na sua percepção, para democratizar as relações de produção no campo, era fundamental que o Estado viesse em socorro dos trabalhadores rurais através de uma legislação que garantisse os mesmos direitos conquistados pelos assalariados urbanos. Já Inácio Rangel considerava que o problema agrário estava relacionado ao excedente populacional decorrente da rapidez da modernização da agricultura brasileira. Em sua opinião, o crescimento da produtividade no interior dos “complexos rurais” liberava força-de-trabalho muito rapidamente, gerando uma capacidade ociosa nos campos, de terras não mais necessárias à produção, e nas cidades, de mão-de-obra que não encontrava ocupação nos novos setores criados pela industrialização substitutiva de importações, exceto a construção civil. Deste modo, sua proposta era de juntar os dois recursos ociosos: a terra e a mão-de-obra, para solucionar o problema agrário.

Finalmente a discussão em torno da questão da reforma agrária realizada pelos autores: Passos Guimarães, Caio Prado Júnior e Inácio Rangel, retratam propostas conducentes que visavam a solucionar problemas decorrentes no meio rural, que de forma direta ou indireta contribuiriam para o fortalecimento da agricultura familiar.

#### **1.4. A Agricultura Familiar no Contexto Internacional e no Brasil**

Veiga (1991) afirma que quando se analisa a agricultura numa perspectiva histórica, a forma predominante em todos os países capitalistas desenvolvidos é a da agricultura familiar. Assim, nas regiões e países que tiveram esta modalidade de funcionamento da agricultura, o desenvolvimento foi muito mais articulado e menos excludente que naquelas onde prevaleceram os obstáculos que impediram o acesso à terra e, conseqüentemente, o predomínio do latifúndio como no caso Brasil (Abramovay, 1995). No mesmo sentido, Silva<sub>(g)</sub> (1999) apontou para realidades específicas no desenvolvimento da agricultura familiar. Por exemplo, nos países desenvolvidos, a atual agricultura familiar proveria de um modelo camponês, guardando até o presente seus traços sócio-culturais. Isto não teria impedido que, na França, a modernização das unidades familiares transformasse as unidades camponesas, tornando-as eficientes e competitivas no mercado internacional. No

entanto, a imposição de um modelo produtivista aos agricultores resultou na marginalização dos estabelecimentos menores, que não puderam ou não souberam adaptar-se ao processo, tendo resultado num êxodo do campo.

No caso brasileiro, Wanderley (2001) indica que a evolução do campesinato reflete as peculiaridades dos processos sociais mais gerais da formação histórica do país, especialmente dentro do seu período colonial, onde se destacariam: a dominação econômico-social e política da grande propriedade; a escravidão e a existência de enormes fronteiras de terras livres ou possíveis de serem ocupadas pela simples ocupação e posse. Esta discussão foi muito bem esclarecida por Prado Júnior (1982), quando este refutou a possibilidade da existência de um sistema agropecuário com resquícios feudais ou semifeudais no Brasil. Prado Júnior considerava que, não obstante ter havido a predominância deste sistema, no início da colonização, por intermédio das *capitanias hereditárias*, o que se teve no Brasil foi a escravidão servindo de base a uma economia mercantil. Assim, Prado Júnior afirmava ser mais conveniente falar-se de restos escravistas ou servis, e de relações semi-escravas ou semi-servis, já que em algumas regiões do Brasil ainda pesavam, nas relações sociais e econômicas, formas de exploração de trabalho identificadas com a herança escrava.

Por outro lado, Silva<sup>(g)</sup> (1999) considerou que, diferentemente dos países latino-americanos, o Brasil não possui um setor camponês facilmente identificável. Segundo Silva, este fato seria oriundo de características específicas do Brasil, entre as quais se destaca a extensão do território que possibilita a existência de contrastantes configurações regionais e, principalmente, devido à forma particular de desenvolvimento que o capitalismo engendrou no Brasil. Assim, a história do campesinato, no Brasil, poderia ser definida como o registro de lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade, bem como para constituir um *território* familiar que fosse capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores.

Martins (1995), ao tratar da relação entre os camponeses e a política no Brasil, considera que os termos “camponês” e “campesinato” são dos mais recentes no vocabulário brasileiro, e que sua presença no Brasil seria fruto da importação política produzida pelas esquerdas partidárias nos anos cinqüenta. Um trabalhador com características de classificação “camponês” nos países da Europa e América Latina, no Brasil tinha denominações específicas em cada região, tais como: *caipira*,

*caičara, tabaréu e caboclo*; ou seja, estão definidos espacialmente. Entretanto, Caio Prado Júnior considerava que não se teve nem se tem no Brasil nada que se pareça ao camponês das concepções políticas como o camponês que seria um personagem de uma estrutura feudal ou dos restos do feudalismo, porque as chamadas relações feudais ou semif feudais assimilam-se antes ao assalariado. Martins considera ainda que a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas relacionado ao espaço geográfico, ou seja, o campo em contraposição ao povoado ou à cidade, mas à estrutura da sociedade; assim o camponês pretende ser, não apenas um mero nome, mas, sobretudo, também a designação de um destino histórico.

Além da precariedade de suas condições sócio-econômicas, o campesinato brasileiro seria também caracterizado pela instabilidade dentro da conjuntura do desenvolvimento capitalista. Wanderley (2001) afirma ser possível identificar o que optou por chamar de processos de campesinização, descampesinização e *recampesinização*. Estes processos revelariam os caminhos da instabilidade estrutural que caracterizaria a atual trajetória do campesinato brasileiro. A situação de campesinização mais evidente registrada teria sido a ocupação das serras gaúchas pelos colonos imigrantes da Europa, desde o final do século 19, onde um campesinato de origem européia pôde se implantar no interior do país. Segundo Palácios (1987), o processo de descampesinização seria aquele pelo qual o Estado e os latifundiários desestruturaram a economia e as formas sociais de agricultores pobres livres como foi o caso do Nordeste oriental nos anos 60. Neste mesmo contexto, a busca de novas terras no Sertão reinstalaria em novas condições as comunidades de base familiar, através de um mecanismo denominado por estes autores de *recampesinização* (Palácios, 1987, apud Wanderley, 2001).

Assim, o estudo da atual dinâmica do campesinato e das unidades de produção rural nos remete a uma análise mais profunda de suas estruturas, organização e sua ação do ponto de vista produtivo, configurado no que se vem conceituando como sendo agricultura familiar. Denardi (2001) afirma que este conceito é relativamente recente no Brasil, pois anteriormente falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e, antes disto, se utilizava o termo camponês. De acordo com Blum (2001), Molina Filho (1976) classificava as propriedades como latifúndio, empresa capitalista, empresa familiar e unidade produtiva camponesa, enquanto que Alencar e Moura Filho (1988) apresentavam uma classificação

diferente; pois dividiam as propriedades em: latifúndio, empresa agrícola capitalista, unidade ou empresa de produção familiar, unidade familiar camponesa e unidade neocamponesa (Blum, 2001).

Finalmente, a FAO (órgão das ONU para a agricultura) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – definiram a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural ser feita pela família; o trabalho ser desempenhado na sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencerem à família, e serem passados de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes. Além disso, a FAO e o INCRA, baseados na Renda Monetária Bruta – RMB (diferença entre receitas e despesas), classificaram ainda as propriedades em patronais e familiares. Gollo e Konzen (1988) caracterizam a agricultura familiar de acordo com a disponibilidade de terra, emprego de mão-de-obra familiar; prática da policultura de forma isolada ou em consorciação; insuficiência de capital; utilização de baixo nível tecnológico; baixa produtividade do trabalho e, em consequência, baixo nível de renda (Gollo e Konzen, 1988, apud Blum, 2001).

Como se pode observar, o debate sobre campesinato no Brasil trouxe, além da reflexão sobre a importância da identificação do trabalhador rural configurado em realidades sócio-espaciais diferentes e definidos historicamente, também a construção da definição de categorias de proprietários rurais dentro de sua configuração do ponto de vista produtivo; prostrando uma diferenciação entre os produtores rurais, de acordo com a capacidade de inserção tanto na produção quanto no mercado.

## CAPÍTULO 2 - A QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

### 2.1. Políticas Públicas na Agricultura Familiar

Nas últimas quatro décadas, o que se obteve de políticas públicas para agricultura, foi principalmente a agrícola, destacando-se três pontos fundamentais: a) a política agrícola brasileira foi paulatinamente orientada em consonância com os interesses do *agrobusiness*; b) a política agrícola perdeu importância e cedeu espaço para as políticas macroeconômicas, sobretudo a partir dos pacotes econômicos e da liberalização, e c) atribui-se novos papéis para a agricultura na geração de emprego e na preservação ambiental. Denerdi (2001) afirma que os agricultores familiares, principalmente as pequenas unidades camponesas, nunca tiveram forças para influenciar e pressionar as instituições governamentais que tomam as principais decisões sobre a política agrícola.

Nessa mesma ótica, Leite (1995), ao analisar os padrões do desenvolvimento da agricultura no Brasil, traçou uma visão crítica sobre a chamada modernização conservadora afirmando que: *“a modernização do campo, que já fora” “revolução verde” nos Estados Unidos, ganhava adjetivos próprios, tais como “modernização conservadora”, “modernização dolorosa”, etc., justamente por manter uma estrutura fundiária altamente concentrada ao lado dos desdobramentos perversos no campo social e político, sobretudo.* Leite considera que o processo de modernização conservadora foi caracterizado por vários aspectos, sendo que os mais importantes foram o econômico (que concentrou os recursos financeiros disponíveis); o ecológico (que generalizou o uso do padrão tecnológico com impactos sobre o meio ambiente); o produtivo (que intensificou a interface agricultura-indústria, calcada numa estrutura oligopolizada); o trabalhista (que incrementou a sazonalidade da mão-de-obra); o financeiro (que estimulou a ingerência do capital financeiro na agricultura e valorização dos recursos fundiários); o demográfico (que transferiu mais de 28 milhões de pessoas do campo para cidade no período de 1960 a 1980); o social (que manteve condições insuficientes de trabalho e transporte no campo); e o geográfico (que centralizou a modernização em determinadas regiões do país, não eliminando os bolsões de pobreza no setor rural) (Leite, 1995).

Por outro lado, Delgado (2001) afirma que a intervenção do Estado na agricultura tem como objetivo fundamental regular os mercados agrícolas, garantindo preços e rendas para os agricultores, e estimulando a produção

doméstica, de modo que o abastecimento alimentar, especialmente urbano, não seja comprometido pela escassez de produtos e por preços internos muito elevados. Assim, a intervenção do Estado na agricultura seria inserida em dois principais tipos de política econômica: a política macroeconômica e a política setorial. Delgado define as duas políticas consoante sua importância da seguinte forma: enquanto a política macroeconômica busca afetar os grandes agregados da economia, e é composta basicamente pela combinação das políticas fiscal, monetária, comercial e cambial; a política setorial refere-se à política econômica formulada com o objetivo de influenciar diretamente o comportamento econômico-social de um setor específico da economia nacional (e.g; indústria, agricultura, transporte etc.). Delgado afirma ainda que no setor agrícola podem-se mencionar três tipos de políticas econômicas setoriais: a política agrícola, a política agrária, e a política diferenciada de desenvolvimento rural.

Neste contexto, a política agrícola visaria tanto afetar o comportamento conjuntural (de curto prazo) dos agricultores e dos mercados agropecuários, como os fatores estruturais (tecnológicos, uso da terra, infra-estrutura econômica e social, carga fiscal etc.) que determinam seu comportamento de longo prazo. A política agrária, por sua vez, teria como objetivo intervir na estrutura da propriedade e da posse de terra no meio rural, através de sua transformação ou regularização nas regiões onde a terra já foi historicamente apropriada privadamente, e de sua influência no processo de ocupação de novas terras na fronteira agrícola. As políticas ou programas diferenciados de desenvolvimento rural seriam usualmente dirigidas a segmentos empobrecidos do campesinato e, também assumem um caráter de políticas de desenvolvimento rural-regional.

De forma similar, Passos e Khan (1988) identificaram três períodos distintos de caracterização da política agrícola: o primeiro período iniciou-se com o império e estendeu-se até fins da década de quarenta. Um segundo período, caracterizado pela expansão da fronteira agrícola, teve início na década de 50 a 60 e visava a industrializar o país, concedendo ao setor industrial subsídios que causaram efeitos perversos para agricultura, tais como a transferência de intensiva mão-de-obra e capital para o setor industrial. Finalmente o terceiro período teve como marco o biênio 1963/64 e se estende até os dias atuais; nesse período o país sofreu modificações no seu perfil econômico e social, com a penetração do capitalismo no campo que produziu um aumento na concentração de terra, a proletarianização do

trabalhador rural, e a migração forçosa da população rural para as periferias dos grandes centros urbanos.

Com relação à concentração de terra, pode-se observar no estudo realizado por Souza e Lima (2003) que entre os anos 1970 e 1980, ocorreu um pequeno aumento na concentração de terras, caracterizado por uma elevação no índice de Gini (0,838 a 0,853). Assim, de acordo com Souza e Lima, o balanço da área entre os maiores e menores estabelecimentos agrícolas teria tido uma notória diferença, onde se observa que o percentual da área correspondente aos 5% maiores estabelecimentos manteve-se em crescimento até 1985, ao passo que o relativo à área correspondente aos 50% menores estabelecimentos manteve-se em declínio durante todo período de 1970 a 1985 (Souza e Lima, 2003).

De acordo com Prado Júnior (1978), o período do início do decênio 60 estava caracterizado por duas contradições que resultaram em uma dualidade. Essa dualidade era parte de dois sistemas econômicos imbricados um no outro: de um lado estava o sistema tradicional, centrado e voltado na produção de gêneros primários como o café, o cacau, o sisal, a castanha-do-pará, voltados para a exportação; e do outro o sistema de produção de gêneros voltados para o mercado interno priorizando a indústria. Prado Júnior afirmava ainda que nesse período, a industrialização no Brasil, embora absorvendo a maior e melhor parte dos recursos do país, não suscitou uma atividade econômica que absorvesse e incorporasse o crescimento demográfico verificado, e em especial, para os excedentes expelidos e deslocados do setor agrário. Este fato era comprovado, de um lado, pelo crescente desemprego e a progressiva marginalização de uma importante parcela da população rural que clamava pela sobrevivência, e do outro, pela existência de uma relativa abundância de meios e bens (Prado Júnior, 1978).

Por sua vez, Buainain (1997) analisa a evolução da política agrícola brasileira identificando-a em cinco fases. A primeira fase compreendeu desde o estabelecimento do Sistema Nacional de Planificação Agropecuária, em meados dos anos 60, até final da década de setenta. Esse período foi marcado principalmente por um instrumento central da política agrícola, o crédito subsidiado, concedido através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A segunda fase corresponderia aos primeiros anos da década de oitenta, que foram marcados pelo crescente desequilíbrio externo e pela eclosão da crise da dívida. A terceira fase relacionava-se aos primeiros anos da Nova República, no período compreendido

entre 1985-1988, impregnado pela crise dos anos 1980 – 1984, que desacelerou consideravelmente a expansão da produção agropecuária que crescera de forma acelerada na década de setenta. De forma a reagir a esta situação, o governo da Nova República reativou os instrumentos de apoio à agricultura, em função da implantação do Plano Cruzado, estabelecendo uma política de garantia de preços mínimos para o setor agrícola. Entretanto, a política de garantia de preços mínimos não se sustentou por causa do fracasso do Plano Cruzado. A quarta fase engloba o final dos anos oitenta até 1995. A partir de 1988 o governo federal introduziu medidas que visavam a liberalizar e desregulamentar os mercados agropecuários, e que foram depois confirmados pela Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 e Lei nº 8.174, de 30 de janeiro de 1991, que definiram limites à intervenção do Estado na agricultura (Buainain, 1997).

Uma das políticas agrícolas mais importantes no período compreendido entre os anos 60 e 70, do Século XX, foi o crédito subsidiado, que atendeu às necessidades dos formuladores da política da modernização da agricultura brasileira. Esta política beneficiou, principalmente, os grandes produtores, aqueles que mais facilmente e rapidamente teriam condições de atenderem aos incentivos do uso de insumos modernos na agricultura (Santos, 1988). Sayad (1984) constatou também que a maior parcela de crédito rural foi destinada a grandes produtores rurais e o objetivo de proteger e incentivar os pequenos e médios produtores rurais não foi atingido<sup>2</sup>. O tipo de tecnologia existente no período direcionou o processo de modernização para os produtos exportáveis, como soja, café, açúcar e trigo (Santos, 1988).

Do ponto de vista das políticas do crédito, Sayad (1984) avaliou que o Programa de Crédito Rural no Brasil propunha “*estimular o crescimento ordenado dos investimentos rurais*”; *financiar “o custeio oportuno e a comercialização de produtos agropecuários*”; “*fortalecer os produtores rurais, particularmente os pequenos e médios*” e *facilitar a introdução de métodos racionais de produção no setor agrícola*. Além disso, ao avaliar a eficácia deste programa, Sayad (1984), notou que a existência de taxas de juros muito baixas no crédito rural implicou que os agentes financeiros encarregados de distribuir os fundos disponíveis alocassem uma parcela maior do crédito aos agricultores que apresentavam um risco menor e ofereciam um montante de garantia real maior e tinham um índice de liquidez maior.

---

<sup>2</sup> Em 1971, apenas 31 por cento do total de crédito fornecido pelo Banco do Brasil destinava-se a pequenos tomadores – empréstimos menores do que 100 salários mínimos (Sayad, 1984).

Além disso, Sayad observou que o Programa de Crédito acentuou a desigualdade existente na distribuição de riqueza, já que dispôs de mais subsídios para os que já detinham um maior volume de riqueza (Sayad, 1984).

Ao analisar a relação do setor agrícola com os demais setores, Albuquerque e Nicol (1987) consideraram o setor agrícola como elemento de suporte e intermediário, fundamental para o crescimento econômico. Isto só seria possível na medida em que a agricultura passasse a desempenhar cinco principais papéis: a) liberação da mão-de-obra para o setor industrial; b) fornecimentos de produtos alimentícios e matérias-primas a custos constantes ou decrescentes; c) suprimento de capital para o financiamento de investimentos industriais; d) suprimento de divisas estrangeiras através da exportação de produtos agrícolas, necessárias ao financiamento de importações para o setor industrial; e) criação de mercado interno para produtos industriais.

De forma complementar Silva<sup>(d)</sup> (1999), ao analisar padrões tecnológicos na agricultura familiar entre os grandes e pequenos produtores no Brasil, constatou a existência de impossibilidade de acesso aos meios tecnológicos entre os pequenos agricultores, principalmente no acesso à tecnologia mecanizada. Neste caso, para os pequenos produtores a tendência de tecnificação estava mais direcionada no sentido de absorver as tecnologias físico-químicas. Este fenômeno é parte dos efeitos perversos da modernização conservadora, que visou a produzir tecnologia direcionada aos grandes produtores rurais, num processo que acabou excluindo os pequenos produtores dos seus benefícios (Silva<sup>(d)</sup>, 1999).

Na visão de Guanziroli (1998), as grandes explorações têm a maior capacidade de rentabilizar os segmentos de suporte, tipo transporte, processamento, comercialização das mercadorias, mas estas não são atividades “*porteira adentro*”, ou estritamente de produção agropecuária. Guanziroli et al (2000) afirma ainda que, apesar das vantagens dos grandes produtores por meio da política agrícola, o setor oposto, o dos agricultores familiares, têm conseguido manter seu lugar na produção agropecuária a taxas bastante razoáveis, contribuindo com 37,9% da produção total, apesar de ter apenas 30,5% da terra e recebendo apenas 25,3% do crédito rural total. Com estas cifras, os agricultores familiares, mesmo com menos crédito, produzem mais que os grandes produtores sendo mais eficientes no uso da terra e do capital. Essa vantagem seria dada pelo uso excessivo de mão-de-obra não assalariada, uma característica singular do trabalho familiar.

No que tange às políticas públicas destinadas à agricultura familiar, se destacam hoje no país a Previdência Social e o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). A Previdência é a mais importante política social para os agricultores familiares brasileiros. As aposentadorias e pensões mensais recebidas por grande número de beneficiários de famílias pobres fazem da Previdência Rural, a política pública de maior alcance social no país. De acordo com Denardi (2001), Campanhola e Graziano da Silva afirmam que o pagamento de benefícios previdenciários rural é fundamental para a economia dos municípios, além de ser um poderoso instrumento para evitar o agravamento da exclusão social. Denardi considera ainda que os impactos socioeconômicos da previdência rural são muito expressivos; segundo dados do IPEA, a renda familiar das famílias contempladas com o seguro previdenciário rural está, em média, 16% acima da renda domiciliar de famílias sem acesso aos benefícios pagos pelo INSS.

Na perspectiva atual da política da agricultura familiar, em março de 1995, o então presidente da República Fernando Henrique Cardoso, publicou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Até então a linguagem era diferente daquela que caracterizava a postura dos governos anteriores com relação ao tema: não se tratava de “ajudar” a “pequena produção”, mas sim, de concentrar os recursos escassos da política agrícola em um setor que mostrava dinamismo econômico. Deste modo, o mais importante seria que a gestão fosse executada e concebida no plano local; mas para isso, a descentralização não dependeria apenas da vontade do governo, mas sim, da capacidade de organização e mobilização das instituições representativas dos agricultores familiares (Abramovay, 1995).

O PRONAF é considerado a primeira política pública diferenciada em favor dos agricultores familiares brasileiros e representa uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas no Brasil. O PRONAF seria resultado das lutas lideradas pela Contag e, no caso específico da Região Sul, pelas ações e pressões da Frente Sul da Agricultura Familiar. Até o momento, o PRONAF tem permitido a massificação ou socialização do acesso ao crédito de custeio para considerável número de agricultores familiares. Contudo, o acesso ao crédito ainda não representou grande avanço em termos qualitativos, porque, a rigor, o PRONAF é um crédito rural tradicional, financiando o custeio de produtos, sistemas e pacotes tecnológicos tradicionais. A falta de crédito para

financiar mudança nos sistemas de produção, para reconversão produtiva e para atividades não-agrícolas no meio rural acaba prejudicando o desenvolvimento da agricultura familiar.

O primeiro ano do mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva foi marcado, especificamente, pelo lançamento do Plano Safra em junho de 2003. De acordo com o documento “Jornal da Agricultura Familiar”, o Plano Safra se trataria do mais completo plano agrícola já realizado para o setor no país, estando diretamente relacionado a um dos maiores programas sociais do governo do presidente Lula, o Programa Fome Zero. O objetivo central do Plano Safra seria investir cerca de R\$ 400 milhões em 2003 na agricultura familiar, com o propósito de produzir alimentos básicos (arroz, feijão, milho, mandioca, e trigo), que viabilizassem o abastecimento do Programa Fome Zero. A partir deste contexto pode-se também inferir que os recursos do PRONAF atribuídos à agricultura familiar contribuem de certa forma para o fortalecimento do Programa Fome Zero. Além disso, o governo federal estaria reativando sua Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para a agricultura familiar, seja ela de origem nos assentamentos de reforma agrária ou não (MDA<sup>3</sup>, 2003). Ainda com respeito à agricultura familiar, especificamente no que tange à concessão de crédito aos agricultores, o governo do presidente Lula dispôs um montante de R\$ 5,6 bilhões que em tese permitirá uma elevação de 970.000 para 1.400.000 do número de contratos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Além disso, o governo federal também anunciou a negociação de dívidas antigas dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária que chegou a R\$ 2,45 bilhões (MDA, 2003).

Finalmente, uma outra ação do governo Lula foi a criação do novo Plano de Reforma Agrária assinado pelos ministros do Desenvolvimento Agrário Miguel Rossetto, do Meio Ambiente Marina Silva, e o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Rolf Hackbart, em dezembro de 2003. O novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) visaria a atender às vocações e diversidades de cada região do país, conforme afirma o ministro Miguel Rossetto:

*“É preciso reconhecer as diferenças do imenso mundo rural brasileiro. Não faremos uma única reforma agrária, mas sim várias reformas agrárias, que dialoguem com as culturas e tradições dos nossos territórios, que estimulem o correto manejo dos recursos*

---

<sup>3</sup> Ministério do Desenvolvimento Agrário.

*naturais para o desenvolvimento sustentável do campo e da floresta” (Rossetto, 2003).*

De forma adicional Hackbart afirma que o novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), prevê o respeito às diferenças regionais, às tradições e ao meio ambiente, pois:

*“Esse modelo de assentamento já faz parte do novo PNRA porque prioriza a concepção de território, a recuperação e a preservação do meio ambiente sustentável...” “O assentamento é feito a partir do zoneamento econômico e ecológico, destacando a integração econômica e social da região e do município onde ele se insere” (Hackbart, 2003).*

Deste modo, os últimos desdobramentos das políticas agrícolas demonstram de forma clara a persistente tensão dentro do Estado brasileiro que oscila entre a preferência pelo financiamento do setor agro-exportador e o apoio à agricultura familiar. A presente análise demonstra que esta precária oscilação reflete as contradições de classe que historicamente permeiam a questão de propriedade da terra e o acesso ao crédito governamental no Brasil, que tem sido realizada de forma diferenciada por parte dos distintos governos, sendo deste modo, considerado também como um dos motivos da luta pela garantia de melhores condições de trabalho dos pequenos produtores rurais e da luta pela terra.

## **2.2. A Reforma Agrária na Agenda Política Do Brasil**

Morisawa (2001) afirma que a questão da luta pela terra no Brasil começou após a chegada dos portugueses no período colonial. O Brasil foi dividido por capitanias hereditárias, e entregue aos donatários com a condição de que a explorassem e pagassem impostos à Coroa. Contudo, as capitanias formadas continuaram pertencendo à Coroa Portuguesa até 1822, e mais tarde ao Império brasileiro até 1850<sup>4</sup>. Com a proximidade do fim da escravatura e diante dos conflitos por terra em várias regiões do país, a Coroa brasileira estabeleceu a Lei de Terras

---

<sup>4</sup> Os donatários não poderiam vender as terras, mas as poderiam entregar em forma de sesmarias, a pessoas que quisessem produzir nelas. Com o fim das capitanias hereditárias em 1759, a Coroa portuguesa tornou-se autoridade na colônia brasileira. Em 1822, após a independência, foi suspensa a concessão de terras de sesmarias, até que uma nova lei fosse elaborada para resolver a questão agrária do novo país. Em 1850, foi estabelecida a Lei de Terras.

(Lei 601) em 1850, com o principal objetivo de vetar o direito de posse de terra aos ex-escravos e brasileiros pobres.

Stédile (2002) afirma que o Brasil não teve movimentos sociais camponeses antes de 1850, porque até então não havia camponeses organizados como classe social. Stédile considera, portanto, que o primeiro período do início da dinamização entre os movimentos sociais ocorreu a partir de 1850 a 1930. Este período se caracterizou por dois eventos proeminentes: o primeiro foi a implementação do modelo agro-exportador como modelo econômico da sociedade, que se baseava na produção típica do *plantation*, ou seja, fazendas com grandes extensões de terra, dedicadas à monocultura (café, cana, algodão, pecuária extensiva, cacau) e com mão-de-obra escrava; e o segundo evento foi a luta pela liberdade dos escravos e pela crise deste modelo econômico em resolver as necessidades da sociedade brasileira. Stédile (2002) analisou como fundamental nas informações do meio rural o nascimento da burguesia industrial representada pela Revolução de 30, tendo implantado o modelo de industrialização do Brasil. Stédile afirma que este modelo passou a exigir espaço econômico para a pequena produção camponesa, tendo ocasionado um aumento na proliferação das unidades camponesas. Da mesma forma, Medeiros (2002a) observou que o período do pós-guerra foi caracterizado também pela universalização de categorias tais como, lavradores, trabalhadores agrícolas, e camponeses. Essa universalização produziu o reconhecimento social e político desses trabalhadores, bem como seus direitos enquanto profissionais, produtos de um conjunto de lutas sociais, baseadas em concepções de direitos, possibilitando ao segmento se constituir como classe.

De forma similar, Morisawa (2001) identificou três principais etapas no processo de luta pela terra: (1) as lutas messiânicas ocorridas entre 1888 a 1930, destacando-se a guerra dos Canudos no sertão da Bahia e a do Contestado, na região entre os Estados de Paraná e Santa Catarina; (2) as lutas radicais localizadas e espontâneas, que ocorreram entre 1930 e 1954, que foram conseqüência da expansão da atividade do Estado para o interior do Brasil, através da construção de ferrovias e rodovias<sup>5</sup>; (3) e as lutas organizadas com caráter ideológico e de alcance Nacional, entre 1950 e 1964. Neste último período ocorreu a formação de diversas

---

<sup>5</sup> Este acontecimento condicionou a ação dos grileiros sobre os posseiros, na tentativa de apropriação de terras, e esse período foi também caracterizado com a intervenção do Partido comunista do Brasil (PCB), na tentativa de intermediar os conflitos entre grileiros e posseiros, ajudando a organização dos posseiros em sindicatos rurais e associações de lavradores.

Ligas Camponesas, com o objetivo de realizar a luta em torno de uma reforma agrária radical. Este processo esteve caracterizado pela presença do PCB e da Igreja Católica.

Por outro lado, Medeiros (2002a) explica a atmosfera reinante durante o início dos conflitos no setor cafeeiro, afirmando que durante a introdução do trabalho livre na cafeicultura, durante o prenúncio do fim da escravidão negra, foram documentadas manifestações dos trabalhadores do campo, em recusa das condições de trabalho que lhe eram impostas no final do século XIX e início do século XX. Estes conflitos ocorriam somente na esfera privada, e pretendiam regular as relações entre os patrões e colonos de acordo com o contrato, visando a pôr fim o relacionamento tradicional baseado nas relações reinantes na escravidão. No entanto, no chegar dos anos 30 o tema da regulamentação do trabalho rural apareceu com novas perspectivas, não sendo mais tratado de forma particular, como era o caso dos colonos de café, mas para tratar do trabalho no meio rural em geral. A partir deste período a questão do campo começou a ser tratada sob diferentes registros: desde a defesa intermitente de Getúlio Vargas da extensão dos direitos trabalhistas para o meio rural em 1937, até o decreto DL 7038/44 de 1944, que passou a garantir a representação paralela para patrões e empregados.

Para Bergamasco e Norder (1996), as políticas fundiárias se dirigiam no início da década de 60 para responder às pressões feitas pelos movimentos sociais no campo. Nessa época o termo “assentamento” começou a ser utilizado quando a população do meio rural começava a ser expulsa em larga escala para os centros urbanos. Em função da tensão que se vivia no meio rural, a mobilização camponesa fortaleceu-se com a criação das “Ligas Camponesas”, o que aguçou a luta dos assalariados rurais por melhores salários e por direitos trabalhistas; a resistência dos posseiros e arrendatários contra a expropriação das terras que vinham ocupando, e o aumento das taxas de arrendamento. Além disso, este movimento conseguiu estabelecer aliança com setores urbanos, ganhando força política e repercussão nacional, o que tornaria mais abrangente a questão agrária e unificação de lutas que até então ocorriam de forma isolada. Estes acontecimentos tiveram reconhecimento dos partidos políticos, que por sua vez tornaram relevante o tema da reforma agrária na década de 60.

De 1954 a 1964, a organização da classe camponesa emergiu através da formação de três grandes movimentos: a ULTABs (União de Lavradores e

trabalhadores Agrícolas do Brasil) que foi feita pelo Partido Comunista, as Ligas Camponesas e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), que surgiu no Sul com influências do Partido Trabalhista Brasileiro. Este fato propiciou o fortalecimento da ideologia de luta em torno de uma reforma agrária radical, sob o lema de *“Reforma agrária na lei ou na marra”*, principal bandeira de luta das Ligas Camponesas. Este processo contou com o apoio do PCB (Partido Comunista Brasileiro) e da Igreja Católica, cuja posição comum, era de se realizar uma reforma agrária por etapas, com indenização em dinheiro e títulos aos proprietários cuja terra fosse desapropriada (Morisawa, 2001). Stédile (2002) identificou ainda um quarto movimento representado pelos movimentos camponeses organizados e influenciados pela Igreja Católica, dentre os quais se configurou a formação de dois pólos distintos: um setor conservador que articulou a formação de sindicatos e buscou evitar a influência do comunismo através das Ligas Camponesas e das ULTABs e um setor progressista, que era dirigido pela CNBB e que impulsionou as Ligas e sindicatos dos trabalhadores mais combativos. Este processo de organização acabou sendo abortado com o advento do regime militar de 1964 quando as organizações camponesas foram colocadas na clandestinidade e a maioria dos seus líderes foram presos ou mortos. Não obstante da pressão exercida pelo regime militar, a luta pela terra obteve forte influência política e passou a figurar na agenda política de vários governos através do compromisso com a questão da reforma agrária, como elemento necessário para a solução de conflitos no meio rural.

### **2.3. A Reforma Agrária e os Distintos Governos a Partir da Década de 60**

Do ponto de vista político, a busca de solução para a questão agrária começou a ocupar espaço na agenda governamental já a partir do período pós Segunda Guerra Mundial. Contudo, apenas no começo dos anos 60, o presidente Jânio Quadros, nos primeiros dias do seu governo incluiu na agenda governamental a questão das desapropriações por interesse social, visando a eliminar o latifúndio e condicionar a posse da terra e a monocultura ao interesse social. Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, João Goulart, incentivou a aliança entre camponeses e trabalhadores urbanos para a realização de uma reforma agrária

ampla, a qual defendia a desapropriação das terras localizadas às margens das rodovias e açudes públicos federais, bem como, a regulamentação do pagamento das desapropriações com títulos da dívida pública, ao invés do pagamento prévio em dinheiro (Bergamasco e Norder, 1996). Nesse mesmo período, João Goulart obteve também apoio no Congresso Nacional para adotar medidas na área da agricultura e abastecimento, tendo sido promulgadas leis delegadas, dentre as quais se destacou a Lei Delegada nº 11, que criou a Superintendência da Política Agrária (Supra), com absorção do serviço social rural (Beskow, 1999).

Os anos 1963 e 1964 foram marcados pelo início da institucionalização dos direitos dos trabalhadores rurais, com o Estado reconhecendo e enquadrando as demandas que surgiam no meio rural. Nessa base, foi regulamentado o sindicalismo rural, reconhecendo trabalhadores de um lado e patrões de outro; foi também aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural estendendo os direitos trabalhistas no campo; logo após o golpe militar foi aprovado o Estatuto da terra, estando assim regulamentados as condições de acesso à terra e os contratos de parceria e arrendamento (Medeiros, 2002a).

Em 1964, já durante o regime militar, e com o objetivo declarado de evitar a emergência de uma revolução comunista, o presidente-marechal Castelo Branco, decretou o Estatuto da Terra. O objetivo teórico do Estatuto da Terra era de introduzir novos conceitos para designar os diferentes tipos de propriedade da terra no Brasil, e instituir o processo de desapropriação, seja de latifúndios ou minifúndios, que estivessem em desacordo com o que estabelecia. Além disso, o Estatuto criou o imposto territorial e estabeleceu a definição da *função social da terra*<sup>6</sup>. Junto com o estatuto também foi criado o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), órgão que passou a ser responsável por todas as questões referentes à terra no Brasil. Contudo, poucos aspectos progressistas do Estatuto jamais foram implementados, e este acabou sendo apenas uma forma precária e autoritária de viabilizar uma política econômica conservadora no campo (Morisawa, 2001). Como resultado dos governos militares que se sucederam no período de 1964 a 1984, este foi considerado como sendo o período de maior desnacionalização da indústria brasileira e incremento de empresas multinacionais. De acordo com Silva<sub>(d)</sub> (1999), de forma similar o processo

---

<sup>6</sup> De acordo com a constituição de 1988, artigo 186, a função social da terra representa: (1) aproveitamento racional e adequado da terra; (2) a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e a preservação do meio ambiente; (3) o cumprimento das leis que regulam as relações trabalhistas; (4) a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

de desenvolvimento da agricultura adotado pelos governos militares trouxe efeitos indesejáveis como o aumento da concentração fundiária, do êxodo rural e a superexploração dos empregados e a concentração de renda, que acabaram afetando os pequenos produtores e empregados rurais.

Ao final dos anos 70, a discussão sobre a Reforma Agrária voltou ao centro do debate político brasileiro em função de dois fatores: (1) a evidência de que o crescimento experimentado pela economia brasileira durante a década havia beneficiado somente uma minoria da população e tinha afetado negativamente os trabalhadores, especialmente nas áreas rurais, e (2) a pressão política exercida pelos movimentos sociais agrários que ressurgiam, após um longo período de repressão política (Silva<sup>(f)</sup>, 1993). Assim, nos anos 80, foi iniciado um novo ciclo de lutas que refletiam as profundas transformações pelas quais passava a sociedade brasileira e pela presença de novas formas nos conflitos sociais. O surgimento de novos temas - dentre os quais se destacam os efeitos sociais da construção das usinas hidrelétricas, a importância da preservação de áreas de matas, os efeitos da modernização sobre os pequenos agricultores - se deram a partir de novas organizações sociais que se somavam às anteriores, como os *sem terra* e *seringueiros*. Por outro lado, enquanto as categorias mais usuais dos anos 70 (posseiros, arrendatários, parceiros e assalariados), refletiam em referência à lei, a categoria dos *sem terra* e *seringueiros* refletiam a nova dinâmica das lutas sociais, expressando identidades surgidas no processo de crítica e enfrentamento que ocorria nas áreas rurais (Medeiros, 2002a).

Na primeira metade dos anos 80 ocorreram transformações políticas importantes no Brasil, dentre as quais se destaca a transição do regime militar para o democrático-parlamentar. Neste momento, a reforma agrária ressurgiu então com grande importância política através do candidato Tancredo Neves, cuja agenda política continha os compromissos para a realização de uma reforma agrária “*sem violência e sem traumas*”, e para a criação de uma política agrícola mais abrangente para viabilizar a produção dos assentados e outros agricultores familiares. No entanto, com a morte de Tancredo Neves pouco antes de sua posse, seu vice José Sarney assumiu a Presidência da República, que em tese manteve os compromissos de reforma agrária propostos por Tancredo Neves (Bergamasco e Norder, 1996). Entretanto, a tensão aumentava no meio rural com o crescimento das ocupações de terra ao longo da primeira metade dos anos 80 por causa da falta de

ações concretas pela reforma agrária. Neste momento, a organização dos trabalhadores rurais consolidou-se com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1984, que se tornaria uma importante força motora das desapropriações a partir daí realizadas, em especial após o fim do período do regime militar (Medeiros, 2002b). Neste momento de grande pressão política José Sarney delegou ao INCRA a responsabilidade de elaborar uma proposta inicial de reforma agrária ainda fundamentada no Estatuto da Terra (Bergamasco e Norder, 1996). Por outro lado, no final dos anos 80, a luta pela terra que até então se concentrava no sul do país, expandiu-se em novos espaços, ganhando expressão nacional. Este aumento da quantidade de ocupações implicou também que a quantidade de conflitos ganhasse proporções ainda maiores no campo (Medeiros, 2002b).

Morisawa (2001) afirma que, neste período, a produção das políticas em torno da Reforma Agrária contou com a participação do grupo coordenado pelo professor José Gomes da Silva através do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). O PNRA estava teoricamente direcionado para beneficiar posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários. No entanto o PNRA não foi materializado, pois o presidente Sarney assinou o Decreto 91.766 (decreto que aprovou o PNRA em 10 de outubro de 1985), numa versão distinta da que havia sido apresentada pela equipe do INCRA. Este fato refletiu a pressão causada pela formação da União Democrática Ruralista (UDR), cujo principal objetivo era impedir a realização de uma reforma agrária simples e fazer retroceder o Estatuto da Terra naqueles aspectos que ameaçavam o latifúndio (Morisawa, 2001). Além disso, ainda no decorrer do governo do presidente Sarney, a desapropriação da terra por interesse social deixou de figurar como medida prioritária. Em seu lugar foi dada preferência à ocupação de terras públicas ou colonização em fronteiras agrícolas, sendo adotado o mecanismo da “desapropriação negociada”, que passou a interessar a muitos proprietários pela possibilidade que o mesmo oferecia para a obtenção de indenizações pela desapropriação de áreas inférteis de suas terras. No entanto, o presidente Sarney centralizava a decisão final sobre qualquer delimitação das áreas prioritárias para desapropriação e os poderes Legislativo e Judiciário também dificultavam a conclusão das desapropriações e a implementação dos assentamentos. O resultado desta combinação foi que entre 1985 e 1989 apenas 82.690 famílias foram assentadas (Bergamasco e Norder, 1996; Morisawa, 2001).

Ainda de acordo com Morisawa (2001), no governo do Presidente Collor, iniciado em 1990, as promessas em torno do desenvolvimento econômico estavam mais voltadas para as elites econômicas do país seguindo o ideário do neoliberalismo. No que se referia à agricultura, a política do Presidente Collor foi negativa para os interesses dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais sem terra, pois durante o curto período de Collor na presidência da República, os trabalhadores rurais foram duramente reprimidos e pouco foi feito pela reforma agrária. Apesar de Collor de Mello ter prometido assentar cerca de 500 mil famílias, seu governo assentou apenas 9.381 famílias. Deste modo, tanto Sarney quanto Collor de Mello deram continuidade ao tipo de regularização fundiária implementada durante a ditadura militar, direcionando a reforma agrária para a região Amazônica e descartando a desapropriação por interesse social. Bergamasco e Norder (1996) afirmam ainda que o governo do presidente Itamar Franco, que sucedeu Fernando Collor de Mello, não se comportou de forma muito diferente mesmo tendo anunciado a realização de algumas desapropriações (Bergamasco e Norder, 1996). O presidente Itamar Franco aprovou a Lei Agrária (Lei 8.629), através da qual as propriedades rurais no Brasil foram reclassificadas. A lei 8.629 representou ainda a regulamentação das desapropriações de terra para fins da Reforma Agrária. Como o Estatuto da Terra teria sido criado para controlar as lutas em torno da Reforma Agrária, pois o período de 1979 a 1992 foi marcado por expressivas mobilizações em torno da questão da distribuição de terra (Morisawa, 2001).

Ao analisar as políticas do presidente Fernando Henrique Cardoso, Filho (2001) concluiu que a Reforma Agrária teria sido uma das mais apropriadas políticas públicas para distribuir a terra e gerar desenvolvimento sustentado na agricultura brasileira, mas não foi realizada porque as principais forças políticas do país, apesar de afirmarem seu interesse em implantá-la, não tornaram um instrumento efetivo de transformação. Deste modo, durante os quatro anos do primeiro mandato de FHC estava previsto o assentamento de 280 mil famílias, sendo que 40 mil seriam apenas em 1995. Contudo, apesar do governo FHC ter decretado a desapropriação de 148 imóveis rurais logo no seu início, os obstáculos legislativos, jurídicos e institucionais permaneceram os mesmos dos governos anteriores, trazendo como consequência o aumento do pessimismo dos movimentos sociais em relação à implementação da reforma agrária. Além disso, persiste a lógica dos governos anteriores que somente

efetivaram projetos de reforma agrária<sup>7</sup>. O governo FHC tomou uma série de atitudes que visavam a minimizar a onda de conflitos que aconteciam no setor rural entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) e os latifundiários, a partir de uma ótica de criminalização aos movimentos sociais. Dentre as medidas se destacam a criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária em 1995, o que acabou retirando, na prática, do Ministério da Agricultura a responsabilidade de executar a reforma agrária (Bergamasco e Norder, 1996; Filho, 2001).

Após a criação do Ministério da Reforma Agrária, o governo FHC procurou mostrar-se agressivo e eficaz na implementação da reforma agrária, anunciando metas nunca antes alcançadas. Dentre as metas estabelecidas se encontravam alterações legais, aumento de volume de crédito para assentados através do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e para a agricultura familiar através do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), a redução de conflitos agrários e a implementação de novos programas de apoio à Reforma Agrária (e.g.; Lumiar, Casulo, Recadastramento Nacional dos Imóveis Rurais, Banco da Terra etc.). Com isto, o governo FHC procurava demonstrar um enorme e bem sucedido esforço na implantação da sua política agrária, tendo-a denominado de “revolução cultural”. Por outro lado, o governo FHC também fazia críticas contínuas aos movimentos sociais, principalmente ao MST, procurando desqualificá-los, enfraquecê-los e criminalizá-los (Filho, 2001).

No final de março de 1999, já dentro do seu segundo mandato, FHC lançou a chamada Nova Reforma Agrária. A Nova Reforma Agrária anunciava um novo tipo de desenvolvimento rural para o país, em contraste com o padrão de agricultura incentivado pelo próprio governo. Para implantar este novo modelo de desenvolvimento rural, o governo anunciou a mudança no sistema de obtenção de terras para fins de reforma agrária, cujo instrumento principal passou a ser o Banco da Terra. O Banco da Terra tinha seu funcionamento calcado em leilões de terras privadas, em detrimento do mecanismo das desapropriações das terras improdutivas. Assim, para o governo FHC, a reforma agrária passou a ser feita, prioritariamente, via mercado. Para sustentar a sua proposta, o governo apresentou alguns argumentos, destacando os seguintes: a força do latifúndio ou dos interesses

---

<sup>7</sup> Exemplo claro, o massacre de Corumbiara no Estado de Rondônia aos 09 de agosto de 1995 e o massacre de Eldorado dos Carajás no Estado do Pará aos 17 de abril de 1996, citados por Comparato (2003); duas tragédias que tiveram repercussão internacional e pressionaram o governo FHC a tomar medidas concretas em prol da reforma agrária.

conservadores ligados à estrutura agrária brasileira, o agravamento dos conflitos no campo e o suposto esgotamento do modelo e ações anteriores de reforma agrária (Filho, 2001).

Na Nova Reforma Agrária do governo de FHC surgiu a proposta de descentralização da reforma agrária, que procurava transferir para os Estados e Municípios o custo financeiro e político da implantação da reforma agrária. Nesta proposta, os Municípios, por meio dos Conselhos Municipais, teriam a função de definir metas de assentamento e terras a serem compradas, ao mesmo tempo em que seriam responsáveis pela seleção e cadastro dos beneficiários do programa (Filho, 2001).

Morisawa (2001) afirma também que o governo FHC, além de tentar descentralizar a Reforma Agrária, desejava transformar o INCRA em controlador das funções públicas. Por outro lado, Morisawa concluiu que o governo federal descumpriu o estabelecido na Constituição, no que dizia respeito à função social da terra, pois permitiu aos latifundiários continuarem usando a terra especulativamente e como meio para tráfico de influências junto ao poder público. Por outro lado Andrioli (2003) mostrou que, apesar de dois mandatos do governo FHC terem sido assentadas 584.655 famílias, o baixo investimento em infra-estrutura nos assentamentos contribuiu para aumentar o êxodo rural. Em última instância, o governo FHC apesar de sua ampla estratégia de propaganda e extensiva tentativa de desqualificar os movimentos sociais, manteve-se nos marcos dos governos anteriores, tendo contribuído muito pouco para o avanço da reforma agrária.

Após as eleições presidenciais de 2002 a vitória do presidente Luís Inácio Lula da Silva gerou novas expectativas nas mudanças sociais. Dentre elas, se inclui o projeto de uma reforma agrária ampla e justa. De acordo com Andrioli (2003), o primeiro ano de mandato do presidente Lula, apesar de o número de famílias assentadas ter ficado muito abaixo do projetado, este foi considerado positivo por causa dos investimentos federais realizados na agricultura familiar. De toda maneira, o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva assentou cerca de 13.672 famílias em 2003, número bem baixo da meta de 60 mil famílias até março de 2004. Este fato é explicado pela restrição, por parte da equipe econômica do governo Lula dos gastos em assentamentos no orçamento federal, e a decisão de não aplicar os Títulos da Dívida Agrária para a reforma agrária, por supostamente estarem contribuindo para o endividamento público (Andrioli, 2003). Deste modo apesar de

ainda estar no início do seu mandato, Lula parece estar confrontado entre as mesmas discrepâncias entre planejamento e a realidade que marcaram a maior parte dos outros governos instalados a partir de 1964.

#### **2.4. A Questão da Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro**

No Estado do Rio de Janeiro, dentre as ações tomadas pelo governo estadual, desde da década dos 30, deve ser destacado o Plano Piloto de Ação Agrária, implementado pelos governos de Roberto da Silveira/ Celso Pessanha e Badger da Silveira, no período de 1959/1964. A partir deste plano foram desapropriados cerca de 18.500 hectares para promover a ocupação das áreas para fins de reforma agrária (Silva<sup>(c)</sup>, 1998). Neves (1997) indica que foram criados diversos projetos de fixação de trabalhadores rurais em lotes de terras pelos órgãos responsáveis pela reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro e alguns desses projetos têm sua origem na década de 60, enquanto outros são mais recentes e decorrem de políticas adotadas a partir da década de 80. Por outro lado, para que se tenha um melhor entendimento das origens e da dinâmica dos assentamentos rurais localizados no Estado de Rio de Janeiro é necessário situá-los no quadro de algumas das especificidades da questão agrária fluminense. Entre estas especificidades pode-se incluir a urbanização intensa e concentrada espacialmente, e a tendência ao esvaziamento econômico e populacional das cidades interioranas. Por outro lado as regiões do Grande Rio, Serrana, da Baía da Ilha Grande, dos Lagos e do Norte-Noroeste Fluminense são as que apresentam índices mais elevados de concentração fundiária, com as quatro primeiras marcadas por especulação imobiliária e a última, pela presença das grandes propriedades canavieiras (Medeiros *et all*, 1999).

Na segunda metade da década de 70, o programa de racionalização da agroindústria açucareira no Estado de Rio de Janeiro gerou não só uma concentração da produção agrícola, mas principalmente industrial<sup>8</sup>. Nesse período

---

<sup>8</sup> Maia (1999), afirma que após o Proálcool (Programa Nacional do Álcool), lançado em 1975, que direcionava altos subsídios para a monocultura canavieira proporcionando uma produção de 11,9 bilhões de álcool no Brasil, o setor sucro-alcooleiro entrou na maior crise de toda sua história, trazendo grandes problemas para a indústria brasileira no Estado do Rio de Janeiro, com a baixa produtividade das lavouras, capacidade ociosa das indústrias, baixa rentabilidade do setor e com a concorrência de outros Estados do Centro-Sul do Brasil como São Paulo.

(1975 a 1980), após o Proálcool, o setor sucro-alcooleiro entrou em crise trazendo grandes problemas para a indústria do Estado do Rio de Janeiro. Especificamente, no município de Campos dos Goytacazes, foram desativadas seis usinas e nos demais municípios produtores de cana-de-açúcar no Estado de Rio foram desativadas mais quatro. A desativação das usinas se deveu ao endividamento crônico dos usineiros e de sua dependência em relação aos subsídios governamentais (Neves, 1997). Neves afirma, ainda, que a falência de certas usinas propiciou a implementação do processo de expropriação das mesmas por parte do Estado. Entre os exemplos mais marcantes podem ser citados a Usina Santa Maria, que foi transferida de proprietário sob condição de inadimplência em 15 de fevereiro de 1989, e que desde 1990 está paralisada. A Usina Novo Horizonte enfrentou a reação dos credores e trabalhadores, de 1982 a 1985, tendo sofrido desapropriação da quase totalidade de suas terras para a realização da reforma agrária em 1988 (Neves, 1997).

Por outro lado, o Estado de Rio de Janeiro foi contemplado pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) da Nova República, tendo sido definido como área prioritária para a realização da reforma agrária (INCRA, 1987). O Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA) tinha como proposta ampliar a capacidade de consumo da população que se encontrava fora do mercado consumidor, e visava a assentar 16 mil famílias entre os anos 1985-89 (Medeiros *et al*, 1999). No primeiro governo de Leonel Brizola (1982-1985), foi criado o órgão estadual para a reforma agrária, SEAF (Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos), que mantinha sob sua responsabilidade 27 assentamentos. No segundo mandato de Brizola (1990-1994), a Secretaria de Assuntos Fundiários teve sua denominação e funções ampliadas, passando também a ter ação sobre regularização dos assentamentos urbanos, que passaram a ter prioridade nas ações governamentais (Silva<sub>(c)</sub>, 1998). Já Medeiros *et al* (1999) afirmam que o governo de Moreira Franco, iniciado em 1987, diminuiu os recursos para os assentamentos rurais e mudou a postura perante os conflitos, passando a lançar mão de uma política de contenção e repressão, esvaziando politicamente a Secretaria responsável pela reforma agrária. Além disso, mesmo com o retorno do Brizola em 1990, o cenário instalado por Moreira Franco manteve-se praticamente inalterado. No governo de Marcelo Alencar (1995-1998), foi criado o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), que passou a gerir os

assentamentos rurais criados pelo governo estadual. O plano de atuação do ITERJ incluía quatro grandes programas: (1) organização de assentamentos dos trabalhadores sem terra; (2) administração do patrimônio público (terras públicas estaduais); (3) ordenação do território; (4) regularização de terras de pequenas comunidades rurais (Medeiros et al, 1999).

O período compreendido pelo governo Garotinho e que incluiu uma rápida passagem da governadora Benedita da Silva, as ações do ITERJ têm se caracterizado mais por ações pontuais que não se configuram em uma política, mas por sua ação orientada em torno de um modelo de ações focalizadas que se configuram numa ação assistencialista.

## **2.5. O Debate Acerca das Causas da Desistência e Permanência na Reforma Agrária**

A partir da análise da literatura foi possível identificar que um dos principais elementos de debate gira em torno do processo de desistência dos assentados. A caracterização do que vem a ser desistência tem sido debatida por autoridades e pesquisadores ligados ao processo de Reforma Agrária, por supostamente colocar em risco os resultados por ele esperados (Marques et al 2000, INCRA 2002, e Vera et al 2002).

Assim não chega a ser surpreendente que por parte do INCRA uma crítica que tem sido feita à política de assentamentos rurais diga respeito exatamente ao abandono da terra por parte dos beneficiários. O percentual médio nacional de desistências nos assentamentos seria de aproximadamente 22%. Segundo o INCRA, alguns percentuais estimados foram relativamente altos, como nos casos de Carajás II e III (NOPA 01) e Colônia Reunida (NOPA 03), localizados no Estado do Pará (INCRA, 2002)<sup>9</sup>. Nestes casos, o INCRA aponta como causas de desistência os seguintes fatores: (1) a existência de uma forte ação migratória muito mais acentuada do que nas outras regiões; (2) o déficit hídrico e a baixa fertilidade dos solos; (3) e a marginalização econômica dos assentados (INCRA, 2002).

Medeiros e Bruno (1998) abordaram a questão da evasão de assentados nos assentamentos de reforma agrária tentando encontrar respostas esclarecedoras

---

<sup>9</sup> Dados do INCRA colhidos na Internet. [www.incra.gov.br/fao/l1p7.htm](http://www.incra.gov.br/fao/l1p7.htm).13k

para as razões do abandono em assentamentos. Ainda no concernente às razões das evasões, Medeiros e Bruno (1998) concluíram que as causas das evasões estariam em três principais ordens de fatores: (1) deficiência de infra-estruturas, que incluem ausência e a precariedade de serviços de uso coletivo previstos nos projetos de assentamentos, tais como escolas, atendimento médico e estradas. (2) aspectos diretamente ligados à ação do Estado e à forma como o processo de assentamento tem sido conduzido, incluindo-se a regularização e demarcação dos lotes, definição do seu tamanho, critérios de seleção de candidatos, atraso ou não da implementação da infra-estrutura básica, a irregularidade na liberação dos primeiros recursos e o não acompanhamento ou falta de incentivo à produção, comercialização e a ausência da assistência técnica, a insuficiência do crédito, prazos de carência que não correspondem ao ciclo de produção, demora na liberação das parcelas ou crédito créditos que não são pagos em sua totalidade; e (3) motivações relacionadas a determinantes sociais e culturais. Estão inclusas também as dificuldades inerentes à gestão do lote, e à imposição de regras e modelos organizativos sem discussão com os assentados. A partir de um estudo abrangendo todas as regiões do Brasil, Medeiros e Bruno estimaram que o índice de evasão em assentamentos rurais no Brasil seria em média de 26,2% e a distribuição dos casos de evasão por regiões seria da seguinte forma: Norte, 29,9%; Nordeste, 17,9%; Centro Oeste, 27,8%; Sudeste, 19,6%; e Sul, 27,5%.

Já Marques et all (2000), analisando o processo de evasão nos assentamentos rurais na região de Araçatuba – SP, concluíram que o assentado é produto de duas linhas de força: a econômica e a social. Assim, o fenômeno da desistência seria o resultado do processo de exclusão que marca o desenvolvimento brasileiro, principalmente depois da *modernização conservadora* do campo nos anos 60. Esta exclusão teria sido recentemente aprofundada pelo alto grau de desemprego urbano gerado por novas mudanças da organização do trabalho, pela aceleração das desigualdades de riqueza, e pelo processo de globalização da economia mundial. Segundo Marques e colaboradores, a tendência de abandono e desistência dos lotes pelos assentados diminui ao longo do tempo, com a grande parte das evasões ocorrendo na fase da implantação dos projetos, refletindo uma série de elementos que indicam a falta de adaptação do assentado ao lote, a falta de experiência no trabalho agrícola e a dificuldade de assimilação a um novo meio ambiente. De forma complementar, Vera et all (2002) afirmam que a evasão de

assentados decorre principalmente por motivos de conjuntura familiar, agravamento do estado de saúde por causa da velhice, dívidas de financiamento, falta de condições hospitalares e de saúde médica e de uma forma geral por causa da ausência de políticas públicas que apóiam o desenvolvimento dos assentados. Apesar de se constatarem evidências de evasão nos assentamentos de reforma agrária no Brasil, observa-se, também, que grande parte das famílias assentadas tem permanecido nos projetos de assentamentos.

### **2.5.1. A Pluriatividade Como Elemento Central na Persistência dos Assentados no Processo de Reforma Agrária**

Del Grossi e Silva<sub>(d)</sub> (2002) indicam que um elemento importante para a permanência/persistência dos assentados nos seus lotes é a pluriatividade, que se caracteriza pelo fato de a maioria dos assentados, além de praticar uma agricultura diversificada como fonte de sobrevivência dos assentados, exercem atividades extras, tanto dentro e fora do assentamento. Del Grossi e Silva afirmam também que a pluriatividade engloba cerca de 24% dos 7,5 milhões de domicílios rurais existentes no Brasil e 2 milhões dos 3,4 milhões de domicílios urbanos que têm pelo menos um de seus membros ocupados com atividades agrícolas. De forma similar, Anderson e Leiserson (1980) consideram ainda que a inclusão do trabalho não-agrícola entre as famílias rurais é um fenômeno que atingiu rapidamente regiões da África, Ásia, e América Latina, como resultado do desenvolvimento agrícola, sendo que dados colhidos em 15 países, incluindo o Brasil, mostram que a renda do trabalho não-agrícola era de 20 a 30% em 1970 (Anderson e Leiserson, 1980, apud Silva<sub>(d)</sub> e Del Grossi, 2001). Além disso, nos anos oitenta, a urbanização da zona rural brasileira proporcionou o crescimento do trabalho não-agrícola em áreas rurais, especialmente nas regiões do Centro-Oeste e Sudeste. Já nos anos noventa, para cada cinco pessoas que residiam nas áreas rurais onde a agricultura atingiu o seu desenvolvimento (como o Estado de São Paulo), no máximo eram empregados dois na agricultura e o restante era empregado em atividades não-agrícolas (Silva<sub>(d)</sub> e Del Grossi, 2001).

Carneiro resume pluriatividade como sendo:

*“O resultado de um processo historicamente datado que começa com o estabelecimento de um modelo ideal de exploração agrícola, se apoiando sobre a especialização da produção (e do trabalho) e sobre a produtividade dos tempos modernos, se distingue daquela que era praticada durante o período da proto-industrialização. Nestes termos ela é recriada por uma parte da população rural para afrontar as crises geradas pela modernização da agricultura, como o demonstram os sociólogos, os economistas, os agrônomos” (Carneiro, 1994:6, apud Alentejano, 2001:151).*

Neste contexto, Silva<sub>(a)</sub> (2000) observou que, no campo brasileiro, existe uma lógica inerente ao próprio desenvolvimento do capitalismo na agricultura, que ao expandir o trabalho assalariado tem trazido consigo, paradoxalmente, a necessidade de manutenção do trabalho familiar. Neste contexto, Silva analisou o cotidiano de camponeses que moram em Porteirinha (norte de Minas Gerais), buscando ressaltar a complexidade de sua luta pela permanência na terra, e constata que 90% das famílias daquela localidade possuem pessoas que estão fora de sua região, que saem temporariamente para trabalhar como assalariados no Sul de Minas e no Pontal de Paranapanema em São Paulo, retomando a vila nos tempos das águas (Silva<sub>(a)</sub>, 2000). Ainda sobre o fenômeno da pluriatividade, Alentejano (2001) afirma que o debate sobre suas raízes é recente e limitado no Brasil. Segundo Alentejano, o debate da pluriatividade teria tido sua origem na Europa, na década de 1980, tendo chegado no Brasil apenas na década de 1990.

Segundo Alentejano (2001), o avanço da pluriatividade é parte da realidade dos assentamentos rurais, aparecendo sob as mais diversas formas: 1) através da formação de cooperativas que diversificam atividades dentro dos assentamentos; 2) por meio da combinação do trabalho agrícola e não agrícola no assentamento. Alentejano estudou dois assentamentos no estado do Rio de Janeiro e constatou a importância que a pluriatividade vem adquirindo, especialmente no que diz respeito ao processo de formação dos assentamentos, à origem dos assentados, à dinâmica associativa e à integração com o mercado. Alentejano indicou também que os fatores que levam cada vez mais os trabalhadores rurais para a pluriatividade seriam as dificuldades crescentes que os impedem de sobreviver apenas da produção agrícola e o acelerado processo de urbanização no meio rural.

Por outro lado, a combinação de fontes de renda já teria se tornado uma estratégia comum entre a maioria das famílias no campo brasileiro, tendo dobrado a renda monetária familiar em relação à renda estritamente agrícola. Contudo, a

utilização de outras fontes de renda tem uma função complementar e não de substituição das rendas agrícolas (Tarsitano et al, 2000). Fialho e Miguel (2000) consideram também que a pluriatividade e as rendas não agrícolas têm a capacidade de absorver a totalidade da mão-de-obra familiar, mostrando-se eficazes em promover a permanência da população mais jovem no meio rural, assegurando ainda a reprodução socioeconômica das unidades de produção agrícola. De forma similar, Medeiros (2002) afirma que os assentamentos vêm criando também oportunidades de trabalho agrícola e não-agrícola. A implementação dos projetos agrícolas aos assentados possibilitaria a centralização de suas estratégias de reprodução familiar no próprio lote, embora, na maior parte dos casos, as famílias recorram a outras fontes externas de renda e trabalho. Desta forma, a renda das famílias passaria a ser um produto, não só da produção do lote, mas se constituiria numa complexa combinação de diferentes contribuições laborais.

Finalmente, Soares (1981) considera que uma maior atenção aos projetos dos pequenos produtores agrícolas certamente ajudaria a resolver melhor alguns problemas postos no debate a respeito da questão da reforma agrária no Brasil. Esta maior atenção prestaria também uma importante contribuição ao entendimento das relações mais comuns entre os camponeses e a terra. Silva<sub>(d)</sub> e Del Grossi (2001) enfatizam a importância da política de transferência de renda às famílias rurais, através de pensões e aposentadorias rurais, ao mesmo tempo em que consideram que o fato de o emprego não-agrícola estar crescendo no meio rural, não significa melhoria em condições de trabalho e renda para o trabalhador rural, porque a maior parte de trabalhos por eles realizados seria de caráter privado e atividades com baixíssimo nível de qualificação e formas de rendimento igualmente precários.

## **2.6. O MST e a Reforma Agrária na Região do Norte Fluminense**

Fundado em 1984, como resultado as intensas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais no Sul do Brasil, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) se consolidou como o principal movimento rural de expressão popular e ação política da luta pela reforma agrária no Brasil (Fernandes, 2000). Atualmente, o movimento MST está presente em 23 dos 26 Estados da federação. Entre 1986 e 1996, foram conquistados pelo

movimento 1.564 assentamentos, onde hoje estão assentadas 145.712 famílias. Além disso, as últimas estimativas apontam um aumento no número de famílias mobilizadas pelo MST, totalizando cerca de 250 mil famílias, entre assentamentos e acampamentos, o que representa mais de um milhão de pessoas. Uma prova de sucesso do movimento está no fato de que tem gerado outros movimentos, tais como: o MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), ligado à social-democracia sindical, o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), ligado a segmentos da esquerda, e o MUST (Movimento Unido dos Sem Terra), ligado à força sindical. Há ainda o MTST (Movimento dos Sem Teto), que reproduz as táticas do MST em áreas urbanas, reivindicando as moradias (Comparato, 2003).

Silva<sup>(b)</sup> (2003) afirma que Lira em entrevista realizada pela revista Veja, considera o movimento MST como sendo:

*“O mais importante porque é a única resposta significativa dada ao desemprego em massa que se está gerando no Brasil. Em parte trata-se de criar uma agricultura de subsistência... o MST é o primeiro movimento rural estruturado no país. Além disso, é espontâneo, ao contrário dos outros do gênero, que eram fomentados por pequenos grupos urbanos – as Ligas Camponesas só existiam por obra de sua cúpula e acabaram quando ela foi decapitada. O MST é uma organização impressionante, com enorme poder de pressão e lideranças” (Revista veja, 8.1.1997, p.10; apud Silva<sup>(b)</sup>, 2003).*

Nessa mesma perspectiva, Blumer, citado por Gohn (2000), afirma que o MST é considerado como sendo um movimento social *específico*, por possuir qualidades organizacionais e metas muito bem definidas, adequadas a um movimento social específico. Neste sentido, Gohn (1997) afirma que os movimentos sociais geram inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participando direta ou indiretamente na luta política de um país; contribuindo assim para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Gohn considera que o MST, além de participar nas transformações sócio-históricas do país, também é o *maior movimento popular do Brasil dos anos 90*.

Segundo Bergamasco e Norder (2003), a estratégia de ação do MST na luta pela reforma agrária, parte da mobilização de um grupo populacional específico, interessado em participar da luta pela terra; paralelamente identifica-se uma área específica a ser disputada por este grupo e logo depois de identificada a área,

levanta-se um acampamento próximo a ela e inicia-se uma negociação com o Estado, para obtenção de acesso a esta área para aquela população. O processo de formação do acampamento provê as famílias de um suporte alimentar emergencial, seja através do apoio da Igreja e comunidades locais, de assentamentos próximos, da produção própria em suas imediações ou de políticas assistenciais. Nesta fase é característico o uso de lonas de plástico como material básico para construções habitacionais. De acordo com estes autores, esta estratégia permitiu a constituição do MST, numa organização popular com dimensão nacional e com significativo papel nos rumos da política brasileira. A conquista efetiva de frações dispersas do espaço agrário e sua transformação em assentamentos rurais, substanciada à organização nacional do movimento, representa uma nova forma de ação política de grupos populares. De forma similar, no concernente à influência política do MST, Comparato (2003) afirma que este se constituiu como um ator político, pois é um movimento capaz de influenciar a opinião pública e de obrigar os governos a adotar determinadas medidas que são de seu interesse.

Além dos trabalhos de base voltados para as ocupações de terras, os desafios do MST se encontram também nas discussões de educação (escolas de educação infantil e alfabetização de jovens e adultos), organização da produção, organização de assentamentos, a formação política, meio ambiente (agroecologia), segurança alimentar, organização da produção e cooperação entre outros. Estas ações podem ser confirmadas nos estudos realizados por Pessoa (1999) e Caldart (2000) concluem que o modelo de escola desejável pelo MST visa preparar as crianças/jovens para a especificidade do trabalho no campo; com o objetivo de condicioná-los para uma ação solidária, para o trabalho cooperativo e produtivo. O professor das escolas do MST é ser preferencialmente um militante ou refletir em sua prática a essência das concepções pedagógicas do MST. Neste viés, Ghetti (2003) afirma que a função de uma escola do movimento MST deve ser a de contribuir para desvelar a realidade de explorado do homem rural e, através de sua ação, eliminar o processo de exploração.

### **2.6.1 A Implantação do MST na Região Norte Fluminense**

No contexto da região Norte Fluminense, a presença histórica da monocultura canavieira sob o domínio dos grandes latifundiários, a exploração do trabalho assalariado degradante e a existência de grande concentração de terras improdutivas – seja por incapacidade de uso de seus proprietários ou pela predominância do estado falimentar dos empreendimentos das usinas – tornaram imperiosa a realização da reforma agrária, tendo estimulado a chegada do MST em 1996 na ocupação da fazenda Capelinha no Município de Conceição de Macabu. No ano seguinte, início de 1997, um pequeno número de militantes dos quadros nacionais se mudou para Campos dos Goytacazes para iniciar a organização do MST. Assim, dada a sua curta presença na Região Norte Fluminense, o MST era até recentemente um movimento exógeno, condição que os seus líderes ainda estão procurando superar, a fim de desenvolver um conjunto de lideranças que sejam genuinamente representativas dos quadros locais (Pedlowski et al, 2002). Apesar deste noviciado do MST na região norte fluminense, várias ocupações foram promovidas desde 1996, sendo que as mais recentes ainda estão em fase de acampamento e, sendo também vários os assentamentos na região, que se originaram de ocupações de terra promovidas pelo MST.

A primeira ocupação do MST no Município de Campos dos Goytacazes aconteceu em 17 de abril de 1997, com aproximadamente 730 famílias, no complexo de nove fazendas da extinta Usina São João com aproximadamente 8.000 hectares de terra, resultando na formação do Assentamento Zumbi dos Palmares. Apesar da resistência de vários setores da sociedade, especificamente a TFP (Tradição Família e Propriedade), a mobilização da sociedade com respeito ao movimento e suas ações tem crescido e criado uma rede de apoio que tem fortalecido o MST.

Existem atualmente dez assentamentos na região Norte Fluminense: (1) o Zumbi dos Palmares, com 506 famílias, localizado nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana; (2) o Che Guevara, com 77 famílias, localizado na antiga fazenda Marrecas, município de Campos; (3) o Ilha Grande, no distrito de Baixa Grande, com 14 famílias, localizado na antiga fazenda Ilha Grande, município de Campos; (4) o Antônio de Farias com 93 famílias, localizado na antiga fazenda Santa Rita do Pau Funcho no distrito de Ibitioca, município de Campos; (5) o Novo Horizonte, com 336 famílias, localizado no município de Campos; (6) o

Capelinha, com 139 famílias assentadas, localizado no município de Macaé; (7) o Bendizia, com 95 famílias assentadas, localizado no município de Macaé; (8) o Imbuuro, com 142 famílias assentadas, localizado no município de Macaé; (9) o Canta Galo, com 120 famílias assentadas, localizado no município de Rio das Ostras; e (10) o Visconde, com 90 famílias assentadas, localizado no município de Rio das Ostras<sup>10</sup>.

Como parte da expansão de suas lutas pela reforma agrária na região Norte Fluminense, o movimento MST vem organizando diversos acampamentos, que servem de instrumentos de pressão às desapropriações realizadas pelo INCRA. Além disso, também são contabilizados atualmente dois pré-assentamentos (acampamentos), dos quais que o INCRA já possui a posse da terra, aguardando apenas a conclusão da elaboração dos projetos de assentamento/PA. Os pré-assentamentos: o Dandara dos Palmares, cuja ocupação foi feita na antiga fazenda Santana do Betel em 27 de maio de 2003, com uma capacidade de 25 famílias; e Terra Conquistada que foi ocupado em 2003, na Fazenda Abadia, com capacidade de 17 famílias, ambas no município de Campos dos Goytacazes<sup>11</sup>.

De acordo com o MST, atualmente existem três acampamentos promovidos na região Norte Fluminense, que ainda aguardam o processo de desapropriação por parte do INCRA: Oziel Alves na Cambaíba, que foi ocupada em 17 de abril de 2000, no município de Campos dos Goytacazes com capacidade de assentar 160 famílias; São Roque na fazenda Providência, ocupada em 15 abril de 2002, no município de Bom Jesus de Itabapoana com capacidade de assentar 84 famílias; e Paz na Terra, ocupação realizada na fazenda Vermelha aos 17 de abril de 2003, com capacidade de assentar 87 famílias, localizado no município de Cardoso Moreira<sup>12</sup>.

Finalmente, como parte da campanha de mobilização pela Reforma Agrária que veio a ser conhecida como o “Abril vermelho”, o MST promoveu, a partir de abril de 2004, a formação de mais acampamentos: o Josué de Castro no município de São Francisco do Itabapoana, Mário Lago no município de São João da Barra e o Rosa de Luxemburgo no município de Campos dos Goytacazes, com cerca de 500 famílias envolvidas na ocupação destas três áreas<sup>13</sup>. Estes dados reforçam a caracterização de que o MST se encaminha para se tornar num movimento

---

<sup>10</sup> Documento do MST- Campos dos Goytacazes, e informações obtidas através do representante regional do INCRA no Norte Fluminense, senhor Décio de Jesus Moniz.

<sup>11</sup> Documento do MST- Campos dos Goytacazes.

<sup>12</sup> Documento do MST- Campos dos Goytacazes.

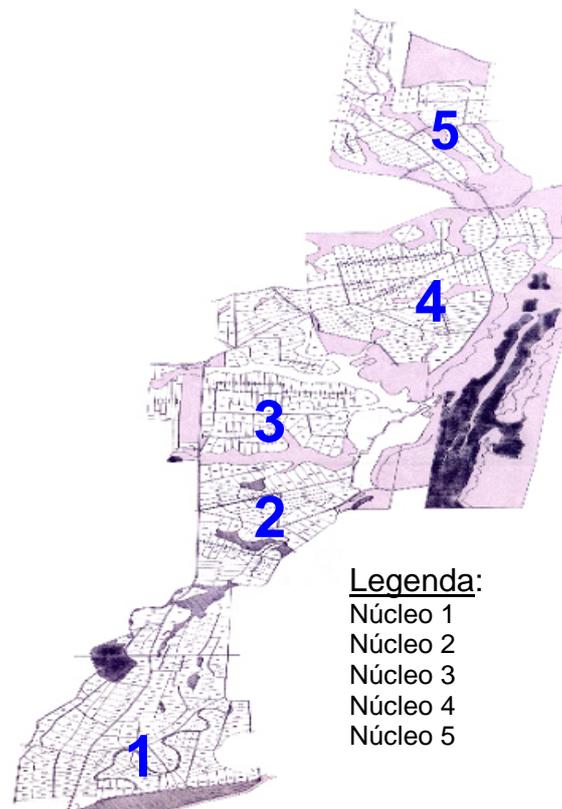
<sup>13</sup> Dados obtidos em diversos jornais publicados no município de Campos dos Goytacazes.

fortemente enraizado no norte fluminense, o que acaba oferecendo importantes implicações para a questão da reforma agrária e a distribuição da terra em todo Estado do Rio de Janeiro.

## CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA

### 3.1. Área de Estudo

A área de estudo da presente dissertação foi o Projeto de Assentamento (PA) Zumbi dos Palmares, localiza-se entre as coordenadas 21° 32' e 21° 45' S, e 41° 11' e 41° 16' W, englobando território dentro dos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, compreendendo o conjunto de fazendas que faziam parte da antiga Usina sucro-alcooleira São João: Jacarandá, Guriri, São Gregório, Paraíso, Campelo, Santa Maria, Cajueiro, Bom Jesus, Penha e Santana. Possui uma área de aproximadamente 8000 hectares e está dividido por cinco núcleos (Figura 1).



**Figura 1:** Assentamento Zumbi dos Palmares

O primeiro núcleo é denominado Zumbi I, outrora conhecido como Porto dos Bondes; o segundo núcleo é o Zumbi II (Jacarandá); o terceiro núcleo é o Zumbi III (São Gregório); o quarto núcleo é o Zumbi IV (Campelo); e o quinto núcleo é o Zumbi V (Cajueiro). No total existem no assentamento 506 lotes distribuídos pelo INCRA. A média do tamanho dos lotes é de 10 hectares (FAO/INCRA, 1999).

A ocupação de terras no Zumbi dos Palmares incluiu trabalhadores das mais diversas origens (geográficas) e ocupações profissionais rurais a urbanos, que foram atraídos através de reuniões e orientações sobre procedimentos e condutas. Contudo, outros se agregaram ao acampamento nos dias iniciais, interessados em obter um pedaço de terra. A ocupação da extinta usina São João ocorreu no dia 12 de abril de 1997. Uma série de entidades locais apóiam a ação, incluindo mesmo membros dos sindicatos, da Prefeitura Municipal, da Escola Técnica Federal e da UENF, que doaram mantimentos e bens de primeira necessidade em apoio aos acampados (FAO/INCRA, 1999).

O processo de desapropriação das terras da Usina São João foi concluído em outubro de 1997 pelo INCRA e em novembro desse mesmo ano foram cadastradas as famílias acampadas, os ex-funcionários da Usina e as famílias já cadastradas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco do Itabapoana para receber os lotes. Em dezembro de 1997, os trabalhadores acampados no que se tornou o núcleo I no interior do assentamento e iniciaram o processo de demarcação dos lotes. Em assembléia realizada em janeiro de 1998 os assentados decidiram pela divisão em grupos para ocupação total da área. Após o parcelamento, a maior parte dos assentados recebeu os primeiros créditos de instalação, inicialmente os créditos de alimentação (R\$ 400,00) e de fomento (R\$ 1.025,00) (FAO/INCRA, 1999). Após seis anos do parcelamento da terra a maioria dos assentados presente nos lotes possui casas de alvenaria e estão organizados em associações e cooperativas. Assim, as condições existentes no assentamento Zumbi dos Palmares permitem a condução deste estudo sobre a evolução do assentamento, com relação à permanência e desistência dos seus participantes.

### **3.2. Processo de Amostragem**

Para a realização desta pesquisa, a população em pesquisa foi dividida em duas sub-amostras. A primeira sub-amostra foi definida de forma aleatória e estratificada e foi constituída por famílias que permaneceram dentro do Assentamento Zumbi dos Palmares exercendo suas atividades produtivas. Neste caso a composição da amostra foi definida nos diferentes núcleos do assentamento,

numa quantidade proporcional ao número de lotes existentes em cada núcleo, num total de 100 famílias (Tabela 1).

**Tabela 1.** Número de amostra por núcleo.

<b>Núcleo</b>	<b>Nº de Lotes</b>	<b>Amostragem</b>	<b>% Em Relação ao Nº de Lotes/Núcleo</b>
<b>I</b>	149	27	18,1
<b>II</b>	79	20	25,3
<b>III</b>	62	12	19,3
<b>IV</b>	145	26	17,9
<b>V</b>	71	15	21,1
<b>Total</b>	506	100	19,7

A segunda sub-amostra foi constituída por famílias que desistiram do assentamento, e que atualmente se encontram em outras áreas ou regiões. Dada a enorme complexidade de localizar os membros desta sub-amostra, o tamanho da mesma não foi inicialmente definida, pois não haveria uma estimativa do total de assentados que desistiram do assentamento, mas após uma localização conseguiram-se aplicar 9 questionários. Para facilitar o acesso aos membros desta sub-amostra foi necessário colher informações junto aos coordenadores dos núcleos e assentados do assentamento Zumbi dos Palmares e ainda realizar consultas aos moradores das localidades em que se estimava que estas famílias estavam residindo. Do ponto de vista metodológico, o acesso a esta sub-amostra exigiu o uso da técnica conhecida como *bola-de-neve*, técnica usada para trabalhar com grupos de difícil acesso, no qual um integrante indica o paradeiro dos outros possíveis integrantes ao grupo social que se pretende pesquisar.

### 3.3. Estratégia de Coleta de Dados

Para a coleta de dados, foram utilizadas várias fontes de informações, o que influenciou na elaboração de dois questionários e a condição das entrevistas com membros de entidades governamentais, tais como: INCRA, EMATER e a Secretaria Municipal de Agricultura. Além disso, também foram realizadas entrevistas com os coordenadores das associações e cooperativas existentes no Assentamento Zumbi dos Palmares, e com representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do MST.

Dois questionários contendo perguntas abertas e fechadas foram elaborados e aplicados, nas duas amostras que compuseram a pesquisa. Estes questionários eram compostos por questões relativas a variáveis que influenciaram no processo de desistência/permanência, tais como: a experiência no trabalho agrícola, o acesso a crédito, a assistência técnica recebida, sistemas de organização da produção e comercialização, a composição familiar, a participação em atividades produtivas, as diferentes fontes de renda e participação em grupos comunitários. No caso específico das famílias desistentes, o questionário também incluiu variáveis relacionadas à comparação às condições do padrão de vida dentro e fora do assentamento, que enfatizavam o patrimônio, emprego e a renda. Um elemento principal deste questionário versou sobre as razões do abandono ou permanência. O objetivo principal destes questionários foi o de estabelecer quais variáveis controlavam os processos de desistência ou permanência dentro do Zumbi dos Palmares.

No caso das famílias que saíram do assentamento, a aplicação do questionário foi acrescido da coleta de depoimentos dos entrevistados, antes da sua aplicação com o objetivo de obter dados que pudessem auxiliar na compreensão do clima que envolveu a saída do lote.

Os depoimentos foram gravados em mini-gravador e depois transcritos. É necessário ainda enfatizar que, além das dificuldades que tivemos no acesso às famílias que saíram do assentamento, a abordagem para uma possível entrevista a estas famílias foi muitas vezes difícil, por causa da complexidade do tema que seria tratado, pois a maior parte destas famílias não estava disposta a falar sobre sua saída do assentamento, porque se sentiam injustiçadas. A posição adotada foi a de

insistir acerca da importância da pesquisa, bem como da neutralidade no assunto. As famílias, então, se predispuseram a responder o questionário.

### **3.3.1. Entrevistas Com Representantes de Entidades Governamentais e Não Governamentais**

Entrevistas foram realizadas com representantes das seguintes entidades governamentais e organizações: INCRA, Secretaria Municipal da Agricultura, a CPT- Comissão Pastoral da Terra e MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Todas estas entidades têm alguma relação com a vida organizativa do assentamento Zumbi dos Palmares, derivando daí a importância em entrevistá-los para obter uma melhor compreensão dos fenômenos da desistência e da permanência. Através das entrevistas com estes representantes procurou-se estabelecer qual tem sido a intervenção de cada uma delas dentro do Zumbi dos Palmares em termos gerais, a percepção destas entidades com respeito à desistência de assentados, colhendo opiniões para que os assentados não abandonem o assentamento.

No caso específico do INCRA, a entrevista procurou estabelecer os principais motivos que têm sido identificados pelo órgão como provocadores da desistência de assentados nos projetos de assentamentos, visando também a obter as médias de desistências nacional e do Estado do Rio de Janeiro. A entrevista busca ainda estabelecer a posição do INCRA sobre as medidas que têm sido tomadas para minimizar a ocorrência do abandono e quais são os impactos atribuídos à desistência no êxito do processo de reforma agrária.

No concernente aos dados sobre desistência de assentados na região do Norte Fluminense, não foi possível obtê-los por causa da falta de listas renovadas, sobre as últimas vistorias realizadas pelo INCRA na região. Assim, somente foi possível obter dados do assentamento Zumbi dos Palmares em Campos dos Goytacazes, a partir dos dados da vistoria realizada no ano 2002.

### 3.4. Procedimentos Analíticos

A pesquisa baseou-se na utilização do método de triangulação, uma combinação de uso dos métodos qualitativos e quantitativos. Os questionários aplicados aos dois segmentos da população em pesquisa foram tabulados de forma separada, formando assim duas bases distintas de dados. As variáveis abertas mereceram primeiramente um processo de agrupamento, e depois se realizou a padronização das respostas semelhantes que depois foram codificadas para merecer o devido tratamento estatístico.

Após a tabulação, os dados sofreram um tratamento estatístico de tendência central (frequência, média, desvio padrão), bem como a construção de gráficos e tabelas que auxiliaram o processo de análise dos dados. As informações obtidas das diferentes variáveis que integram os questionários que compuseram a pesquisa foram correlacionados com o objetivo de identificar especificidades nas respostas de cada grupo, para definir as causas da desistência e da permanência de assentados no PA Zumbi dos Palmares.

As entrevistas semi-estruturadas com movimentos sociais e entidades governamentais (i.e., CPT, MST, INCRA, EMATER e Secretaria Municipal da Agricultura) foram primeiramente gravadas, e depois transcritas e revisadas para certificar se o texto transcrito coincidia com a gravação. Em seguida se procedeu à análise de conteúdo dos diferentes textos, utilizando a *Análise de Conteúdo Clássica* (ACC) com o objetivo de encontrar elementos contextuais e situacionais, que permitiriam uma melhor identificação das respostas relacionadas à desistência e permanência dentro do Zumbi dos Palmares. De acordo com Bauer (2002), a análise de conteúdo reduz a complexidade de um conjunto de textos, permitindo a realização da classificação sistemática e a contagem de unidades do texto. Este processo destila uma grande quantidade de material em uma descrição curta de suas características; constitui numa técnica para produzir inferências de um texto focal, para seu contexto social de maneira objetiva, podendo também implicar em um tratamento estatístico das unidades do texto, permitindo realizar uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais.

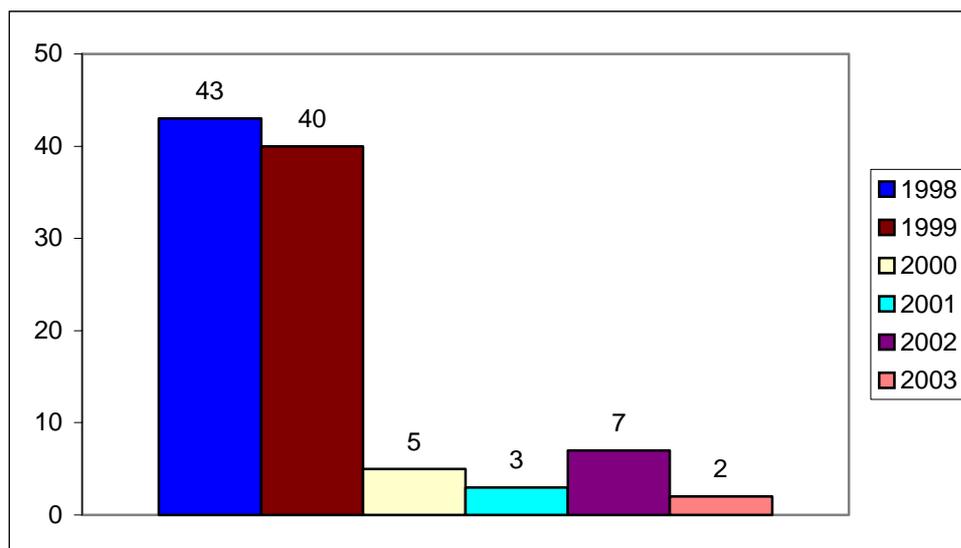
## **CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

O presente capítulo discute os resultados obtidos ao longo da pesquisa e para uma análise mais exaustiva foi dividido em duas fases. A primeira parte compreende a análise dos questionários aplicados aos assentados que permanecem dentro do assentamento; e a segunda parte nos possibilitará analisar os questionários aplicados aos assentados que abandonaram o assentamento. Também fazem parte deste capítulo uma interface na análise e discussão dentro de uma visão mais holística acerca da questão da permanência e abandono de assentados, o nível perceptivo das entidades relacionadas com a vida dos assentados, respectivamente, o MST, a CPT, EMATER, Secretaria Municipal da Agricultura e INCRA, e suas contribuições na dinâmica e funcionamento do assentamento.

### **4.1. Sobre os Assentados Dentro do Assentamento Zumbi dos Palmares**

#### **4.1.1. Dinâmica Populacional e Composição Familiar**

A maior parte da ocupação dos lotes dentro do assentamento Zumbi dos Palmares foi realizada entre 1998 e 1999, englobando cerca de 83% da população. A partir do ano 2000, o índice de chegada de famílias nos lotes diminuiu e foi condicionada pela saída de famílias que se predispunham ou não a abandonar o assentamento. Na medida em que alguns assentados iam anunciando sua saída dos lotes, os responsáveis dos núcleos ou das associações/cooperativa providenciavam junto ao INCRA, a colocação de uma outra família no lote abandonado. A maior parte dos novos ocupantes destes lotes eram famílias que se encontravam nos acampamentos organizados pelo movimento MST, que em parceria com o INCRA, órgão assumiam a responsabilidade de realocar famílias nos lotes (Figura 2).



**Figura 2.** Período de chegada ao lote (%).

A intensidade do fenômeno de abandono foi bem evidenciada quando se constatou que a maioria dos entrevistados (79%) eram os primeiros ocupantes de seus lotes. Por outro lado, 15% dos assentados responderam que eram os segundos donos de seus lotes 3% identificavam-se como terceiros donos de seus lotes e 3% haviam realizado a troca de seus lotes iniciais. Aliás, a troca de lotes dentro do assentamento tem sido um procedimento corrente, muitas vezes realizado através do consenso entre proprietários dos lotes e responsáveis dos núcleos.

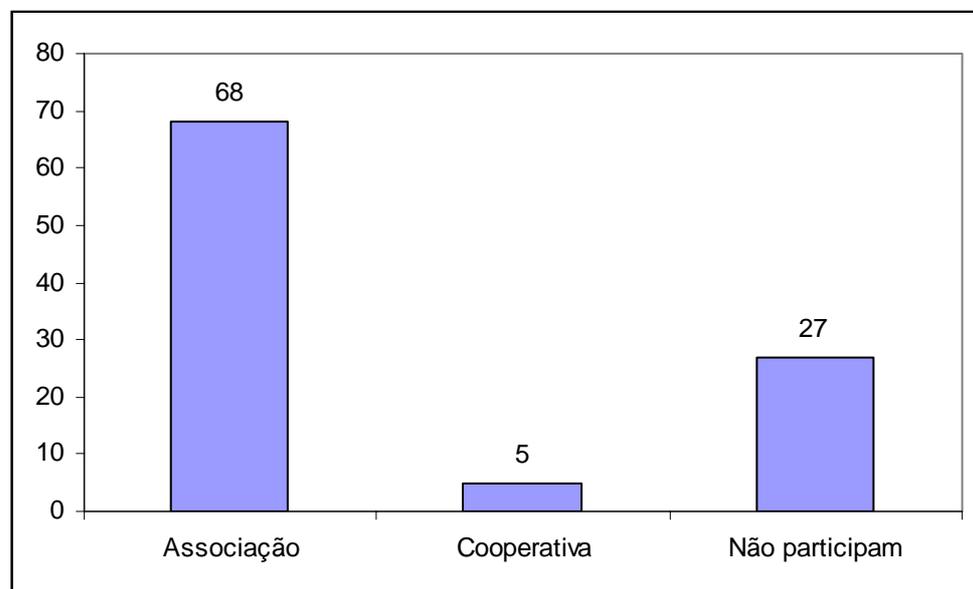
Por outro lado, a chegada dos assentados para o assentamento foi realizada de diversas formas. Em torno da metade dos assentados (46%) chegou na área através do recrutamento feito pelo MST nos bairros e comunidades periféricas dos municípios de Campos e São Francisco de Itabapoana. Já cerca de 38% dos assentados chegaram através do sistema de cadastramento do INCRA, enquanto 7% foram recrutados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Francisco de Itabapoana.

A composição do núcleo familiar dentro do assentamento constituiu-se numa das nossas principais preocupações para a compreensão dos fenômenos estudados do ponto de vista da divisão do trabalho. Os resultados indicam que o tamanho médio das famílias é de 4 pessoas, sendo que 55% delas possuem em média 2 pessoas entre 0 e 15 anos de idade e 92% tinham em média de 2 pessoas entre 16 e 60 anos. Tais resultados mostram que o tipo de sistemas agrícolas utilizados podem estar ligados a um número limitado de pessoas a conduzir o trabalho familiar.

#### 4.1.2. Participação em Grupos Organizados Dentro do Assentamento.

A organização interna do assentamento Zumbi dos Palmares compreende, além da divisão geográfica por núcleos, a existência de uma associação em cada núcleo, e uma cooperativa no núcleo 4. A origem da organização interna do assentamento deu-se em 1997 com uma participação mínima dos indivíduos que viriam ser os futuros assentados. A adesão massiva ocorreu em 1999, depois de estar consolidada a distribuição dos lotes. O surgimento das organizações de base dentro do assentamento Zumbi dos Palmares deu-se pelo interesse em obter crédito financeiro oferecido pelo INCRA (Zinga, 2002). Assim, o INCRA foi o principal responsável pela adesão dos assentados aos grupos organizados por haver condicionado a concessão de crédito aos filiados das associações e cooperativa.

Apesar disto, a maioria dos assentados (73%), ainda pertence a algum grupo organizado dentro do assentamento. Dos assentados que participam em grupos organizados pode-se constatar que a maioria (68%) está alocada nas associações e poucos são os que pertencem à cooperativa (Figura 3).



**Figura 3.** Nível de participação dos assentados nos grupos organizados (%).

Esta situação é explicada em parte pela existência de apenas uma cooperativa dentro do assentamento no núcleo 4. Um outro fator que leva os assentados a aderirem pouco, na formação de cooperativas dentro do assentamento

e a optarem pelas associações, é a relativa antipatia pelos métodos organizativos de cunho coletivo adotados pelos líderes da cooperativa, pois a maioria dos assentados, ainda que estando vinculada à alguma associação, deseja trabalhar de forma independente e não deseja dividir seus lucros com outros assentados. Além disso, o trabalho independente é visto como uma grande conquista para os assentados.

De forma coerente com a história da criação das associações, dos cerca de 73% dos entrevistados que participam de grupos organizados, 49,3% decidiram participar por necessidade de obter algum benefício de agências governamentais como o INCRA e a Secretaria Municipal de Agricultura. Além disso, 42,5% consideram a participação em grupos organizados como sendo a melhor forma de se obterem informações que possam beneficiar os assentados e de estar, assim, mais organizados dentro do assentamento (Tabela 2).

**Tabela 2.** Razões da participação em grupos organizados.

<b>Razões da Participação</b>	<b>Nº de Frequência</b>	<b>% das Razões da Participação</b>
Para obter benefícios	36	49,3
Para estar organizado e obter informações	31	42,5
Para participar nas reuniões	03	4,1
Não sabem	03	4,1
<b>Total</b>	<b>73</b>	<b>100</b>

Já os assentados que não participam nos grupos organizados não o fazem por três principais razões: (1) funcionamento deficiente da associação e incompatibilidade com os dirigentes. Este fato ocorreria nas associações dos núcleos 2 e 3, onde grande parte dos assentados manifestaram descontentamento em relação aos métodos da liderança das associações. É importante enfatizar que muitas dificuldades apresentadas pelas lideranças, dentro do assentamento Zumbi

dos Palmares, são oriundas da falta de experiência organizacional e ausência de educação formal que a maioria deles possui; (2) falta de dinheiro para contribuir na consolidação da associação. Assim, a falta de estabilidade financeira dos assentados tem inviabilizado o acesso efetivo nos grupos organizados; e (3) porque alguns assentados são recém-chegados aos lotes. Deste modo, é normal que as famílias recém-chegadas necessitem de um certo período para se adaptarem ao ambiente, socializarem e internalizarem os valores vigentes dentro da comunidade.

De acordo com o relatório final de atividades da assistência técnica sobre a liberação dos créditos do PRONAF-A<sup>14</sup>, os assentados do Assentamento Zumbi dos Palmares beneficiaram-se do crédito PRONAF no período compreendido entre dezembro de 2000 e agosto de 2001, com o principal objetivo de financiar projetos produtivos dos produtores assentados (Golho et al, 2001). De fato, cerca de 78% de assentados afirmaram ter recebido o crédito PRONAF concedido pelo INCRA através do Banco do Brasil, tendo recebido em média cerca de R\$ 9.000,00, que foram liberados mediante a elaboração de um projeto individual confeccionado pela equipe do INCRA. Neste contexto, é importante salientar que, de acordo com o PDA (1999), o PRONAF foi precedido pelos créditos de *Alimentação*, no valor de R\$ 400,00, e de *Fomento*, no valor de R\$ 1.025,00. Tais benefícios compõem um conjunto de ações desenvolvidas pelo INCRA, logo após o estabelecimento dos Projetos de Assentamento de reforma agrária no país, visando ao auxílio às famílias assentadas. O que parece peculiar é que nem todas as famílias aptas a pleitear estes benefícios foram atendidas pelo INCRA, no Zumbi dos Palmares.

#### **4.1.3. A dinâmica de Produção e Assistência Técnica dos Assentados**

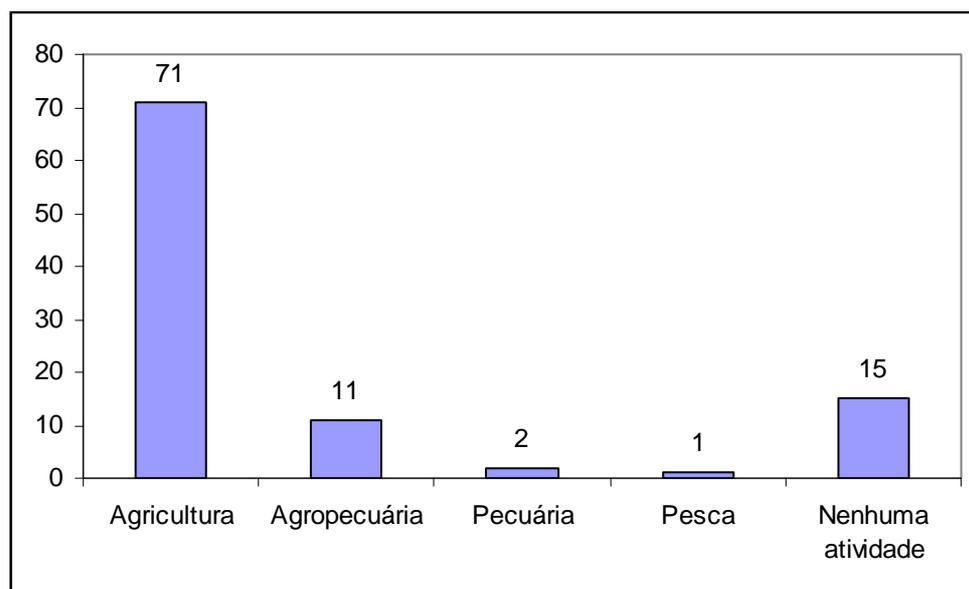
O exercício da atividade agropecuária, em assentamentos rurais, constitui uma exigência normativa do INCRA para as famílias contempladas no processo de reforma agrária, tornando assim prioritária a auto-sustentação destas famílias através de produtos e renda adquiridos com o trabalho realizado no lote. Em função destas exigências, uma das questões presentes na literatura sobre a reforma agrária relaciona-se à capacidade dos assentados em corresponder ou não às expectativas de produção e sobrevivência. A literatura existente indica, ainda, que a maioria dos

---

<sup>14</sup> É o primeiro crédito para os assentados da reforma agrária destinado à estruturação de suas unidades produtivas.

beneficiários no processo de reforma agrária possuem um perfil de ex-pequenos agricultores e trabalhadores rurais, como demonstram Bergamasco e Norder (2003)<sup>15</sup>. A realidade no assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes, é diferente neste aspecto, pois cerca de 53% dos assentados são provenientes da região urbana e peri-urbana da região de Campos dos Goytacazes, e muitos assentados desempenhavam atividades informais no setor do comércio e serviços, e muitos eram ex-empregados de antigas usinas falidas.

Por outro lado, apesar de a maioria de assentados não ser identificada como sendo oriunda da região rural, pôde-se constatar que cerca de 85% dos assentados declararam o exercício de alguma atividade relacionada com a agricultura ou pecuária antes de se tornarem assentados. Este fato indica que parte dos assentados já se identificava com o trabalho rural antes de serem assentados, por terem uma experiência prévia no campo, tornando ínfima a quantidade de assentados que nunca tinha tido contato anterior com trabalhos agrícolas (Figura 4).



**Figura 4.** Participação em atividades agropecuárias antes do assentamento (%).

Devido à heterogeneidade existente entre os assentados no conhecimento das atividades agropecuárias, várias entidades do organismo público e organismos não governamentais têm ministrado mini-cursos e realizado treinamentos com o

<sup>15</sup> No total de projetos de assentamentos realizados pelo governo federal, a história ocupacional dos chefes de famílias há uma predominância absoluta de trabalho anterior no meio rural: 53,96% eram agricultores/camponeses, 8,30% trabalhadores rurais.

principal objetivo de estimular os assentados a obter melhores rendimentos nas atividades realizadas nos lotes. Neste sentido, cerca de 45% de assentados manifestou ter participado em algum mini-curso de capacitação, para o auxílio nas atividades no lote. Contudo, não obstante a realização destas atividades de capacitação e treinamento, dentro do assentamento, era necessário que houvesse uma assistência técnica de forma mais completa possível, com o objetivo de proporcionar aos assentados, melhores métodos de produção e organização de sua produção. A assistência técnica aos assentados é uma atividade, em tese, planejada e estabelecida pelo INCRA, através do Plano do Desenvolvimento do Assentamento (PDA). Desde a formação do assentamento Zumbi dos Palmares, a questão da assistência técnica aos assentados tem sido feita de forma deficiente por causa da insuficiência da disponibilidade de técnicos capazes de atender a todas as demandas existentes entre os assentados. Este fato é evidenciado pela constatação, que cerca de 62,3% de assentados entrevistados não recebem assistência técnica para os trabalhos que realizam dentro dos lotes.

A falta de assistência técnica se reflete nos rendimentos agrícolas dos assentados; problemas como: falta de irrigação; falta de máquina para preparo do solo; plantio fora de época, produto da chegada tardia da máquina para preparo do solo; solo impróprio para a agricultura, poderiam ser identificados e mitigados pela ação de extensionistas (Tabela 3).

**Tabela 3.** Organismos que prestaram assistência técnica aos assentados.

<b>Organismos</b>	<b>Frequência</b>	<b>% da Prestação</b>
EMATER	20	18,86
INCRA/LUMIAR	15	14,15
PESAGRO	0	0
Secretaria da Agricultura	3	2,84
Nenhum	66	62,26
Outros	2	1,89
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>100</b>

A agência governamental mais presente no assentamento é a EMATER. Na entrevista semi-estruturada realizada ao responsável deste órgão representado na região Norte Fluminense, apurou-se que a EMATER, como empresa de assistência técnica e extensão rural, tem disponibilizado um técnico para cada núcleo. Mesmo assim, o atendimento ainda é considerado precário entre os assentados, porque existe uma grande desproporção entre o número de assentados que necessitam de atendimento técnico com relação ao número de técnicos disponíveis naquela região.

Um fato importante é o desencontro entre o tipo de assistência técnica que é eventualmente oferecida aos assentados, e aquilo de que realmente os assentados necessitam. Os problemas enfrentados pelos assentados são estruturais e organizativos e são agravados pela falta de assistência técnica. Estes problemas vão desde a baixa qualidade dos solos e passam pela falta de água para irrigação, chegando na falta de condições organizativas que possam garantir uma justa comercialização da produção originada pelos lotes. Estes fatos podem ser visivelmente percebidos no discurso de lideranças dentro do assentamento. Por exemplo, a líder da associação de produtores do núcleo 4, Eliana de Oliveira Manhães declarou:

*... Se plantar abóbora, não vem a EMATER dizer a terra que é boa e que não é, para poder dizer se é bom plantar isso ou aquele outro, morre; aí quer que plante de novo. A abóbora dá lagarta, o aipim fica duro; se vende, os caminhoneiros apanhem e dão cheque sem fundo, tudo isso vai tornando as pessoas desmoralizadas porque só fica apanhando... se a EMATER estivesse aqui, não teria tantos danos como estão aí: muita perda de verduras, de laranjas, de banana; e em todo mundo a terra não deu. O coco a água é muito salgada, mas ninguém vem aqui pra ver as árvores como é que estão... se coco gosta da água salgada, o coco está morrendo.*

De forma similar, a Prefeitura municipal de Campos, através da sua Secretaria Municipal de Agricultura, tem contribuído marginalmente no processo de produção dos assentados ao disponibilizar máquinas agrícolas para preparar o solo no lote dos assentados. Neste processo, cada assentado contemplado teria pelo menos 2 horas de trabalho com o trator. No entanto, os assentados indicam que este atendimento não tem sido suficiente, visto que muitos deles são obrigados a alugar máquinas agrícolas para terminar o trabalho. Os resultados demonstram ainda que este atendimento não tem sido abrangente, visto que a maioria dos assentados não

tem sido beneficiada por esta assistência, fato que tem causado descontentamento por parte de muitos assentados. Entretanto a Prefeitura Municipal de Campos tem distribuído água para os moradores no assentamento, uma medida provisória em face à carência de água que existe no assentamento (Figura 5).



**Figura 5:** Distribuição de água realizada pela prefeitura de Campos no Zumbi IV – (foto LEEA)

Apesar das dificuldades enfrentadas, os assentados conduzem um intenso processo produtivo nos lotes. A maior parte dos assentados planta culturas que visam ao cumprimento dos projetos realizados pelo INCRA, como forma de viabilizar o pagamento do crédito PRONAF (Tabela 4).

**Tabela 4.** Principais atividades praticadas pelos assentados em seus lotes

<b>Tipo de Atividade</b>	<b>% de assentados que praticam a atividade</b>
Aipim	86
Milho	56
Coco	53
Gado bovino	42
Cana-de-açúcar	42
Abóbora	35
Cítricos	27
Maracujá	26
Frutíferas	24
Caprinos	24
Banana	23
Aves	22
Abacaxi	20
Feijão	13
Suínos	10
Olericultura	05

Muitos agricultores plantam a cana através de contratos de venda estabelecidos antecipadamente com as usinas, cujos usineiros pagam antecipadamente a produção de cana. Com este esquema, o assentado garante um custeio mínimo do lote. Outras culturas que sofrem influência com a agroindústria na região são o maracujá e o abacaxi, cujo plantio se dá principalmente nos Núcleos 4 e 5 (Figura 6).



**Figura 6:** Cultura de abacaxi no Zumbi IV (foto, LEEA)

Por outro lado, a olericultura e o cultivo de feijão encontram uma precariedade na sua prática, pela falta de irrigação, visto que são culturas mais exigentes em termos de água. A pecuária é uma das atividades que aos poucos vai ganhando preferência entre os assentados no Zumbi dos Palmares, com várias famílias possuindo pelo menos uma vaca leiteira, o que possibilita a obtenção de renda diária através da venda de leite e queijo (Figura 7).



**Figura 7:** Criação de gado no assentamento (foto, LEEA)

#### **4.1.4. A Satisfação Com o Trabalho no Assentamento**

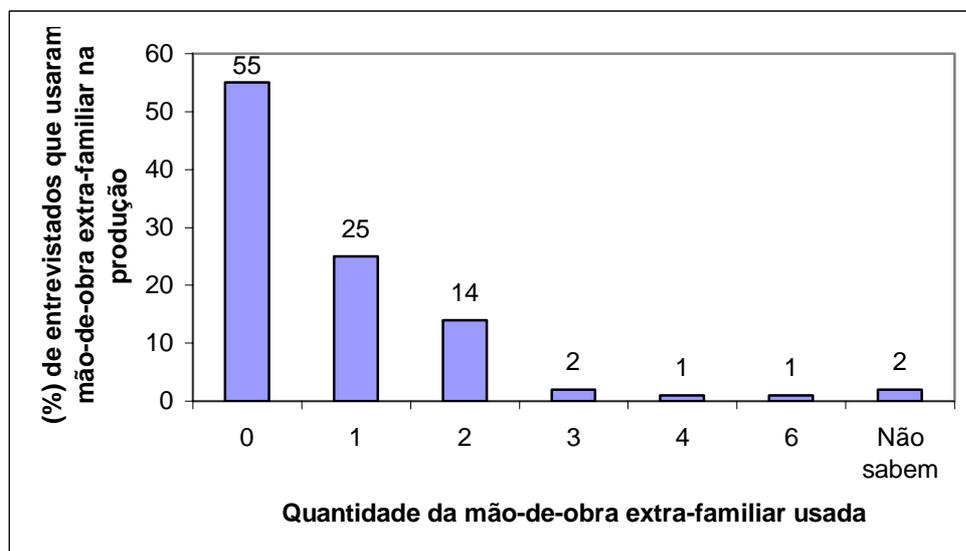
Quando perguntados sobre a satisfação em trabalhar no lote, a maioria dos assentados (98%) manifestou estar satisfeita. Este grau de satisfação manifestado quase de forma unânime por eles traduz a importância para os assentados, por terem conseguido uma parcela de terra para trabalhar. Entre os fatores apontados pelos assentados, para justificar esta satisfação estão: (1) a realização do sonho em ter um pedaço de terra; (2) o fato de gostar da terra e estar produzindo; (3) o trabalho no lote visto como alternativa de emprego; (4) o fato de estar trabalhando de forma independente sem a submissão a nenhum patrão; (5) o trabalho no lote ser a principal fonte de renda e meio de sobrevivência; e (6) o fato de ter conseguido obter uma casa própria e herança para deixar para os filhos.

Estes fatos expõem a magnitude social que o processo de reforma agrária pode ocupar na solução de vários problemas enfrentados pelos segmentos mais pobres da população. Para grande parte das famílias assentadas, a conquista da terra constitui também uma grande libertação do patronato. Ao ter seu próprio empreendimento de trabalho em que passam planejar individualmente suas atividades produtivas e definir seu horário de trabalho, os assentados consideram este fator como uma conquista familiar, pois para a maioria destes assentados, que no passado estavam atrelados à subordinação do trabalho de corte de cana e serviço informal, possuir uma terra para plantar e dela tirar o sustento para sua família foi sempre um sonho que queriam realizar. Uma outra conquista importante na vida dos assentados é a concretização do sonho de possuir uma habitação própria na qual possam morar e, estando deste modo, livres da dependência do pagamento do aluguel.

Também é preciso enfatizar que para estes assentados o trabalho no lote, além de ser uma conquista da autonomia, representa, também, o resgate da dignidade e oportunidade ímpar de se sentirem cidadãos com seus direitos definidos e garantidos através do processo de Reforma Agrária. Assim sendo, o trabalho nos lotes apesar de ser eminentemente familiar, alguns assentados têm necessitado da participação extra-familiar para ajudar o trabalho no lote, com o objetivo de maximizar o trabalho e viabilizar bons resultados.

#### 4.1.5. Participação da Força de Trabalho no Processo Produtivo

Um dos fatores mais importantes no trabalho dos assentados é a participação ativa no processo produtivo. Este fator nos remete à questão da composição do núcleo familiar. Apesar do tamanho médio das famílias ser de apenas 4 indivíduos, mais da metade dos assentados declaram não necessitar contratar mão-de-obra externa ao lote (Figura 8).



**Figura 8.** Uso de mão-de-obra extra-familiar no trabalho do lote

Por outro lado, em 35% dos casos foi declarada a presença de trabalho extra-familiar, sendo que em 2% dos casos, o número de trabalhadores contratados ficou entre 4 e 6, o que implica um alto investimento em mão-de-obra. Assim sendo, não obstante da maioria de assentados declarar estar satisfeita em trabalhar de forma individual e sem depender de nenhum patrão, nota-se que esta independência ainda não é total porque ainda existem famílias que dependem da geração de renda extra ao lote. O assalariamento entre assentados, do assentamento Zumbi dos Palmares, é fruto da necessidade de complementação da renda familiar. O trabalho realizado é pago de diversas formas, ou pode não ser pago quando envolve questões relacionadas com a solidariedade existente entre os assentados, característica comum à cultura camponesa. Estas formas não capitalistas de obtenção de mão-de-

obra explicitam a permanência de mecanismos de superação da dependência de capital para manutenção e operação dos lotes (Tabela 5).

**Tabela 5.** Formas de pagamento da mão-de-obra não familiar

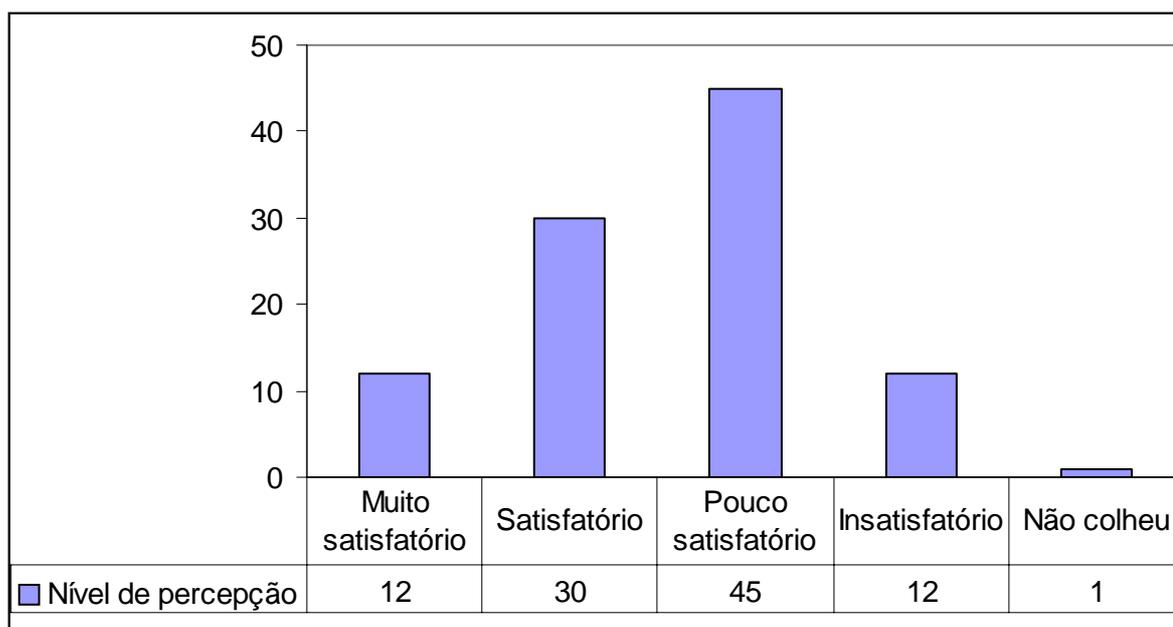
<b>Forma de Pagamento</b>	<b>Nº de Assentados</b>
Pagamento em dinheiro	22
Troca recíproca por trabalho	19
Troca por meios materiais	1
Não paga nada	10

Ainda com respeito à necessidade de complementação de renda dos assentados, somente 28% dos entrevistados manifestaram a necessidade de trabalhar fora do lote para complementar a renda da família. É importante salientar que, não obstante a maior parte dos assentados ter se manifestado contrário a trabalhar fora do lote, também existe uma forte influência do INCRA que regula este tipo de ação pelos assentados. O fato é que muitos assentados evitam realizar trabalhos fora do lote para não correr o risco de serem punidos com a perda de seus lotes.

Além disso, entre muitas famílias assentadas existem indivíduos que realizam trabalhos fora do lote para melhorar a renda da família. Contudo, somente 32% dos assentados manifestaram ter membros do núcleo familiar trabalhando fora do lote para contribuir na renda familiar. Os assentados que trabalham fora do lote dividem-se em dois grupos: os que trabalham no próprio assentamento, e os que trabalham fora dele. O grupo que trabalha dentro do assentamento atua na lavoura em outros lotes; ao passo que entre aqueles que trabalham fora do assentamento predominam as atividades como: trabalho doméstico, pedreiro, mecânico, biscateiros e também em algumas profissões que exigem qualificação profissional como as de professora, motorista e auxiliar de enfermagem.

Por outro lado, a ação do INCRA para coibir o trabalho fora do lote acaba gerando algumas repercussões perversas, pois não só é mantida a condição de descapitalização, como a dependência em relação ao apoio de agentes estatais. O estado de dependência do trabalhador rural, principalmente dos pequenos agricultores e produtores rurais, constitui um fator que teve o seu prenúncio clássico por Marx e outros teóricos marxistas – conforme discutido no capítulo I – na qual o setor camponês dependeria sempre dos demais setores para poder sobreviver.

Além disso, apesar de a maioria dos assentados ter manifestado satisfação em trabalhar na terra, constatou-se que a satisfação dos assentados encontra seu limite ao se tratar de rendimentos dentro do processo de produção no lote. O grau de percepção dos resultados de produção dos assentados nos lotes é altamente variada (Figura 9).



**Figura 9.** Grau de percepção dos resultados de sua produção (%)

Neste sentido, 42% dos assentados consideram seus resultados produtivos entre satisfatório e muito satisfatório. Já 45% dos entrevistados consideram apenas satisfatórios os resultados de sua produção. Um fato importante se observa nos resultados obtidos é o fato de haver 12% de entrevistados que consideram seus resultados insatisfatórios. Para aqueles assentados que consideram seus resultados como sendo muito satisfatórios, a explicação é que conseguiram obter bons

rendimentos através do investimento realizado no lote. Por outro, os assentados que consideram como insatisfatórios, não obtiveram bons resultados com o investimento realizado no lote. Neste caso se incluem principalmente assentados que perderam sua produção por falta de sistemas de irrigação.

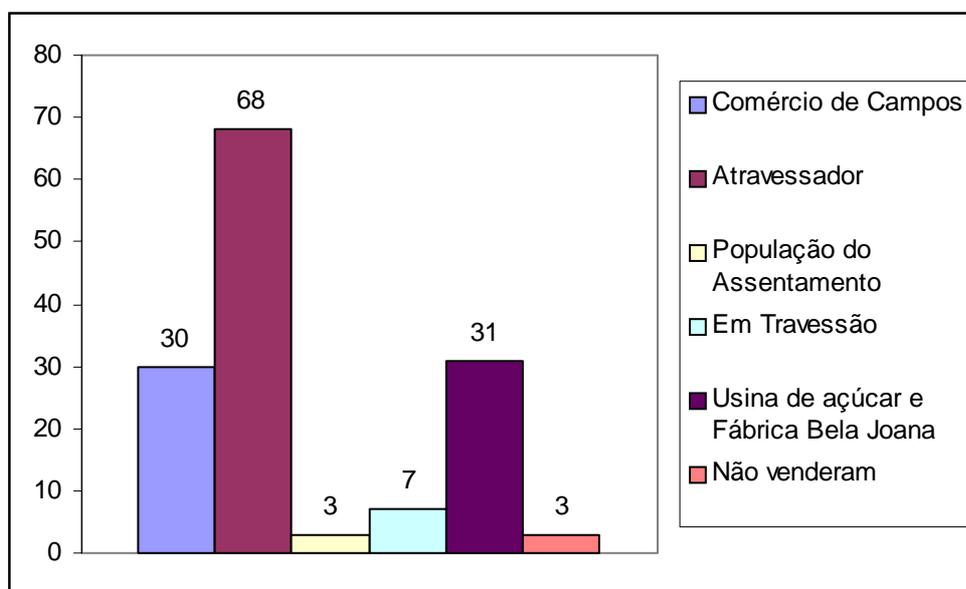
De acordo com os assentados que não obtiveram resultados considerados entre satisfatórios e muito satisfatórios, o prejuízo ocorre porque o investimento perdido foi realizado através dos recursos obtidos através do Crédito PRONAF, mas alguns dos assentados insatisfeitos usaram seus próprios recursos para investir no lote, o que serviu para aumentar a insatisfação. A falta de água, tanto para irrigação quanto para consumo humano, é um dos maiores problemas que afetam os assentados no desenvolvimento de suas atividades produtivas. Um estudo realizado por Neves (1997) já apontava o fator hídrico como um obstáculo importante para o desenvolvimento dos assentados.

#### **4.1.6. Processo de Comercialização da Produção dos Assentados**

No período inicial de instalação dos lotes, os assentados encontravam dificuldades para comercializar sua produção, em função de três fatores principais: (1) incapacidade de inserção no mercado; (2) falta de vias de acesso para o interior do assentamento e falta de transporte para escoar a produção, e (3) pouca afluência dos atravessadores ao assentamento, em função da precariedade das vias de acesso, proporcionando uma grande desvantagem para o assentado na venda de seus produtos, devido ao fato de ter havido muita oferta de produtos por parte dos agricultores, e pouquíssima demanda por parte dos atravessadores. Os atravessadores, que já são conhecidos por rebaixarem os preços de compra de produtos, aproveitavam-se desta situação, para impor valores ainda mais baixos aos produtores pela falta de concorrentes.

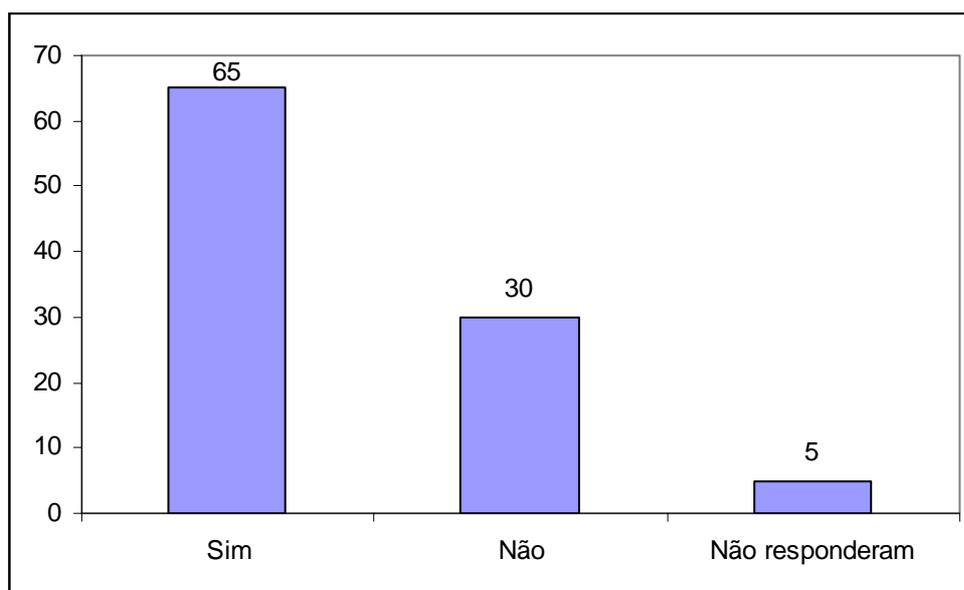
No período estudado, as dificuldades continuaram sendo basicamente as mesmas, porém com uma parcial melhoria proporcionada pela melhoria das vias de acesso, facilitando um maior fluxo de atravessadores interessados na compra da produção do assentamento. Este fenômeno auferiu uma certa vantagem para os assentados que comercializam seus produtos no lote, por lhes permitirem melhores condições para negociar o preço de venda com os atravessadores, ainda que a

troca continue sendo bastante desigual. Apesar de a venda de produtos aos atravessadores ser praticada pela maioria dos assentados, também se constatou o escoamento direto de parte da produção para a cidade de Campos. Além disso, também se pode observar que parte dos produtores aproveita a presença das usinas de açúcar na região para plantar e vender cana-de-açúcar para as usinas. O mesmo ocorre, também, com os assentados que produzem maracujá e abacaxi, principalmente nos núcleos 4 e 5, pois ali parte da produção é vendida à fábrica de sucos Bela Joana, o que tem sido vantajoso, já que escapam parcialmente da ação dos atravessadores, ainda que fiquem submetidos aos preços ditados pela empresa (Figura 10).



**Figura 10.** Formas que os assentados comercializam a produção (frequência)

Já os mecanismos de comercialização dos produtos são considerados pela maioria dos assentados como sendo satisfatórios, mesmo havendo a interferência direta e com as vantagens lucrativas dos atravessadores neste processo (Figura 11). A relação de troca desigual percebida pelos assentados diante do processo de venda de sua produção para os atravessadores é vista como única alternativa diante da impossibilidade de possuir uma estrutura condizente com o escoamento da produção para o mercado, pois as associações e cooperativas existentes ainda não são capazes de assumir responsabilidades que possam criar tais condições.



**Figura 11.** Grau de satisfação com a forma de comercializar a produção (%)

Por outro lado, a satisfação dos assentados é aumentada pelo fato de venderem sua produção a pessoas supostamente de confiança que pagam à vista e obtêm prontamente o dinheiro. Além disso, os assentados entendem que os atravessadores representam uma garantia para a venda de toda produção, pois não conseguiriam vendê-la por si mesmos. Por outro lado, parte dos assentados manifestaram insatisfação com a forma de comercializar a produção, alegando estar tendo muito prejuízo ao vender seus produtos para os atravessadores. De acordo com a maioria dos assentados, a obrigatoriedade de vender sua produção para os atravessadores é causada pela falta de transporte próprio para escoar os produtos do mercado, a falta de uma associação ou cooperativa de comercialização que auxilie na comercialização dos produtos.

Estes resultados apresentam alguns elementos importantes. O atravessador, figura normalmente execrada, por aproveitar-se da sua capacidade de aquisição para diminuir a taxa de lucro dos assentados, é um elemento vital na viabilização econômica dos lotes. Por outro lado, os efeitos perversos da falta de organização dos assentados tornam-se bastante evidentes, apesar da existência de formas de organização comunitária, pois a dependência em relação aos atravessadores impede a maioria de obter rendimentos mais altos, transferindo grande porções do valor da produção para elementos externos ao assentamento.

#### 4.1.7. Renda Familiar dos Assentados

Conforme se observou anteriormente, a questão da renda familiar no assentamento Zumbi dos Palmares, provém de trabalhos realizados dentro do processo produtivo nos lotes (renda agrícola), e através de trabalhos realizados fora do ambiente produtivo dos lotes (renda não-agrícola). A média da renda mensal dentro do lote é de R\$ 209,46 reais, enquanto que a renda mensal alcançada mediante trabalho fora do lote seria de R\$ 108,39 reais (Tabela 6).

**Tabela 6.** Renda dos assentados do assentamento Zumbi dos Palmares (reais)

Descrição	Nº de Família	Med.	Desvio Padrão	Míni.	Máxi.
Renda mensal do lote	100	209,46	207,70	.00	1000,00
Renda mensal fora do lote	100	108,39	157,16	.00	660,00
Renda total mensal familiar	100	361,44	250,93	.00	1200,00
Gasto mensal para viver no lote	84	278,80	136,76	80,00	600,00
Salário antes do assentamento	89	283,39	314,55	.00	2000,00

A renda obtida de fontes não agrícolas seria resultado de diversos trabalhos realizados pelos assentados ou por membros de sua família, dentro e fora do assentamento e também de aposentadorias e pensões. Também se observa que o índice de dispersão da renda obtida mediante trabalho realizado dentro do lote, com relação à média, é menor de todas as rendas, o que nos leva a perceber que a renda que os assentados obtêm através da produção no lote, tende a ser muito mais homogênea com relação às outras fontes de renda, significando que a maior parte dos assentados possui a renda obtida no lote, mais próxima ao salário mínimo (R\$ 240,00). Além disso, a média de renda total mensal da família é relativamente superior (R\$ 360,00) reais ao valor médio de que os assentados necessitam para viver no lote. Um elemento importante que os resultados evidenciam está relacionado com a média do salário dos assentados antes de virem para o lote (R\$ 283,39), e a renda mensal adquirida através do trabalho realizado no lote (R\$ 209,46); pois apesar de a renda mensal adquirida através do trabalho no lote ser

relativamente menor, pôde-se inferir que houve uma certa melhoria na renda dos assentados.

Ao se avaliar o valor de mercado dos produtos produzidos no lote para a subsistência, estima-se que o assentado deixa de gastar uma quantia significativa de dinheiro. A este fato se junta também a questão de moradia, em que o assentado não tem que pagar aluguel, porque já possui casa própria. O fato de estar no meio rural faz com que parte da renda do assentado se torne implícita, acarretando uma certa vantagem em relação ao meio urbano. Por outro lado, ao serem argüidos se a renda mensal familiar seria suficiente para morar e investir no lote, 58% dos assentados consideraram que a renda mensal familiar não é suficiente para morar e investir no lote, pois precisariam de mais recursos financeiros para que o investimento no lote fosse viável.

#### **4.1.8. A Visão dos Assentados Sobre as Causas do Processo de Desistência**

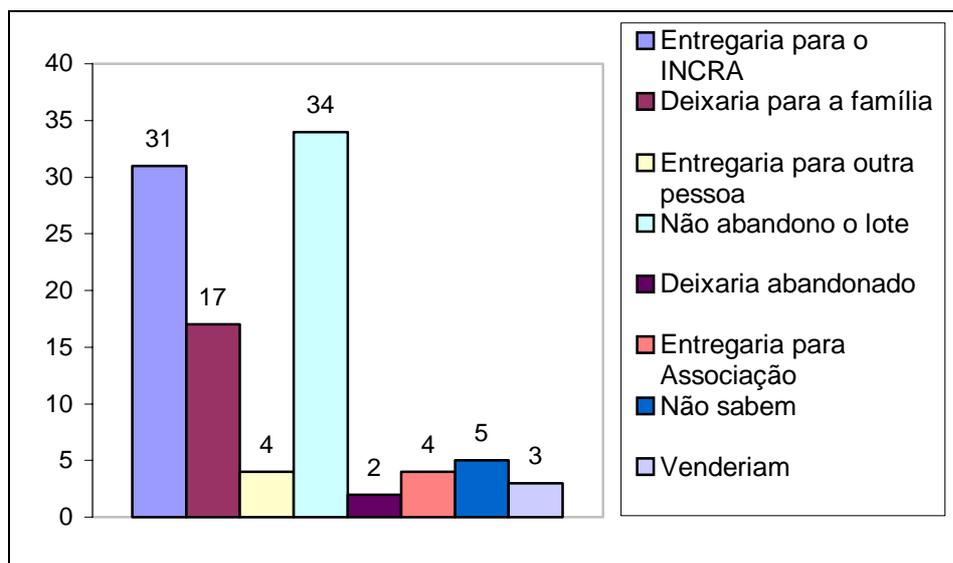
A questão da permanência no Zumbi dos Palmares tem sido uma preocupação que envolve tanto os assentados quanto organismos diretamente relacionadas à vida dentro do assentamento, (por exemplo, o INCRA e MST). Em face das dificuldades estruturais existentes dentro do assentamento (e.g.; falta de escolas, creche, postos de saúde, saneamento básico e falta de água potável), constatou-se a existência de dificuldades na fixação completa do núcleo familiar dentro dos lotes, resultando no fato de que em muitos dos lotes, somente o chefe de família mora e trabalha semanalmente.

Apesar das dificuldades constatadas, a maioria dos assentados manifestou a disposição de não abandonar os lotes. Contudo, os resultados demonstram também que diversos outros fatores poderiam causar o abandono dos lotes. Por outro lado, observou-se que 54 assentados manifestaram a disposição inicial de não desistir do lote (Tabela 7).

**Tabela 7.** Fatores que fariam o assentado abandonar definitivamente o lote

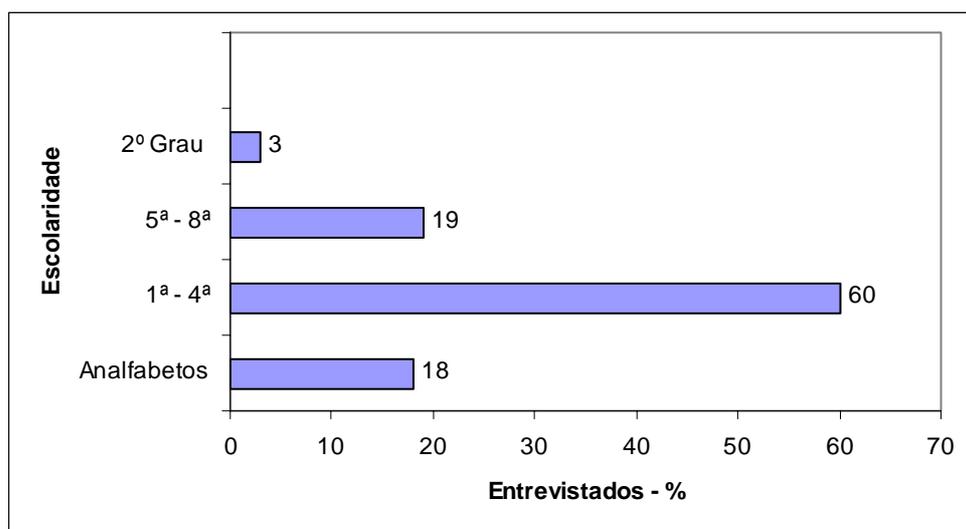
<b>Fatores</b>	<b>Nº De Ocorrência</b>
Falta de experiência para trabalhar a terra	03
Migração para outra região	01
Falta de renda para suprir as necessidades familiares e do lote	34
Envelhecimento do dono do lote	04
Obtenção de emprego fora do lote ou assentamento	05
Falta de mão-de-obra para trabalhar no lote	05
Problemas de saúde familiar	10
Falta de segurança e conflitos no assentamento	11
Falta de escola do maternal ao 2º grau	09
Infertilidade do solo para agricultura	11

Entretanto, no caso de uma eventual desistência, há a preocupação com relação ao que fazer com os lotes, visto que os assentados realizaram diversos investimentos no seu desenvolvimento. A maioria dos que declararam que poderiam desistir indicaram que entregariam o lote diretamente para o INCRA, reconhecendo-o como poder instituído ao qual competiria a tarefa de receber os lotes e decidir quais seriam as pessoas que ali seriam reassentadas (Figura 12).



**Figura 12.** Destino que os assentados dão ao lote em caso de desistência (%)

Observa-se também que a família é vista como uma forma para assegurar a continuidade do controle sobre a posse do lote pois já que o grande problema para os assentados seria perder definitivamente o lote, e a sua entrega para algum membro de sua família asseguraria, ao menos, uma certa manutenção do status social no âmbito da família. Assim, a da desistência no assentamento Zumbi dos Palmares, é constatada pela maioria dos assentados, e cerca de 78% deles afirmam conhecer alguém que abandonou o lote. Ainda com respeito à desistência de assentados, os dados indicam que o baixo nível de instrução dos assentados não influencia diretamente na evasão dos assentados dentro do assentamento (Figura 13). Entretanto, pode-se perceber que a insuficiência de instrução entre os assentados tem inviabilizado o processo de mobilização comunitária que os possibilitaria exigir dos organismos estatais responsáveis pelo assentamento, tais como o INCRA e a Prefeitura Municipal, a solução de vários problemas que estariam presentes nas causas da desistência de assentados, garantindo deste modo, a diminuição na saída de assentados do lotes.

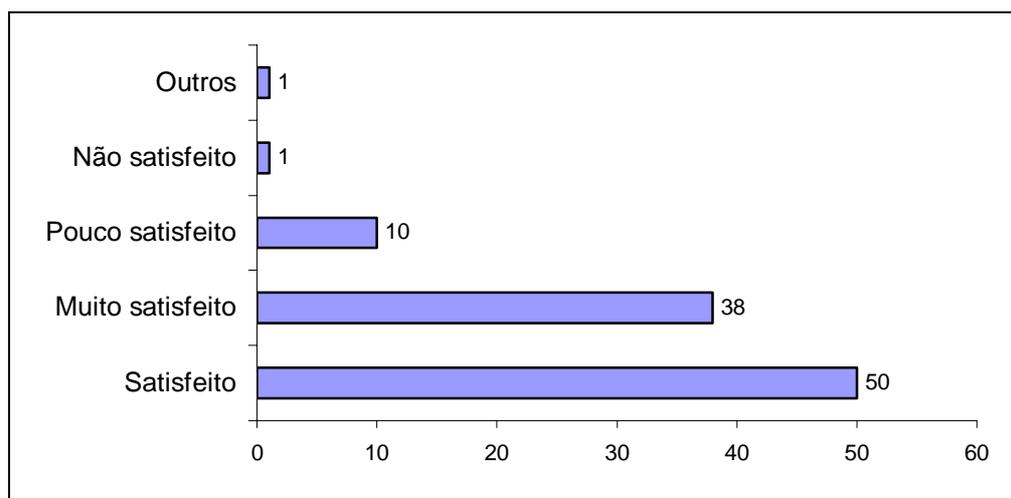


**Figura 13.** Nível de escolaridade dos entrevistados

Como se pode observar, a maioria (60%) dos assentados entrevistados pertence ao primeiro segmento do 1º grau (de 1ª a 4ª séries) e cerca de 19% pertencem ao segundo segmento do 1º grau (de 5ª a 8ª séries), o que nos leva a inferir que a maioria dos assentados entrevistados está no ensino fundamental (de 1º a 8ª série). Constatou-se também que 18% dos entrevistados seriam analfabetos. Estes dados são inferiores aos encontrados no Censo realizado nos assentamentos de reforma agrária no Brasil (David et al, 1998), onde o nível de analfabetos é de 30%.

#### **4.1.9. Percepção e Evidências Sobre a Evolução Patrimonial no Assentamento.**

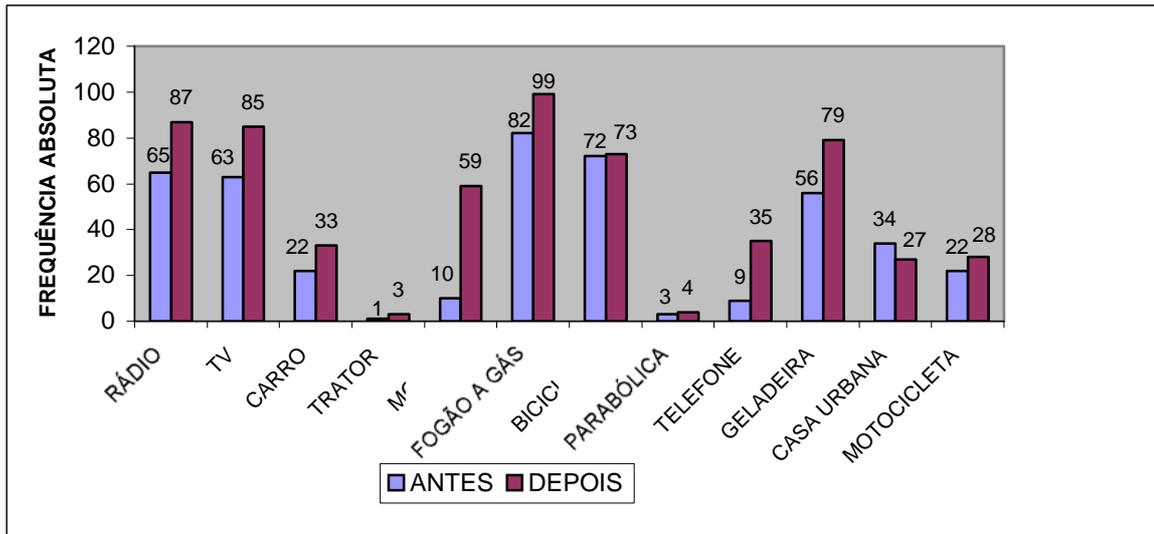
Não obstante as dificuldades elencadas anteriormente, os resultados indicam que existe uma percepção dominante de que houve uma melhora significativa nas condições de vida dentro dos lotes (Figura 14).



**Figura 14.** Percepção dos assentados sobre a melhoria de vida no lote (%)

Assim sendo, em grande parte a satisfação com a vida no lote está relacionada ao fato de terem obtido uma terra para plantar. Além da oportunidade da obtenção da terra, os assentados manifestam também sua satisfação em relação à oportunidade de possuir casa própria, o que os torna isentos do aluguel, estando deste modo, possibilitados de economizar dinheiro para investir no domicílio. Além disso, a tranquilidade que o espaço rural oferece com respeito ao aconchego familiar, a produção para a sobrevivência familiar, a questão da herança como garantia da continuidade da propriedade familiar, e a possibilidade de trabalhar de forma independente, formam um conjunto de fatores que estimulam a satisfação dos assentados.

O fornecimento de energia elétrica e o asfaltamento das vias de acesso ao assentamento, também foram fatores que contribuíram muito na percepção que houve melhoria das condições de vida dos assentados, mas um elemento objetivo da melhoria das condições de vida dos assentados é o aumento de bens de consumo doméstico (Figura 15).



**Figura 15.** Evolução patrimonial dos assentados em relação à chegada no Zumbi dos Palmares

A evolução positiva em todos os itens analisados demonstra que apesar das condições de troca desigual com os atravessadores, os assentados têm logrado aumentar bens. Esta melhoria patrimonial é um elemento central na fixação dos assentados dentro dos lotes (Figura 16).



**Figura 16:** Assentado com detalhes de alguns itens que indicam aumento de patrimônio (foto, LEEA)

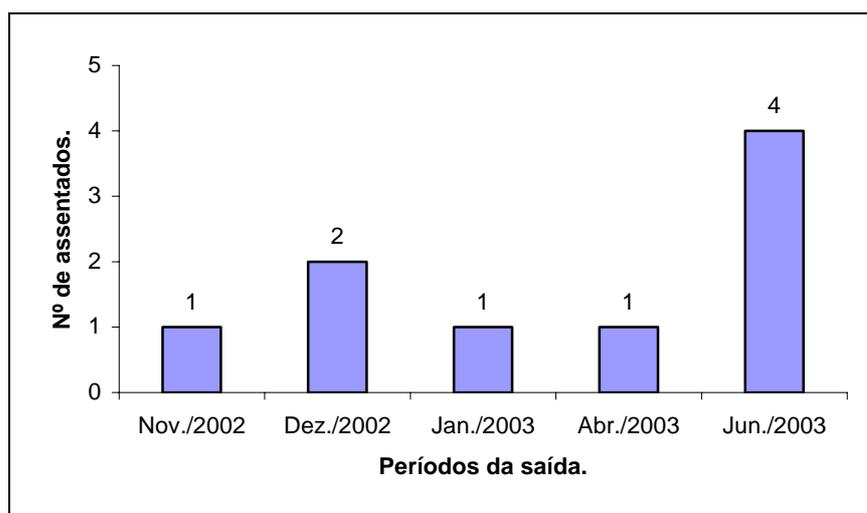
A comparação dos resultados obtidos no Zumbi dos Palmares com dados nacionais (Medeiros et al. 2004:245) referente aos principais itens fogão, geladeira, e televisão, demonstra que aqui a evolução patrimonial deu-se num ritmo maior. As

explicações para este resultado podem ser múltiplas, mas é importante enfatizar que globalmente é provável que os assentados que lograram permanecer e resistir às dificuldades iniciais, se encontram estabilizados no assentamento.

## 4.2. A Dinâmica Sócio-Econômica, Demográfica e Institucional do Processo de Desistência

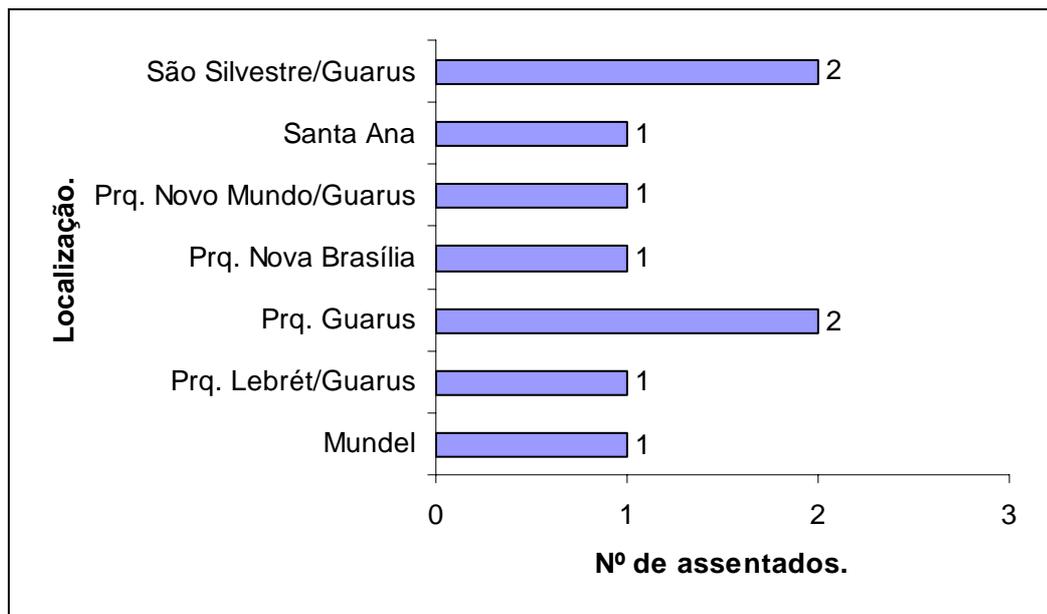
### 4.2.1. Perfil Ocupacional e Familiar dos Ex-assentados

Esta seção objetiva compreender a dinâmica de vida dos assentados que saíram do assentamento Zumbi dos Palmares e analisando a atual situação de vida deste segmento, sem, no entanto perdemos de vista e tomando como ponto referencial, sua vida durante o período em que permaneciam assentados. Como aqueles que permaneceram no assentamento, os desistentes estudados chegaram ao Zumbi dos Palmares no período entre 1998/1999, quando ainda se consolidava a ocupação das terras da extinta Usina São João e a formação do assentamento. Já a saída do assentamento por parte do grupo estudado ocorreu entre dezembro de 2002 e junho de 2003 (Figura 17).



**Figura 17.** Período da saída dos assentados

A maioria dos desistentes estavam no núcleo 5, núcleo 4 e núcleo 1. Após a saída do assentamento, todos se encontram morando em bairros da cidade de Campos e localidades próximas ao assentamento Zumbi dos Palmares, Mundel e Santa Anna (Figura 18).



**Figura 18.** Localização espacial dos ex-assentados.

O fato de a maioria dos desistentes ter sido localizada no município de Campos, não refuta a possibilidade de que não haja ex-assentados que se encontram em outras regiões do Rio de Janeiro e em localidades adjacentes da região de Campos ou mesmo no Espírito Santo, conforme foi indicado pelos assentados que permanecem no assentamento. Entretanto, pode-se notar também um fato interessante com relação à localização espacial dos desistentes que foram encontrados: a maioria encontra-se estabelecida em bairros localizados na localidade de Guarus ou nas proximidades. Estes resultados explicam-se pela origem dos assentados do Zumbi dos Palmares, que teriam sido recrutados pelo MST. Deste modo, ao fracassarem no assentamento, os ex-assentados aparentemente optaram por retomar ao seu local de origem.

Do ponto de vista do número de integrantes que compõem estas famílias, pode-se afirmar que elas estão compostas em média por 4 membros, e a divisão etária segue basicamente os mesmos padrões da amostra que foi coletada na população que permaneceu no assentamento. Isto implica que a composição familiar não é uma boa explicação para o processo de desistência. Por outro lado constatou-se que no âmbito da participação em grupos organizados dentro do assentamento, dos 9 integrantes da amostra, 6 afirmaram ter participado em grupos organizados, movidos pela necessidade de obter benefícios e estar informado sobre questões relacionadas ao assentamento e o restante declarou não ter participado em nenhum grupo organizado por causa do mau relacionamento com presidentes das associações. Por outro lado, a maioria dos desistentes (8) foi beneficiada com o crédito PRONAF concedido por INCRA para investimento nos lotes. Contudo, todos os desistentes declararam que realizaram investimentos na agricultura (preparo do solo, pagamento de horas de trator, plantio e compra de equipamentos para irrigação), e na construção (compra de material para cerca, e acabamento de habitações)<sup>16</sup>.

A relação dos ex-assentados com respeito ao conhecimento do trabalho realizado nos seus antigos lotes se constitui num dos fatores que poderiam causar a saída deste grupo do Zumbi dos Palmares. Pois cerca da metade dos desistentes (55,6%) manifestou não ter trabalhado na atividade agrícola ou pecuária antes de ser assentado. Dentre estes, apenas um afirmou ter um emprego formal antes do assentamento, pois os demais trabalhavam de forma informal na prestação de serviços, em ocupações que incluíam: ajudante de pedreiro, cozinheiro, guarda noturno, e lenhador. Os dados indicam também que a maioria dos desistentes (8), apesar de não terem trabalhado em atividades agrícolas ou pecuárias são originários do meio rural, pois seus pais habitavam em áreas rurais, e realizaram trabalhos relacionados com a agricultura ou pecuária. Este fato explicaria porque a maioria (66,7%) destes ex-assentados afirmam ter alguma experiência com relação ao trabalho agrícola, apesar de não se identificarem como detentores de valores voltados ao espaço rural. A falta de experiência observada por alguns destes ex-

---

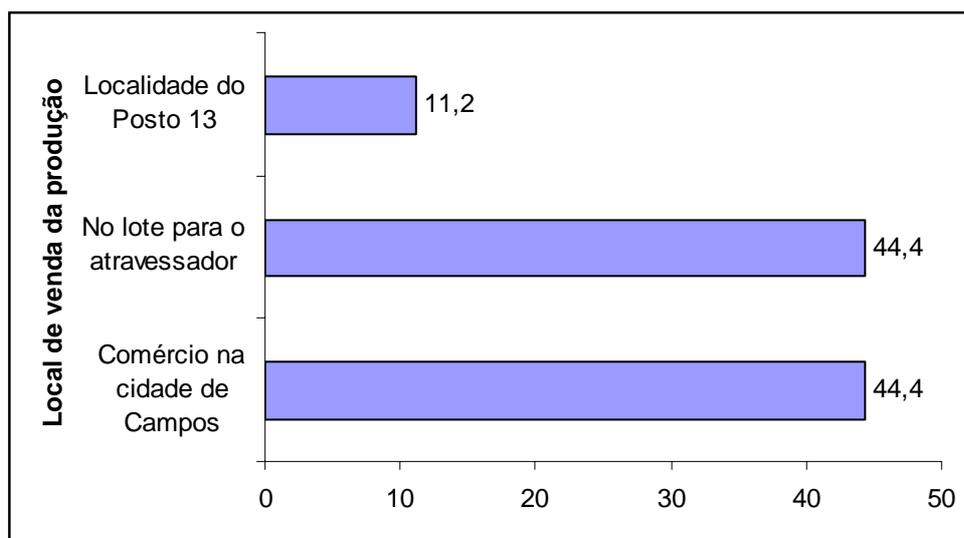
<sup>16</sup> Por outro lado, existe entre estes ex-assentados a preocupação sobre o pagamento das parcelas do empréstimo (PRONAF). Segundo informações do INCRA, apenas os ex-assentados que comprovadamente não usaram todo dinheiro do empréstimo para investir no lote, terão que pagar o financiamento. No caso dos ex-assentados que comprovadamente usaram todos recursos do PRONAF para investir nos lotes, a obrigação de pagamento do empréstimo será automaticamente transferida para as famílias reassentadas nos lotes que foram abandonados.

assentados é justificada pelo tempo que levam sem manter contato com o meio rural. Os resultados nos mostram ainda que a maioria dos ex-assentados (88,9%) não freqüentou os mini-cursos ministrados dentro do assentamento.

#### **4.2.2. Assistência Técnica, Organização Produtiva e Renda Familiar dos Ex-assentados**

A assistência técnica foi considerada como sendo precária, pois também não alcançou os desistentes dentro do assentamento. De acordo com a maioria dos entrevistados (55,6%), não houve nenhum apoio na assistência técnica durante a sua permanência no assentamento. No entanto, apesar da falta de assistência técnica, todos desistentes declararam que trabalhavam nos seus lotes, e que a maioria das atividades exercidas estavam relacionadas com os projetos previamente estabelecidos pelo INCRA. Assim, quando argüidos se estavam satisfeitos em trabalhar em seus lotes, notou-se nas suas respostas: 1) uma satisfação em ter trabalhado e permanecido em seus lotes; e 2) um alto grau de insatisfação e revolta por terem perdido aquilo que consideravam a maior conquista de suas vidas.

Os dados indicam ainda que durante a participação no processo produtivo, todos os desistentes contrataram mão-de-obra extra-familiar para auxiliar no trabalho dentro do lote. Neste processo, prevaleceu o pagamento em valores monetários, mas também a troca de trabalho. Os resultados da produção eram considerados satisfatórios para 55,6% dos desistentes, e a maioria vendia seus produtos, fato que tornava satisfatório para todos, mesmo aqueles que vendiam para os atravessadores (Figura 19).



**Figura 19.** Comercialização da produção dos ex-assentados (%)

A renda dos ex-assentados é um outro fator importante para a compreensão dos motivos que envolveram sua saída do assentamento, já que a sobrevivência deste grupo dentro do assentamento dependia, em grande medida de diferentes fontes de renda divididas em fontes agrícolas e não-agrícolas. De acordo com os resultados a média da renda da família dos desistentes, incluída a média de origem agrícola que era de R\$ 156,67 reais e a de renda não-agrícola que seria de R\$ 206,67 reais, resultou numa renda média mensal de R\$ 404,44 reais. O fato de a renda mensal de fonte agrícola ser relativamente menor da renda de fonte não-agrícola é um indicativo de que a produção no lotes, para a maioria dos assentados desistentes não era satisfatória. Cerca da metade (55,6%) dos desistentes considerou que a renda mensal familiar obtida enquanto assentados era suficiente para sua sobrevivência.

Após a saída do assentamento, a maioria dos desistentes declarou ter se deparado com situações de extrema dificuldade, visto que se encontravam desprovidos daquilo que consideravam de “emprego garantido”, já que sem terra para plantar. Além disso, desprovidos de trabalho, a maioria foi obrigada a retornar ao mercado informal do trabalho. Neste âmbito, 77,8% dos ex-assentados declararam possuir algum tipo de ocupação quando foram entrevistados. Entretanto, para aquelas famílias que declararam ter membros com algum tipo de ocupação a média salarial seria de R\$ 216,67 reais, um valor razoavelmente baixo de renda total que era obtida com a soma das fontes agrícolas e não-agrícolas dentro do

assentamento. Estes resultados demonstram que a saída do assentamento causou piora nos padrões de vida dos desistentes, pois além da queda da renda monetária, estes ficaram desprovidos da renda intangível proporcionada pelo consumo de produtos gerados dentro do lote. Deste modo, parece evidente que o processo de desistência não foi controlado por uma busca de reinserção na economia urbana.

#### **4.2.3. O Processo de Abandono dos Lotes**

Inicialmente é necessário apontar que a saída do assentamento Zumbi dos Palmares é considerada pela maioria dos desistentes como uma injustiça praticada convenientemente pelo INCRA. De todos os desistentes entrevistados, somente um declarou que saiu do assentamento por vontade própria, por não ter recebido o crédito PRONAF. Segundo o que se depreendeu das respostas obtidas, as principais causas que ocasionaram sua saída dos lotes foram: (1) problemas de doença do chefe do domicílio ou de um membro familiar. Este fato foi constatado entre os ex-assentados que perderam seus lotes por não conseguir trabalhar diretamente no seu lote, uns porque estavam doentes, outros porque algum membro da família adoeceu e teve que conseguir trabalho temporário fora para custear gastos do tratamento do membro familiar doente; (2) por não estar morando dentro do lote. Neste caso, o fato de os assentados que decidiram não fixar residência no lote, pela falta de energia elétrica e também pela falta de escolas, principalmente 5ª série a 2º grau, no interior do assentamento, e (3) o não cumprimento do projeto vinculado ao empréstimo PRONAF que declaradamente estaria relacionado à questão da seca, e à falta de assistência técnica que pudesse sustentar a viabilidade da execução dos projetos por parte dos assentados. Neste caso, cabe ressaltar que era da responsabilidade do INCRA garantir o apoio na assistência técnica aos assentados que receberam o crédito PRONAF, e adotar métodos de controle sobre o desenvolvimento dos projetos; e (4) não trabalhar no lote e fazer biscates fora do assentamento. Alguns desistentes trabalhavam como ambulantes fora do assentamento, e outros possuíam barracas onde vendiam alguns produtos que produziam no lote. De forma a ilustrar a questão da saída por razões de doença, o depoimento obtido da ex-assentada é esclarecedor. Maria Augusta declarou o seguinte:

*“Estou com problemas de saúde muito sério, estou com uma diabetes; a diabetes é muito alta, e com problema nos pés quase não posso andar. Eu ando um pouquinho tenho que sentar... tem hora que perco o jogo o ritmo de andar, sou obrigada a segurar as pernas com as mãos para pegar no ritmo para andar, mas de noite eu não durmo; sofro muito mesmo, muito. E então menino estou na situação difícil, mas só o que está me preocupando mais, é só esse empréstimo que está no banco, tenho que pagar”<sup>17</sup>.*

Esta ex-assentada foi removida do lote em que se encontrava em estado de saúde ainda debilitada. A principal razão de ela ter sido retirada do lote foi de ter supostamente contratado alguém para ajudá-la no trabalho no lote, em troca do pagamento através do dinheiro. Entretanto, esta prática foi interpretada pelo INCRA como sendo arrendamento do lote, tendo sido notificada para abandonar o lote. A este fator juntou-se, também, o fato de Maria Augusta não ter ido morar na habitação construída no lote, já que a assentada esperava fazê-lo depois que conseguisse concluir definitivamente a construção da moradia. Assim sendo, importa salientar que para o INCRA, nestes casos, importa apenas a infração e não as causas que levaram à infração.

Um outro fator que influenciou no abandono dos lotes foram as condições do ambiente. A falta de água afetou a produtividade de cerca de 77,8% dos desistentes. Este fato certamente repercutiu no resultado final da renda da família dentro do lote, tendo estimulado outros fatores apontados como causadores da desistência. É o caso, por exemplo, do ex-assentado Cláudio Roberto Barreto que foi tirado do lote pelo fato de não ter cumprido a implementação do projeto PRONAF. Cláudio afirmou o seguinte:

*“Eu não cumpro o projeto pelo seguinte: porque eu, se eu fizesse o que eles passaram para mim que teria que ser feito no projeto, eu não teria nada plantado e hoje não teria mais um tostão. Por quê? porque não tinha água... o coco precisava de irrigação, o maracujá precisava de irrigação, a melancia precisava de irrigação, todo projeto que foi feito precisava de irrigação; aí passaram para mim motor elétrico é bomba elétrica, passaram encanamento passaram tudo”<sup>18</sup>.*

---

<sup>17</sup> Depoimento realizado em 5 de novembro de 2003 em Santa Ana.

<sup>18</sup> Depoimento realizado em 30 de outubro de 2003 no parque Nova Brasília.

O fato narrado por Cláudio Roberto Barreto afetou também muitos assentados que optaram, naquela altura, receber eletro-bomba para a irrigação do plantio nos projetos realizados pelo INCRA. Entretanto, dois fatores limitavam o uso da eletro-bomba por parte dos assentados: a falta de energia elétrica no assentamento e a falta de água para irrigação. Estes fatores teriam inviabilizado a implementação dos projetos por parte de muitos assentados, que após terem plantado as culturas projetadas pelo INCRA, além da falta de energia elétrica e água, foram surpreendidos também pelo excesso de salinidade da água dos poços tornando inviável a irrigação.

É importante salientar que, do ponto de vista educacional, o nível de instrução dos ex-assentados entrevistados é considerado baixo, ao se constatar que 33,3% são analfabetos, 44,4% têm entre 1ª e 4ª série, e 22,2% têm entre 5ª e 7ª série. De acordo com a pesquisa, o nível de instrução não exerceu influência na saída de assentados nos seus lotes, apesar da falta de infraestruturas educacionais continuar sendo ainda um dos fatores limitantes para o aprendizado no assentamento. Entretanto pode-se notar que para os ex-assentados que saíram do assentamento porque foram removidos pelo INCRA, além de se sentirem injustiçados, a falta de instrução teria limitado a capacidade destes em providenciar mecanismos conducentes para sua defesa.

Finalmente, é importante apontar que para os ex-assentados, a diminuição da desistência seria alcançável a partir de três ações básicas: (1) a garantia de infraestrutura dentro do assentamento, com a construção de escolas, postos de saúde, sistemas de irrigação e fornecimento de energia elétrica; (2) a garantia de assistência técnica para todos os assentados; (3) o acompanhamento da situação das famílias assentadas por parte do INCRA. Finalmente, é também necessário frisar que dos nove desistentes entrevistados, oito afirmaram que voltariam a ser assentados caso pudessem voltar para seus lotes. Isto evidencia a predisposição de investir e participar no processo de reforma agrária, mesmo quando confrontados com as condições mais extremas, inclusive a remoção forçada do assentamento.

### **4.3. O Processo de Desistência no Zumbi dos Palmares Sob a Ótica das Organizações Governamentais e Não-governamentais**

A discussão em torno da desistência de assentados no Assentamento Zumbi dos Palmares tem preocupado organizações e personalidades ligadas à questão da reforma agrária no Norte Fluminense. Entre as mais relevantes para este estudo encontram-se o INCRA, o MST, a Secretaria Municipal da Agricultura, a EMATER e a CPT. A compreensão da visão destas organizações em relação ao processo da desistência pode levar a definição dos conceitos do que caracterizam os processos de desistência e abandono no processo da reforma agrária.

#### **4.3.1. As Causas e as Formas de Controlar o Processo de Ocupação dos Lotes na Ótica do INCRA**

De acordo com o representante do INCRA<sup>19</sup> dentro do processo da saída de assentados dos lotes existem duas formas que se confundem: a *desistência* e a *remoção*. A principal diferença entre a desistência e remoção está relacionada à forma de saída do assentado do lote, sendo que na *desistência* o assentado sairia do lote por livre e espontânea vontade, mesmo que tenha sido estimulado por fatores considerados endógenos ou exógenos. Já no processo de *remoção*, o assentado é notificado e obrigado a sair do lote pelo INCRA por ter supostamente infringido alguma norma estabelecida. Assim sendo, a *remoção* do lote é considerada como punição máxima atribuída para os assentados que desrespeitam as normas legais controlando a dinâmica dos assentamentos.

Assim, a desistência de assentados no assentamento Zumbi dos Palmares é compreendida pelo INCRA como sendo normalmente decorrente do abandono e da venda indevida dos lotes. De acordo com dados fornecidos pelo INCRA, os casos de evasão de assentados do assentamento Zumbi dos Palmares seriam num total de 106 assentados, correspondendo a 20,9% do total de desistentes do assentamento, onde 67 dos casos pertenceriam aos removidos pelo INCRA, compondo um total de 13,2% do total de assentados no assentamento e 39 dos casos pertenceriam aos que desistiram, compondo um total de 7,7% do total. Neste sentido é importante

---

<sup>19</sup> Entrevista semi-estruturada realizada por mim, ao responsável do INCRA na região Norte Fluminense, senhor Décio de Jesus Moniz, em dezembro de 2003.

ênfatizar que o índice de evasão no assentamento Zumbi dos Palmares é menor em relação à média do Estado e da região Sudeste (Leonilde e Bruno, 1998).

Ainda segundo o representante do INCRA, a retirada de assentados dos lotes tem obedecido a critérios estabelecidos. Os assentados recebem uma notificação e um prazo de saída do lote, possibilitando a retirada de todo o patrimônio investido no lote através de recursos próprios. Neste processo não estariam incluídos os investimentos realizados mediante recursos recebidos do governo. O INCRA reconhece ainda a existência do descontentamento por parte dos assentados retirados dos lotes. Isto ocorreria porque os ex-assentados, mesmo reconhecendo terem praticado atos contra as normas de reforma agrária, não se conformam com a perda do lote. Apesar de ênfatizar o peso das irregularidades dos assentados na remoção dos assentados, o INCRA também reconhece a existência de falhas com respeito a assistência aos assentados. Um dos pontos ênfatizados seria a chegada tardia dos recursos que causariam prejuízos no exercício das atividades dentro do lote, obrigando os assentados a conseguir recursos para investimento com o trabalho realizado fora do lote.

Por outro lado, o representante do INCRA ênfatizou que diversas ações foram implementadas no assentamento, em parceria com os governos municipal e estadual, visando a diminuir as carências entre os assentados. Entre as ações destacadas encontram-se o asfaltamento das principais vias de acesso, o fornecimento de energia elétrica, a construção de um posto de saúde e a concessão dos créditos PRONAF e de habitação. Além disso, o processo de reassentamento em lotes abandonados seguiria normas adotadas pelo Governo Federal, que estabelecem que nos lotes onde houve desistência devem ser reassentadas famílias acampadas, sob um critério de seleção. Estes critérios seguiriam uma ordem onde: *“...no primeiro passo, nós vamos até ao acampamento, fazemos o cadastramento dos acampados. Desde o cadastramento se fazem várias perguntas para o assentado: de onde ele veio, onde trabalhou o que fazia e de que forma trabalhou; se era meeiro ou diarista; pegamos duas ou três propriedades em que ele trabalhou; nos deslocamos até as propriedades para saber se realmente aquilo que foi dito na entrevista é real. Se for o candidato será aprovado e assentado na terra”*<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Décio de Jesus Moniz, responsável do INCRA na Região Norte Fluminense.

Para minimizar a questão da desistência dos assentados e garantir maior controle nos assentamentos, o representante do INCRA sugeriu a necessidade de se dispor um técnico para cada assentamento, para não só garantir o controle do assentamento, mas também atender as preocupações dos assentados, ajudando-os a superar os diversos problemas que influenciaram o processo de desistência.

#### **4.3.2. A Diminuição da Desistência Sob a Ótica da EMATER: melhor seleção e mais extensão**

De acordo com seu responsável regional Luís Carlos<sup>21</sup> a presença da EMATER no Assentamento Zumbi dos Palmares está fundamentada na oferta de extensão rural através da assistência técnica aos assentados, com a concessão de cursos de capacitação para auxiliar o processo produtivo nos lotes e apoio na consolidação das associações existentes. Neste sentido, a EMATER teria disponibilizado um técnico responsável para cada núcleo do assentamento; reconhecendo, contudo que seu atendimento não tem sido abrangente, dado a desproporcionalidade existente entre o número de assentados e a quantidade de técnicos.

No que se refere à desistência de assentados, a EMATER colocaria alguns fatores como significativos. Entre estes se encontrariam a falta de identificação dos assentados com o trabalho agrícola; a falta de visão política com relação à importância do processo de reforma agrária; a obtenção da terra apenas como alternativa provisória de emprego e a falta de assistência técnica integral. A falta de assistência técnica é identificada pela EMATER como um fator que não se resume apenas ao uso da mecanização para o preparo do solo ou na realização dos tratamentos culturais da lavoura. A assistência técnica, na ótica apresentada pelo representante da EMATER, requereria também a realização do treinamento na organização da produção e comercialização. Contudo, o seu representante indicou não ter sido parte das ações desenvolvidas.

Finalmente, para Luiz Carlos, a desistência de assentados seria resolvida mediante o estabelecimento de métodos rigorosos durante o processo de recrutamento dos participantes da reforma agrária. A busca de pessoas “sérias, com aptidão, comprometidas ao trabalho no meio rural” seria uma das principais fórmulas

---

<sup>21</sup> Entrevista semi-estruturada por mim realizada em Dezembro de 2003.

para assegurar a diminuição das desistências. Além disso, a oferta mais ampla da assistência técnica através da colocação de mais recursos e infra-estrutura técnica se somaria ao processo de seleção para ampliar as chances de sucesso.

#### **4.3.3. A Desistência de Assentados Sob a Ótica da Secretaria Municipal da Agricultura**

Segundo Dr. Eduardo Augusto Barbosa Alves<sup>22</sup>, a atuação da Secretaria da Agricultura no desenvolvimento do assentamento estaria relacionada à concessão da assistência técnica, através da disponibilidade de horas de trator no preparo do solo para o plantio, e a distribuição de sementes de grãos e de hortaliças para os agricultores. A falta de assistência técnica foi apontada como um dos fatores que inviabilizariam os projetos concebidos pelo INCRA, e financiados pelo PRONAF. Para a Secretaria da Agricultura, o INCRA concedeu o crédito aos assentados sem antes capacitá-los sobre o manejo das culturas que constavam nos seus projetos. Além disso, os assentados também não teriam sido beneficiados com assistência técnica e acompanhamento sistemático da implementação dos projetos.

Contudo, a desistência de assentados estaria na ótica da Secretaria Municipal da Agricultura, relacionado também, à incapacidade de assentados no processo produtivo, que também estaria relacionada ao método de seleção adotado no recrutamento de assentados. Segundo a Secretaria Municipal da Agricultura, a maioria da população que ingressa na reforma agrária não se identifica com o trabalho na agricultura, ou mesmo com a pecuária. Não obstante, dever-se-ia antes capacitar os recrutados com o objetivo de se adequarem ao perfil requerido pelo processo de reforma agrária. A minimização da evasão seria alcançada pela criação de grupo intersetorial entre o INCRA, EMATER e Secretaria da Agricultura, para desenvolver projetos que reduziriam a desistência, incluindo-se ainda uma rigorosa seleção durante o recrutamento e cadastro de interessados em participar do processo de reforma agrária.

---

<sup>22</sup> Engenheiro agrônomo responsável pelo setor técnico da Secretaria Municipal da Agricultura em entrevista semi-estruturada por mim realizada em dezembro de 2003.

#### 4.3.4. A Desistência de Assentados Sob a Ótica da CPT

A CPT tem sido uma das principais organizações presentes em processos de formação de assentamentos rurais no Norte Fluminense. Neste contexto, a CPT tem participado no apoio aos assentados do Zumbi dos Palmares desde o início do assentamento. O apoio da CPT estaria relacionado à conscientização dos assentados com respeito à importância do processo de reforma agrária e na realização de oficinas de aprendizagem, que visam a incentivar a permanência dos assentados no assentamento. A CPT exerceu um papel preponderante na arrecadação de alimentos e bens de primeira necessidade, que ajudaram na assistência das famílias que participavam na ocupação da Usina São João em abril de 1997.

De acordo com Ínez<sup>23</sup> representante da CPT na região, são conhecidos os problemas que o assentamento vive, advindos da forma de seleção das pessoas que beneficiaram o processo de reforma agrária no assentamento Zumbi dos Palmares. Para a CPT, os projetos realizados pelo INCRA para os assentados, teriam sido impostos sem levar em conta a aptidão dos mesmos e do que eles poderiam realmente contribuir para o seu êxito e o do assentamento. Esta imposição dos projetos estaria na raiz dos problemas que causam a evasão de assentados.

A desistência de assentados estaria vinculada, também, à falta de capacidade para trabalhar a terra e gerenciar o trabalho no lote, por causa da relação de dependência da população durante os longos anos de participação no trabalho de corte de cana. A CPT considera que a evasão de assentados seria inicialmente resolvida com uma assistência técnica garantida, para todos os assentados. Um outro fator seria o aperfeiçoamento dos métodos de recrutamento e quando este ocorresse em áreas urbanas e sub-urbanas, a discussão com os interessados deveria ser centrada nas questões relacionadas com o trabalho agrícola, buscando definir o perfil produtivo e as formas de serem incluídos produtivamente no assentamento.

---

<sup>23</sup> Entrevista semi-estruturada por mim realizada em dezembro de 2003.

#### 4.3.5. A Desistência de Assentados Sob a Ótica do MST

O MST como principal ator na articulação política para ocupação e formação do assentamento Zumbi dos Palmares tem presença ativa no assentamento e tem contribuído na formação sociopolítica, cultural e econômica dos seus membros, bem como na estrutura do assentamento. Segundo declarações de Marina Silva<sup>24</sup> o MST encontra maior receptividade nos núcleos 4 e 5, onde possui inserção nos grupos comunitários (na cooperativa do núcleo 4 e na associação do núcleo 5), apesar de ter membros em todos os núcleos do assentamento. A intervenção do MST no Zumbi dos Palmares baseia-se na formação política e na educação de jovens e adultos. Segundo Marina Silva, o MST também participa no processo de assistência técnica aos assentados, através de um convênio realizado com o INCRA, no qual um grupo de técnicos do MST atende os núcleos 2, 3, 4, e 5. Esta atuação não ocorreria no núcleo 1 porque a associação local não aceita a intervenção dos técnicos do MST. Não obstante, a posição da associação, também existiriam famílias no núcleo 1 que recebem a assistência técnica do MST.

Segundo Marina Silva, na visão do MST, a desistência de assentados está relacionada à falta de condições estruturais que permitiriam ao assentado produzir. Entre os fatores que estimulariam a desistência se encontram, também, a falta de infra-estrutura educacional a falta de readaptação ao trabalho rural e a falta de uma política definida para desenvolvimento dos assentamentos rurais. No entanto, segundo Marina Silva, o MST percebe que a questão da desistência que ocorre no assentamento Zumbi dos Palmares, apesar de ainda em índices reduzidos, favorece o discurso dos setores da extrema direita que se opõem à reforma agrária.

Na opinião de Marina, a minimização da desistência seria alcançada através de uma organização regional de assentados, cuja finalidade seria a de trabalhar com os assentados a questão da dualidade espacial, entre o rural e o urbano; promovendo ainda ações nos setores de saúde, educação, lazer e um espaço de estudo geral; formação de um grupo intersetorial composto pelo MST, CPT, INCRA e universidades, no sentido de conscientizar a sociedade acerca da importância da Reforma Agrária e contribuir para a melhoria das condições de produção e comercialização da produção.

---

<sup>24</sup> Responsável regional do MST em entrevista semi-estruturada por mim realizada em janeiro de 2004.

Finalmente pode-se constatar que à exceção do INCRA, todas as organizações estudadas percebem que a falta de assistência técnica adequada e recrutamento de pessoas não identificadas para o trabalho no meio rural influenciam na saída de assentados dos lotes. Por outro lado, a maior parte das lideranças entrevistadas indicaram que as dificuldades em recrutar interessados que possuíssem uma clara ligação com o trabalho agrícola poderiam ser superadas por ações de capacitação técnica e pelo estabelecimento de uma infra-estrutura que lograsse oferecer uma rede de apoio institucional aos assentados. A construção deste modelo integrado seria ainda consolidada pela existência de uma articulação entre os diferentes assentamentos.

Neste sentido, cabe destacar que preconceitos detectados em relação à falta de experiência agrícola dos assentados como causa de evasão, não foi corroborada pelo estudo feito tanto entre os assentados que permaneceram, quanto aqueles que abandonaram ou foram retirados do assentamento.

## CONCLUSÕES

A partir de uma análise mais sucinta acerca da conexão entre a teoria e os resultados obtidos neste estudo pode-se estabelecer a evolução dos fatos teóricos com respeito ao setor camponês, em função de sua dinâmica no processo de expansão capitalista, configurando-se enquanto uma categoria necessária ao desenvolvimento e transformação da sociedade. Os resultados deste estudo nos permitiram concluir que os assentados do Zumbi dos Palmares se colocam num terreno de dualidade quanto a sua vinculação com a economia regional, na medida em que assumem o papel de produtores autônomos, mas que se encontram subordinados ao mercado não apenas através da comercialização de sua produção, como também por se colocar num estado de semi-proletarização, ao serem obrigados a vender sua força de trabalho para aumentar a renda familiar. Por outro lado, apesar desta dependência, os assentados têm logrado articular sua participação no mercado através da compra de insumos agrícolas e comercialização de sua produção, realizando uma produção mais direcionada para o mercado do que para o consumo da família. Neste sentido, os camponeses aqui estudados parecem enquadrar-se mais perfeitamente nas perspectivas dos teóricos Neo-Marxistas e entrelaçados principalmente nos pressupostos de Goodman e Lamarche, especialmente aqueles assentados que produzem abacaxi, maracujá e cana que em certos momentos se comportam como arrendatários virtuais, pela relação vertical que mantêm com a agroindústria na região, ao mesmo tempo.

Já no que se refere ao debate central desta dissertação que versa da dualidade evasão e permanência, pôde-se concluir que o índice de evasão de assentados no Zumbi dos Palmares é menor do que a média nacional. Além disso, se constatou que a saída de assentados se deu em duas condições diferentes: assentados que saíram do assentamento porque desistiram efetivamente dos lotes, e assentados que saíram porque foram retirados contra a sua vontade pelo INCRA em função de uma suposta desobediência das normas de assentamento. Este resultado é especialmente importante para o debate acerca da Reforma Agrária, pois demonstra que por detrás do rótulo de evasão escondem-se muitas vezes processos mais complexos do que inicialmente imaginados, onde o agente estatal funciona como regulador daqueles que podem ou não permanecer no assentamento.

Por outro lado, este estudo identificou que as principais causas de evasão de assentados no assentamento Zumbi dos Palmares estão relacionadas a uma combinação de fatores endógenos e exógenos aos assentados, que incluem uma ampla gama de variáveis que incluem: (1) doença do dono do lote ou de um membro da família; (2) venda ou arrendamento ilegal dos lotes; (3) problemas produtivos causados por falta de água; e (4) falta de assistência técnica. A combinação destas variáveis levanta a necessidade de se rediscutirem os critérios de geração de renda adotados pelo INCRA, que impõe a obtenção de renda pelos assentados apenas a partir de atividades internas ao lote, o que contribui para a precarização da geração de renda por parte dos assentados.

No que se refere à permanência dos assentados em seus lotes, os resultados deste estudo evidenciam o papel fundamental da pluriatividade na viabilização da renda mensal familiar, e, por conseguinte, na persistência e êxito dos assentados. Além disso, o aumento patrimonial que foi identificado na maioria dos assentados estudados demonstra como a pluriatividade contribui para a noção de sucesso econômico da atividade agrícola no interior da Reforma Agrária. Neste sentido, os resultados deste estudo nos permitem afirmar que uma mudança institucional por parte do INCRA no que se refere à aceitação da pluriatividade dentro dos assentamentos traria mais benefícios do que prejuízos à viabilização da Reforma Agrária no Brasil. Por outro lado, em que pesem as questões de cunho econômico, os resultados obtidos também apontaram para a importância de elementos intangíveis no entendimento da permanência de assentados em seus lotes. Entre as variáveis intangíveis que foram identificadas podem ser citadas o apego à terra, a identificação do trabalho agrícola como libertador das relações de exploração patronal vigentes na área urbana, e noção de que a terra pode representar um importante veículo de manutenção da unidade familiar.

No entanto, alguns preconceitos demonstrados acerca do processo de recrutamento, entre eles a necessidade de que os assentados apresentem prévia “aptidão agrícola” não foram corroborados pelos resultados aqui discutidos. O fato é que numa população majoritariamente oriunda das periferias pobres de diversos municípios da região norte fluminense não se evidenciou a questão da aptidão agrícola como fundamental para determinar a persistência ou abandono dos lotes. Isto não significa, contudo, que não há a necessidade política de extensão rural e

melhor treinamento dos assentados no processo produtivo, mas principalmente nos processos de beneficiamento e comercialização da produção.

Finalmente, do ponto de vista da implementação de políticas públicas dentro do assentamento, pode-se afirmar que três grandes intervenções foram feitas pelo poder público dentro do assentamento, tendo estimulado não só o investimento no trabalho nos lotes e a permanência, como também a reunião de famílias que antes se encontravam separadas por falta de condições dignas de sobrevivência. Nestes casos se inclui o crédito PRONAF, o asfaltamento das vias de acesso, e a eletrificação rural que permitiu a ampliação do uso de equipamentos úteis de caráter produtivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. (1995) *De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar*. Anais do 1º Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA. Petrolina: 28 e 30 de Novembro, pp. 17-27.
- ALBUQUERQUE, M. C. de, NICOL, R (1987) Os grandes ciclos agrícolas na formação da economia brasileira. *In: Economia agrícola: O setor primário e a evolução da economia brasileira*. São Paulo pp 47-115.
- ALENTEJANO, P. R. R.(2001) Pluriatividade: Uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? *In: Tedesco, J. C. (ed.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3ª Ed. Passo Fundo: UPF, 149-179p.
- ANDRIOLI, A. I. (2003) A Reforma Agrária e o governo Lula: entre a expectativa e a possibilidade. *Espaço Acadêmico* nº 31, de dezembro de 2003.
- BARRACLOUGH, S. L. (2002) *A reforma agrária nos países em desenvolvimento: O papel do Estado e de outros agentes*. Genebra: 1998, 10p. Disponível via <<http://www.Dataterra.com.br>>. Acesso em 10 jan. 2002.
- BAUER, M. W. (2002) Análise do conteúdo clássica: Uma revisão. *In: Bawer, M. W., Gaskell, G. (eds.) Pesquisa qualitativa com texto: Imagem e som. Um manual prático..* Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes;, p. 189-218.
- BERGAMASCO, S. M. P. P., NORDER, L. A. C. (2003) *A alternativa dos assentamentos rurais: Organização social, trabalho e política*. São Paulo: Terceira Margem, p191.
- BERGAMASCO, S. M., NORDER, L. A. C. (1996) *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, p87.

- BESKOW, P. R. (1999) Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1946-1964). *Estudos sociedade e agricultura*. 12, abril, p. 56-79. Disponível via internet: [www.redcapa.org/Downloads/esa12\\_beskow.pdf](http://www.redcapa.org/Downloads/esa12_beskow.pdf).
- BLUM, R. (2001) Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: Tedesco, J. C. (ed.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, p.57-107.
- BRUMER, A. (2001) Qual a “vocação” produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura gaúcha. In: Tedesco, J. C. (ed.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3ª ed. Passo Fundo: UPF, p.223-255.
- BUAINAIN, A. M. (1997) *Trajetória recente da política agrícola brasileira*. Campinas: PROJETO UTF/FAO/036/BRA, P.75.
- CALDART, R. S. (2000) *Pedagogia do movimento sem terra*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- CARDOSO, C. F. S. (2002) Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: André L. C., (ed.) *O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, p. 19-39.
- COMPARATO, K. B. (2003) *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão popular, 237p.
- DAVID, M. B. de A., WANIEZ, P., BRUSTLEIN, V. (1998) Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária: um Atlas. In: Benício V. S., Danilo N. C. M., Sueli L. C. R. (eds) *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 113-153.
- DEL GROSSI, M. E., SILVA, J. G. da. (2002) *O uso das PNADS para as áreas rurais*. Rio de Janeiro: Texto para discussão N° 874.

- DELGADO, N. G. (2001) Política econômica, ajuste externo e agricultura. *In: Leite S. (ed.) Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p.15-53.
- DENARDI, R. A. (2001) Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre. V.2, n. 3 jul./Set.
- DORNER, P. (1991) *Latin America land reforms in theory and practice: a retrospective analysis*. London: Madison, Wisconsin; p.120.
- ESTATUTO DA TERRA (1964) *desenvolvimento agrícola*. gov.br. Disponível via <http://www>. Acesso em 10 fev. 2002.
- FAO/INCRA (1991) *Proposta de Plano de Desenvolvimento do Assentamento Zumbi dos Palmares*. Rio de Janeiro, 159p.
- FERNANDES, B. M. (2000) *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 319p.
- FIALHO, M. A. V., MIGUEL, L. A. (2000) Rendas não agrícolas e pluriatividade: Estratégias de reprodução socioeconômica e a agricultura familiar. *X Congresso mundial de sociologia rural*. Rio de Janeiro (s/p).
- FILHO, J. J. de C. (2001) Política Agrária do Governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. *In: Leite, S. (ed.) Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, p.193-225.
- GHETTI, Â. M. S. de A. R. (2003) *Emergência da participação: A complexidade (re) velada – Um devir na educação de adultos e jovens rurais em Campos dos Goytacazes*. Tese (Mestrado em Políticas Sociais) – Campos dos Goytacazes-RJ, Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, 207p.

- GOHN, M. G. (1997) *Os Sem-Terra, ONGs e cidadania: A sociedade civil brasileira na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 172p.
- GOHN, M. G. (2000) *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 383p.
- GOLLO, A., SILVA, M. S. M. da, ABDALLA, L. D. (2001) Projeto de assentamento Zumbi dos Palmares. *Relatório final de atividades*. 24p.
- GUANZIROLI, C. E. (1998) *Reforma agrária e globalização da economia: O caso do Brasil*. Projeto UTF/BRA/036/BRA, 24p.
- GUANZIROLI, C. E, CARDIM, S. E. de C. S, [et al]. (2000) Novo retrato da agricultura familiar: O Brasil redescoberto. *Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO*. Brasília: fevereiro. Disponível: <http://www.INCRA.gov.br/Sade/doc/AgriFam.htm>. Acesso em Julho de 2004.
- HACKBART, R. (2003) Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Governo lança novo modelo de assentamento agrário*. Brasília. Disponível via: [www.mda.gov.br/index.php?pg=noticia&id\\_menu=5&id=56](http://www.mda.gov.br/index.php?pg=noticia&id_menu=5&id=56). Acesso em 30 de janeiro de 2004.
- HEYNIG, K. (1982) The principal schools of thought on the peasant economy. *CEPAL review*. Nº 16/april, p. 115-133.
- INCRA. *Desistência e abandonos*. Disponível via: <http://www.INCRA.gov.br/fao/l1p7.htm>.13k. Acesso em 28de Novembro/2002.
- LEITE, S. (1995) Padrões de desenvolvimento e agricultura no Brasil: Estatuto da Terra, dinâmica agrária e modernização conservadora. *Reforma agrária. Ensaios e debates*. Janeiro/abril , p.137-151.

- LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, L., PALMEIRA, M., CINTRÃO, R. [et al.] (2004) *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 1ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 392p.
- LLAMBÍ, L. (1991) Procesos de transformacion del campesinado latinoamericano. In: Bernal, F. (ed.) *El campesino contemporáneo: Cambios recientes en los países andinos*. Colômbia: Tercer mundo editores, p. 23-45.
- LÊNIN, V. I. (1988) *Obras escolhidas*. Tomo 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, p. 86-88.
- LÊNIN, V. I. (1981) Diferenciación del campesinato. In: *El desarrollo del capitalismo en Rusia: Proceso de la formación del mercado interior para la gran industria*. Moscú: Editorial Progreso. 5ª Ed., p. 61-193.
- LÊNIN, V. I. (1980) *Obras escolhidas*. Tomo 3. São Paulo: Editora Alfa-Omega, p. 115-127 e 525-535.
- MARQUES, A. C. H. et al. (2000) Análise da evasão nos assentamentos rurais na região de Araçatuba, SP. *X Congresso mundial de sociologia rural*. Rio de Janeiro (s/p).
- MARX, C. (1975) La llamada acumulación originaria. In: *El capital: Crítica de la economía política*. México: Fondo de cultura económica, 7ª Edición, p. 697-649.
- MEDEIROS, L.S., LEITE, S., BENEDETTI, A.C., SOUZA, I.C., ALENTEJANO, P.R.R. (1999) Luta por terra e assentamentos rurais no Rio de Janeiro. In: *Medeiros L.S., Leite, S (eds.) A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade, p.117-160.

- MEDEIROS, L. S. de, BRUNO, R. (1998) *Razões das evasões nos assentamentos rurais*. FAO/INCRA; Outubro, 54p.
- MEDEIROS, L. S. de. (2002b) Luta pela terra: resultados e possibilidades. *In: Canuto, A., Luz, C. R. da S. (eds.) Conflitos no campo Brasil*. Goiânia: CPT Nacional- Brasil, p.27-31.
- MEDEIROS, L. S. de. (2002a) *Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos*. *In: Chevitaese, A. L. (ed.) O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, p.151-185.
- MELLO, A. F. de. (1999) *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1ª Edição, p. 286.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (2003) Volume recorde de crédito na história do país. *Jornal da agricultura familiar*. Brasília, p8.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (2002) *Manual operacional do crédito rural*. Brasília. Disponível via: [www.PRONAF.gov.br/download/manuais/man\\_operac.pdf](http://www.PRONAF.gov.br/download/manuais/man_operac.pdf). Acesso em 12 de janeiro/2004.
- MORISSAWA, M. (2001) *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão popular, 256p.
- MST (2003) *Breve histórico da luta pela terra feita pelo MST na Região Norte Fluminense*. Campos dos Goytacazes.
- NEVES, D. P. (1997) *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis*. Niterói: EDUFF.

- PASSOS, A. T. B., KHAN, A. S. (1988) Política agrícola e desigualdades econômicas e sociais do setor agrícola brasileiro. *Econ. Sociol. Rural*. Brasília, 26 (1):23-38.
- PEDLOWSKI, M. A., ZINGA, M. R. M., VIEIRA, R. R.M. (2002) A Mudança da Identidade Social dos Participantes e o Papel da Dualidade Rural-Urbano na Implementação da Reforma Agrária no Norte Fluminense. *VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural*. Porto Alegre: UFRGS, p. 2082 – 2091.
- PESSOA, J. de M. (1999) *A revanche camponesa*. Goiânia: Editora UFG.
- PRADO JÚNIOR, C. (1982) História. Coleção: *Grandes cientistas sociais*, 26. Francisco Iglésias Org. São Paulo: Ática, p.207.
- PRADO JÚNIOR, C. (1978) *Historiografia e desenvolvimento: A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: editora Brasiliense, 2ª ed., p. 92.
- ROSSETO, M. (2003) Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Governo lança novo modelo de assentamento agrário*. Brasília. Disponível vis: [www.mda.gov.br/index.php?pg=noticia&id\\_menu=5&id=56](http://www.mda.gov.br/index.php?pg=noticia&id_menu=5&id=56). Acesso em 30 de janeiro de 2004.
- SANTOS, R. F. dos. (1988) O crédito rural na modernização da agricultura brasileira. *Economia e sociologia rural*. Brasília, p. 393-404.
- SAYAD, J. (1984) Crédito rural no Brasil: *avaliação das críticas e das propostas de reforma*. São Paulo; Pioneira: Fundação instituto de pesquisas econômicas, p. 125.
- SCHNEIDER, S. (2003) *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, P. 9-68.
- SILVA<sub>(a)</sub>, E. B. da. (2000) O campesinato brasileiro e a luta pela permanência na terra. *X Congresso mundial de sociologia rural*. Rio de Janeiro.

- SILVA<sub>(b)</sub>, E. L. e. (2003) Prefácio. *In: A ação política do MST*. São Paulo: Expressão popular. 237p.
- SILVA<sub>(c)</sub>, F. C. T. da. (1998) *Conservadorismo e hegemonia agrária no Brasil*. *In: Carneiro, M. J.[et all] (eds.) Campo aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livrarias.
- SILVA<sub>(d)</sub>, J. G. da; DEL GROSSI, M. E. (2001) Rural nonfarm employment and incomes in Brazil: Patterns and evolution. *World development*. Vol.29, N° 3, Printed in Great Britain, p. 443-453.
- SILVA<sub>(f)</sub>, J.G. da. (1993) *O que é questão agrária*. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- SILVA<sub>(d)</sub>, J. G. da. (1999) *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS.
- SILVA<sub>(d)</sub>, J. G. (2001) Ainda precisamos de reforma agrária no Brasil? *Ciência hoje*. Vol. 29, nº 17. Abril. Disponível via: <http://www2.vol.com.br/cienciahoje/chamais/pass/ch170/opinião.pdf>.
- SILVA<sub>(g)</sub>, O. H. da. (1999) Agricultura familiar: Diversidade e adaptabilidade. *Sociologia e política*. Curitiba, 12, junho, p. 161-167.
- SOARES, L. E. (1981) *Campesinato: Ideologia e Política*. Rio de Janeiro. Zahar Editores.
- SOUZA, P. M. de, LIMA, J. E. de. (2003) A distribuição da terra no Brasil e nas unidades da federação, 1970-94/96. *Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 34, n.1, jan-mar, p. 113-131.

- STÉDILE, J. P. (2002) O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): alguns dados históricos. *In: Chevitarese, A. L. (ed.) O campesinato na história.* Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, p. 233-245.
- TARSITANO, M. A. A., SANT'ANA, A.L., ARAUJO, C. A. M. (2000) Caracterização da renda dos produtores familiares de um projeto de reassentamento rural. *X Congresso mundial de sociologia rural.* Rio de Janeiro.
- VEIGA, J. E. da. (1991) *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.* São Paulo: HUCITEC.
- VERA, A. C., SANTO, C. R.S., MARQUES, A. C.H. (2002) Indicadores Sócio-Econômicos das Famílias Desistentes em Projetos de Assentamentos Rurais na Região Noroeste do Estado de SP. *VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural.* Porto Alegre: UFRGS.
- VIEIRA, R. R. M. (1998) Identificação e análise dos projetos de desenvolvimento regional implementados no Norte Fluminense a partir da década de 60. *Relatório final I.C.* Campos dos Goytacazes: UENF, p 29.
- WANDERLEY, M. de N. B. (2001) Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In: Tedesco, J. C. (ed.) Agricultura familiar: realidades e perspectivas.* 3ª ed. Passo Fundo: UPF, p. 21-57.
- ZINGA, M. R. M. (2002) *Discutindo a questão da representação política entre os beneficiados da reforma agrária: Um estudo de caso sobre construção de organizações de base no Assentamento Zumbi dos Palmares, Campos dos Goytacazes, RJ.* Monografia (graduação em Ciências Sociais) - Campos dos Goytacazes, RJ, Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, 48p.

**ANEXOS**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM**  
**LABORATÓRIO DE ESTUDO DO ESPAÇO ANTRÓPICO**  
**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SOBRE DESISTÊNCIA/PERMANÊNCIA DE**  
**ASSENTADOS NO PA ZUMBI DOS PALMARES**

Questionário N° \_\_\_\_\_

<sup>1</sup>Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

<sup>2</sup>Entrevistador: \_\_\_\_\_

<sup>3</sup>Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

<sup>4</sup>Relação com o dono do lote: \_\_\_\_\_

<sup>5</sup>Data da chegada no lote: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

<sup>6</sup>Núcleo: \_\_\_\_\_ <sup>7</sup>Lote: \_\_\_\_\_ <sup>8</sup>Área: \_\_\_\_\_

<sup>9</sup>Quantas pessoas compõem a sua família? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ de 0 a 15 anos

\_\_\_\_\_ de 16 a 60 anos

\_\_\_\_\_ acima de 60 anos

<sup>10</sup>De que forma você chegou no assentamento?

( ) MST ( ) INCRA ( ) Sindicato dos Trabalhadores Rurais ( ) Vizinho

( ) Outro: \_\_\_\_\_

<sup>11</sup>Quantos donos este lote já teve? \_\_\_\_\_

<sup>12</sup>Você participa em algum grupo organizado dentro do assentamento?

( ) Sim; Qual grupo? \_\_\_\_\_

Por que participa? \_\_\_\_\_

( ) Não; Por que não participa?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

<sup>13</sup>Você recebeu algum tipo de crédito desde que chegou no assentamento?

( ) Sim; Qual órgão concedeu o crédito? \_\_\_\_\_

( ) Não; Por que? \_\_\_\_\_

<sup>14</sup>Quanto recebeu via financiamento? \_\_\_\_\_

<sup>15</sup>Antes de vir para o assentamento você exercia alguma atividade relacionada com a agricultura ou pecuária?

( ) Sim; Qual? \_\_\_\_\_

( ) Não; O que você fazia? \_\_\_\_\_

<sup>16</sup>Seus pais trabalhavam na roça?

( ) Sim; ( ) Não.

<sup>17</sup>Você tinha experiência para exercer o trabalho da agricultura ou pecuária antes de chegar no assentamento?

(        ) Sim; Que experiência você tinha?

---



---



---

(   ) Não; Por que?

---



---



---

<sup>18</sup>Você já frequentou algum curso para auxiliá-lo nas atividades agrícolas?

(   ) Sim; (   ) Não;

Qual curso?

---

<sup>19</sup>Dos organismos a seguir, quais já prestaram assistência técnica e apoio no seu lote?

a) (   ) EMATER

b) (   ) INCRA/LUMIAR

c) (   ) PESÁGRO

d) (   ) Secretaria da Agricultura

e) (   ) Nenhum

f) (   ) Outro: \_\_\_\_\_

<sup>20</sup>Quais são as principais coisas que você faz no seu lote?

---



---



---



---

<sup>21</sup>Você está satisfeito em trabalhar no seu lote?

(   ) Sim; (   ) Não;

Por que?

---



---



---



---

<sup>22</sup>Quantas pessoas da família trabalham no seu lote? \_\_\_\_\_

<sup>23</sup>Quantas pessoas que não são da família trabalham no seu lote? \_\_\_\_\_

<sup>24</sup>Como você paga o trabalho de pessoas que não são de família?

a) (   ) pagamento em dinheiro.

b) (   ) troca recíproca por trabalho.

c) (   ) troca por meios materiais.

d) (   ) não paga nada.

<sup>25</sup> Como você considera os resultados da sua produção?

a)  muito satisfatório.

b)  satisfatório.

c)  pouco satisfatório.

d)  não satisfatório.

e)  outro: \_\_\_\_\_

Por que?

---

---

---

---

<sup>26</sup> Para quem você vende a sua produção?

a)  diretamente no comércio na cidade.

b)  população que frequenta o mercado de Campos.

c)  para o atravessador.

d)  população residindo em assentamento.

e)  populares residindo em travessão.

f)  outro: \_\_\_\_\_

<sup>27</sup> Você está satisfeito com a (s) forma (s) de comercializar a sua produção?

Sim;  Não;

Por que?

---

---

---

---

<sup>28</sup> Qual é a sua renda mensal de fonte agrícola? Obs. (somente o que produz no seu lote).

---

<sup>29</sup> Qual é a sua renda mensal de fonte não agrícola?

---

<sup>30</sup> Qual é a renda total mensal dos membros da família que vivem no lote?

---

<sup>31</sup> Você considera a sua renda familiar mensal suficiente para continuar morando, trabalhando e investir sem mais coisas no lote?

Sim;  Não;

Por que?

---

---

---

<sup>32</sup> Quanto a sua família gasta mensalmente para viver no seu lote? \_\_\_\_\_

<sup>33</sup> Qual era o seu salário mensal antes de vir para o lote? \_\_\_\_\_

<sup>34</sup> Além do trabalho que realiza no seu lote, você realiza algum outro trabalho fora do lote?  
 Sim;  Não; Caso sim, qual trabalho?

---



---



---

<sup>35</sup> Alguém da sua família trabalha fora do lote?  
 Sim;  Não; Caso assim, onde trabalha?

---

<sup>36</sup> Por que você não desistiu do seu lote?

---



---



---

<sup>37</sup> Quais desses fatores fariam você desistir definitivamente do seu lote?

- a)  problemas de saúde de um membro familiar muito próximo.
- b)  falta de segurança.
- c)  falta de escolas do maternal a segundo grau.
- d)  falta de crédito para investir no lote.
- e)  falta de experiência para trabalhar na agricultura/pecuária.
- f)  falta de uma renda para suprir as necessidades da família.
- g)  obtenção de um emprego bom fora do lote ou assentamento.
- h)  conflitos com pessoas morando no assentamento.
- i)  falta de produtividade no trabalho que realiza no lote.
- j)  migração para outra região.
- k)  falta de mão-de-obra para trabalhar no lote.
- l)  envelhecimento do dono do lote.
- m)  ter dívidas e não ter como pagar.
- n)  infertilidade do solo para agricultura.
- n)  outro: \_\_\_\_\_

<sup>38</sup> Se tivesse que desistir do seu lote, o que você faria com ele?

---



---

<sup>39</sup> Você conhece alguém que abandonou o lote, e teve que ir embora?  
 Sim;  Não;

<sup>40</sup> Dos fatores a baixo, quais deles influenciaram no abandono definitivo das pessoas nos lotes?

- a)  problemas de saúde de um membro familiar muito próximo.
- b)  falta de segurança.
- c)  falta de escolas do maternal a segundo grau.
- d)  falta de crédito para investir no lote.
- e)  falta de experiência para trabalhar na agricultura/pecuária.

- f) ( ) falta de uma renda para suprir as necessidades da família.  
 g) ( ) obtenção de um emprego bom fora do lote ou assentamento.  
 h) ( ) conflitos com pessoas morando no assentamento.  
 i) ( ) falta de produtividade no trabalho que realiza no lote.  
 j) ( ) migração para outra região.  
 k) ( ) falta de mão-de-obra para trabalhar no lote.  
 l) ( ) envelhecimento do dono do lote.  
 m) ( ) ter dívidas e não ter como pagar.  
 n) ( ) infertilidade do solo para agricultura.  
 o) ( ) Falta de tradição/adaptação no trabalho agrícola.  
 p) ( ) outro: \_\_\_\_\_

<sup>41</sup>Onde estão indo as pessoas que abandonaram seus lotes?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

<sup>42</sup>Dê cinco motivos que fazem com que você não vá embora deste lote.

- 1.) \_\_\_\_\_
- 2.) \_\_\_\_\_
- 3.) \_\_\_\_\_
- 4.) \_\_\_\_\_
- 5.) \_\_\_\_\_

<sup>43</sup>Por quanto você venderia este lote caso decidisse abandoná-lo?

\_\_\_\_\_

<sup>44</sup> Problemas com, por exemplo, a falta de água potável e água para irrigação, afetaram a sua permanência no lote?

( ) Sim; ( ) Não;

a) Caso sim, como?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

b) O que você sugeria que fosse feito para resolver este problema?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

c) Você abandonaria o lote por causa de problemas ambientais?

( ) Sim; ( ) Não;

<sup>45</sup>Você aluga este lote ou parte dele para outra pessoa (terceiros)?

( ) Sim; ( ) Não;

<sup>46</sup>Você faria sociedade com alguém, usando o seu lote, como forma de facilitar mais investimento no mesmo?

( ) Sim; ( ) Não; Por que?

---



---



---

<sup>47</sup>Posse do patrimônio do chefe da família .

Utensílio	Na chegada ao assentamento	Hoje
Rádio		
TV		
Carro		
Trator		
Motor estacionário		
Fogão a gás		
Bicicleta		
Antena parabólica		
Telefone		
Geladeira		
Casa na cidade		
Moto		

<sup>48</sup> Com relação a sua vida no lote, você está:

a) ( ) Satisfeito;

b) ( ) Muito satisfeito;

c) ( ) Pouco satisfeito;

d) ( ) Não satisfeito;

e) ( ) Outro: \_\_\_\_\_

Por que?

---



---



---



---

<sup>49</sup>Características demográficas da família ano 2003.

Nome	Relação com o Entrevistado	Sexo	Idade	Principal Atividade Econômica	Grau de Escolaridade	Especialização Profissional

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM**  
**LABORATÓRIO DE ESTUDO DO ESPAÇO ANTRÓPICO**  
**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA SOBRE DESISTÊNCIA/PERMANÊNCIA DE**  
**ASSENTADOS NO PA ZUMBI DOS PALMARES**

**Para As Famílias que abandonaram**

Questionário N° \_\_\_\_\_

<sup>1</sup>Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

<sup>2</sup>Entrevistador: \_\_\_\_\_

<sup>3</sup>Nome do entrevistado: \_\_\_\_\_

<sup>4</sup>Relação com o ex-assentado no lote: \_\_\_\_\_

<sup>5</sup>Data da chegada no lote: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

<sup>6</sup>Data do abandono do lote: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

<sup>7</sup>Núcleo: \_\_\_\_\_ <sup>8</sup>Lote: \_\_\_\_\_ <sup>9</sup>Área: \_\_\_\_\_

<sup>10</sup>Nome da esposa ou companheira: \_\_\_\_\_

<sup>11</sup>Endereço atual:

Rua: \_\_\_\_\_ N° \_\_\_\_\_ Apt. \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_

<sup>12</sup>Quantas pessoas compõem a sua família? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ de 0 a 15 anos

\_\_\_\_\_ de 16 a 60 anos

\_\_\_\_\_ acima de 60 anos

<sup>13</sup>De que forma você chegou no assentamento?

( ) MST ( ) INCRA ( ) Sindicato dos Trabalhadores Rurais ( ) Vizinho

( ) Outro: \_\_\_\_\_

<sup>14</sup>Você participou em algum grupo organizado enquanto foi assentado?

( ) Sim; Qual grupo? \_\_\_\_\_

Por que participava?

\_\_\_\_\_

( ) Não; Por que não participava?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

<sup>15</sup>Você recebeu algum tipo de crédito enquanto foi assentado que chegou no assentamento?

( ) Sim; Qual órgão concedeu o crédito? \_\_\_\_\_

( ) Não; Por que? \_\_\_\_\_

<sup>16</sup>Caso tenha recebido crédito, o que você fez com este dinheiro?

---



---

<sup>17</sup>Antes de você ser assentado você exercia alguma atividade relacionada com a agricultura ou pecuária?

( ) Sim; Qual? \_\_\_\_\_

( ) Não; O que você fazia? \_\_\_\_\_

<sup>18</sup>Seus pais trabalhavam na roça?

( ) Sim; ( ) Não.

<sup>19</sup>Você tinha/tem experiência para exercer o trabalho da agricultura ou pecuária?

( ) Sim; Que experiência você tinha/tem?

---



---

( ) Não; Por que?

---



---

<sup>20</sup>Você frequentou algum curso para atuar na atividade agrícola ou pecuária?

( ) Sim; ( ) Não;

Qual curso?

---



---

<sup>21</sup>Dos organismos a seguir, quais prestavam assistência técnica e apoio no seu lote?

a) ( ) EMATER

b) ( ) INCRA/LUMIAR

c) ( ) PESÁGRO

d) ( ) Secretaria da Agricultura

e) ( ) Nenhum

f) ( ) Outro: \_\_\_\_\_

<sup>22</sup>Quais eram as principais atividades que você realizava no seu lote?

---



---



---

<sup>23</sup>Você estava satisfeito com o trabalho que realizava no seu lote?

( ) Sim; ( ) Não;

Por que?

---



---



---

<sup>24</sup>Quantas pessoas da família trabalhavam no seu lote? \_\_\_\_\_

<sup>25</sup>Quantas pessoas que não são da família trabalhavam no seu lote? \_\_\_\_\_

<sup>26</sup>Como você pagava o trabalho dessas pessoas?

- a)  pagamento em dinheiro.
- b)  troca recíproca por trabalho.
- c)  troca por meios materiais.
- d)  não paga nada.

<sup>27</sup>Como você considerava os resultados da sua produção no lote?

- a)  muito satisfatório.
- b)  satisfatório.
- c)  pouco satisfatório.
- d)  não satisfatório.
- e)  outro: \_\_\_\_\_

Por que?

---

---

---

---

<sup>28</sup>Para quem você vendia a sua produção?

- a)  diretamente no comércio na cidade.
- b)  população que frequenta o mercadão de Campos.
- c)  para o atravessador.
- d)  população residindo em assentamento.
- e)  populares residindo em travessão.
- f)  outro: \_\_\_\_\_

<sup>29</sup>Você estava satisfeito com a (s) forma (s) de comercializar a sua produção?

Sim;  Não;

Por que?

---

---

---

---

<sup>30</sup>Qual era a sua renda mensal de fonte agrícola? Obs. (somente o que produz no seu lote).

---

<sup>31</sup>Qual era a sua renda mensal de fonte não agrícola?

---

<sup>32</sup>Qual era a renda total mensal da família?

---

<sup>33</sup>Você considerava a sua renda familiar mensal, suficiente para continuar morando e trabalhando no seu lote?

( ) Sim; ( ) Não;

Por que?

---

---

---

<sup>34</sup>Além do trabalho que realiza no seu lote, você realizava algum outro trabalho fora do lote?

( ) Sim; ( ) Não; Caso sim, qual trabalho?

---

<sup>35</sup>Alguém da sua família trabalhava fora do lote?

( ) Sim; ( ) Não; Caso assim, onde trabalha?

---

<sup>36</sup>Qual é o seu trabalho depois que saiu do assentamento?

---

<sup>37</sup>Qual é o seu salário mensal hoje?

---

<sup>38</sup>Quantas pessoas da sua família trabalham depois de sair do assentamento?

---

<sup>39</sup>Qual é a renda total mensal da família?

---

<sup>40</sup>Por que você abandonou o seu lote?

---

---

---

---

---

---

---

---

<sup>41</sup>Depois do abandono, o que você fez com seu lote?

---

---

<sup>42</sup> Problemas ambientais como, por exemplo, a falta de água potável e água para irrigação, afetaram a sua permanência no lote?

( ) Sim; ( ) Não;

d) Caso sim, como afetou?

---

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

e) O que você sugere que deve ser feito para resolver este problema?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

f) Você abandonou seu lote por causa de problemas ambientais?

( ) Sim; ( ) Não;

<sup>43</sup>Em sua opinião, o que se deveria fazer para que as pessoas que estão nos assentamentos de reforma agrária, não abandonassem seus lotes?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

<sup>44</sup>Posse do patrimônio do chefe da família antes e depois do abandono.

Utensílio	Na chegada ao assentamento	Na saída do assentamento	Hoje
Rádio			
TV			
Carro			
Trator			
Motor estacionário			
Fogão a gás			
Bicicleta			
Antena parabólica			
Telefone			
Geladeira			
Casa na cidade			
Moto			

<sup>45</sup>Em que condições você voltaria a ser novamente um assentado?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

